

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - CCSA
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ – CERES
GRUPO DE ESTUDOS SOBRE GESTÃO, TRABALHO E POLÍTICA
EDUCACIONAL – GETEPE

PESQUISA SOBRE TRABALHO DOCENTE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

NATAL - 2010

**PESQUISA SOBRE TRABALHO DOCENTE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL**

Universidade Federal do Rio Grande Do Norte

Grupo de Pesquisa em Gestão, Trabalho e Políticas Educacionais GETEPE/UFRN

Coordenação Estadual

Antônio Lisboa Leitão de Souza
(UFRN) – Coordenador

Auricélia Márcia dos Santos Aguiar

Emília Cristina Maia Farache

Fabiana Érica de Brito

Pesquisadores

Antônio Cabral Neto (UFRN) –
Pesquisador Assistente I

Janaína Lopes Barbosa

Kaliana da Silva Correia

Mônica Moreira dos Santos

Fernando Bomfim Mariana (UFRN) –
Pesquisador Assistente I

Raissa Priscila da Costa Silva

Maria Aparecida de Queiroz (UFRN) –
Pesquisadora Colaboradora

Rosyane Leite Faroni

Rute Regis de Oliveira da Silva

Mariangela Momo (UFRN) -
Pesquisadora Colaboradora para a
Educação Infantil

Valcinete Pepino de Macêdo

Wigna Keila Mariz

Bolsitas de Iniciação Científica

Arécia Susã Moraes (FUNDEP/UFMG)

Equipe de elaboração do relatório

Antônio Cabral Neto

Danielly Karinne Alves Leal
(FUNDEP/UFMG)

Antônio Lisboa Leitão de Souza

Fernando Bomfim Mariana

Juclebson Neves de Araújo (IC/UFRN)

Maria Aparecida de Queiroz

Mariangela Momo

Auxiliares de Pesquisa

Adriana da Silva Rocha

Valcinete Pepino de Macedo

Relatório Estadual da Pesquisa Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil

Natal - 2010

R382 Relatório estadual da pesquisa trabalho docente na educação básica no Brasil : [Rio Grande do Norte] / Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Grupo de Estudos Sobre Gestão, Trabalho e Política Educacional. - Natal, 2010.
113 p., il.

Bibliografia : f. 110-113.

1. Educação e Estado. 2. Relatórios educacionais.
3. Ensino fundamental. 4. Rio Grande do Norte -- Educação.
I. Título. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Grupo de Estudos Sobre Gestão, Trabalho e Política Educacional.

CDD- 379.5

Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| LISTA DE TABELAS | 7 |
| LISTA DE FIGURAS..... | 8 |
| SIGLAS E ABREVIACÕES..... | 9 |
| APRESENTAÇÃO | 11 |
| PARTE I - POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE..... | 13 |
| 1.1 O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: ALGUNS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS | 13 |
| 1.2. A ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL DO RN..... | 19 |
| 1.2.1. O Plano Estadual de Educação - PEE | 19 |
| 1.2.2. Principais programas e ações propostos pela atual gestão | 22 |
| 1.3. A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM LEI | 24 |
| 1.4. O ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO RN..... | 25 |
| 1.5 ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SEC/RN..... | 26 |
| 1.6 A ARTICULAÇÃO COM AS OUTRAS SECRETARIAS E COM OS MUNICÍPIOS | 28 |
| 1.7. A ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RN-SINTE/RN: RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E COM A CATEGORIA | 30 |
| 1.7.1. O Sindicato como representação dos trabalhadores em educação | 30 |
| 1.7.2 Relações do sindicato com as bases e o governo | 34 |
| 1.7.3 Condições de trabalho e saúde | 39 |
| 1.7.4 Planos de Carreira, Cargos e Remuneração | 44 |
| PARTE II - POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA... 48 | 48 |
| 2.1. O MUNICÍPIO DE NATAL..... | 48 |

| | |
|---|------------|
| 2.1.1. A cidade de Natal: alguns indicadores sócio-econômicos e breve retrospectiva educacional..... | 48 |
| 2.1.2. A ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL DE NATAL..... | 51 |
| 2.2. O MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM..... | 66 |
| 2.2.1 O MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM: alguns indicadores socioeconômicos e breve retrospectiva educacional | 66 |
| 2.2.2 A ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL DE CEARÁ-MIRIM..... | 69 |
| 2.3. O MUNICÍPIO DE MACAÍBA-RN | 76 |
| 2.3.1 O MUNICÍPIO DE MACAÍBA: alguns indicadores sócio-econômicos e breve retrospectiva educacional | 76 |
| 2.3.2. A ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL DE MACAÍBA | 79 |
| 2.4. O MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS | 88 |
| 2.4.1 A CIDADE DE CURRAIS NOVOS: alguns indicadores socioeconômicos e breve retrospectiva educacional | 88 |
| 2.4.2 A ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL DE CURRAIS NOVOS | 92 |
| 2.5. O MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA | 98 |
| 2.5.1 A CIDADE DE CANGUARETAMA: alguns indicadores socioeconômicos e breve retrospectiva educacional | 98 |
| 2.5.2 A ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL DE CANGUARETAMA/RN... | 101 |
| 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 107 |
| REFERÊNCIAS: | 110 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|------------|
| Tabela 1 – Escolas Estaduais com atendimento de Educação Infantil, segundo a localização e o número de alunos atendidos..... | 25 |
| Tabela 2 - Vencimento do professor de Nível Médio- antes e depois do PCCR | 45 |
| Tabela 3 - Vencimento do professor de Nível Superior- Licenciatura - Antes e depois do PCCR..... | 46 |
| Tabela 4 - Organização da Carreira de Professor permanente da rede pública estadual do RN, conforme PCCR..... | 47 |
| Tabela 5 – Organização da Carreira de Especialista em Educação – quadro permanente da rede pública estadual do RN, conforme PCCR..... | 47 |
| Tabela 6 – Organização da Carreira do Magistério Público Municipal de Ceará-Mirim, segundo a função, nível e remuneração em 2010..... | 71 |
| Tabela 7: Magistério da rede municipal de educação de Currais Novos/RN, segundo a função e o nível de formação, em 2009 | 94 |
| Tabela 8: Distribuição salarial do Magistério Municipal de Currais Novos-RN, Conforme o PCCR..... | 95 |
| Tabela 9 - Estabelecimentos de Ensino da rede municipal de Canguaretama, segundo a modalidade e etapa de atendimento, em 2007..... | 99 |
| Tabela 10 – Composição do quadro docente da rede municipal de ensino de Canguaretama em 2009, conforme área de formação e titulação..... | 101 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----------|
| Figura 1 – Organograma Administrativo da SEC-RN - 2009 | 27 |
| Figura 2: Localização geográfica das Diretorias Regionais de Educação..... | 28 |
| Figura 3 – Organização Administrativa da Secretaria Municipal de Educação de Natal - 2009 | 65 |

SIGLAS E ABREVIACÕES

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Educação Superior
CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil (Natal-RN)
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística Social e Econômica
DIREDE – Diretoria Regional de Educação
EE – Educação Especial
EF – Ensino Fundamental
EI – Educação Infantil
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EM – Ensino Médio
EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EP – Ensino Profissional
FUNDEB – Fundo Nacional de Manutenção da Educação Básica e de Valorização do Magistério
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC – Ministério da Educação
MEIOS – Movimento de Integração e Orientação Social
MPE – Ministério Público Estadual
NE – Região Nordeste
PAR – Plano de Ações Articuladas
PCCR – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCREM – Plano de Cargos e Remuneração do Magistério (de Natal)
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEE – Plano Estadual de Educação
PETROBRÁS – Empresa Brasileira de Petróleo

PL – Partido Liberal
PME – Plano Municipal de Educação
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR – Partido Republicano
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
POR – Partido Operário Revolucionário
RN – Rio Grande do Norte
SEC-RN – Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte
SINTE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte
SME – Secretaria Municipal de Educação
UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNP – Universidade Potiguar

APRESENTAÇÃO

Este texto se constitui em um relato sobre aspectos socioeconômicos e a realidade da educação no estado do Rio Grande do Norte (RN) e, em particular, dos municípios que constituíram a amostra da pesquisa “Trabalho docente na Educação Básica no Brasil” (Natal, Ceará Mirim, Macaíba, Currais Novos e Canguaretama). Tem por base fontes documentais informadas por instâncias governamentais ou identificadas na internet referentes a aspectos educacionais, a estrutura organizativa e administrativa, a programas e/ou projetos decorrentes da política educacional, dentre outros aspectos inerentes à realidade educacional e escolar, que interferem direta ou indiretamente no trabalho docente.

Ressaltamos que as informações relativas aos municípios da amostra não contém a mesma densidade daquelas referentes ao estado do RN, considerando-se o papel deste como indutor e promotor do desenvolvimento socioeconômico e, em particular, das políticas públicas de educação para os seus municípios. Apresentamos, na primeira parte, as informações referentes ao estado, dispostas em três dimensões: características socioeconômicas e da política educacional; estrutura organizativa da Secretaria Estadual de Educação, da Cultura e do Desporto - SEC/RN e suas relações institucionais e a atuação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte - SINTE-RN, representante dos docentes da Educação Básica pública no RN, que se propõe à defesa da educação pública com qualidade social referenciada e dos direitos da categoria.

Salientamos que o SINTE/RN é representativo da categoria docente, independentemente da esfera administrativa a que sua base (o trabalhador em educação) está vinculada ou do nível de ensino em que o profissional trabalha. Por isso, o item relativo à organização e à vinculação político-sindical da categoria, encontra-se apenas na primeira parte do relatório. O SINTE-RN, no entanto, mantém pautas comuns de luta e de intervenção política, em todo o estado, assumindo posturas frente a problemas cuja solução se inscreve no âmbito das Secretarias estadual ou municipais de educação. Mesmo sabendo-se da especificidade dos problemas da categoria em cada um dos municípios – e esse aspecto é levado em consideração pelo sindicato, como veremos adiante, e no relato documental dos municípios, especialmente nas referências aos PME e aos PCCR – consideramos conveniente, para efeito deste relatório e em vista de sua

melhor estruturação, manter um tópico específico relativo à atuação sindical da categoria docente no RN, cuja dimensão e significados devem ser considerados para o estado, em geral, e para os municípios, em particular.

Igualmente mereceu destaque neste relatório uma referência especial às características do atendimento dispensado à Educação Infantil, tanto pelo estado quanto pelos municípios amostrados. É este um dos objetivos da pesquisa nacional, que ganha ênfase na análise sobre as condições em que se desenvolve o trabalho docente e os sujeitos que o realiza. Neste caso, como as responsabilidades políticas por este atendimento são assumidas predominantemente pelos municípios, fazemos esse destaque tanto na primeira parte – mais geral e relativa ao RN – quanto na segunda, voltada precisamente à política educacional implementada pelos municípios pesquisados.

Em linhas gerais, a documentação que serviu de base a este relatório consistiu da legislação (leis específicas, portarias, resoluções), documentos internos encontrados nas diferentes secretarias de educação, no sindicato e nos sites visitados. Além disso, foram feitas entrevistas informais com alguns secretários e técnicos das Secretarias Municipais de Educação - SME para complementação dos dados. Em relação aos Planos de Educação (do estado ou dos municípios), nem todos se apresentam atualizados ou acessível ao público em geral. Este é o caso de um dos municípios, cuja equipe da SME não soube informar sobre a versão possivelmente existente, nem mesmo localizou uma cópia para simples consulta interna por parte do pesquisador. Acerca dos PCCR, a realidade encontrada foi distinta visto que em todos os municípios encontramos referência à existência do respectivo texto legal, sendo vários recém aprovados. O fato de existir um documento legal vigente em todos os municípios, todavia, não significa que este tenha sido efetiva e totalmente implantado.

Por essa razão, somente após a realização do survey, de diversos contatos com representantes das SME, das entrevistas realizadas com a direção do sindicato da categoria, de consulta a várias fontes e contatos mantidos de forma direta ou indireta com pessoas que pudessem prestar informações o mais seguras possível, tivemos acesso à maior parte da documentação utilizada para a caracterização que se apresenta a seguir.

PARTE I - POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

1.1 O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: alguns indicadores socioeconômicos e educacionais

O Estado do Rio Grande do Norte (RN), situado na Região Nordeste, vem sendo governado, há sete anos, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em aliança com outros partidos políticos, dentre os quais se destacam: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Liberal (PL) e o Partido Republicano (PR). Em relação à gestão da Secretaria Estadual de Educação (SEC-RN), verifica-se uma constante mudança do titular da pasta (pelo menos cinco exerceram esse cargo nesses sete anos de administração) e encontra-se, desde o ano de 2008, sob o comando de um representante do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em relação aos principais indicadores demográficos, socioeconômicos e educacionais, a situação no estado pode ser sumariamente assim apresentada. Segundo dados do IBGE, o RN é composto por 167 municípios, e está dividido em 19 microrregiões, agrupadas em quatro mesorregiões – Agreste Potiguar, Central Potiguar, Leste Potiguar, Oeste Potiguar –, delimitadas em função das semelhanças e das características geográficas e socioeconômicas. Abriga em seu espaço de aproximadamente 53.306 Km² uma população de 3.091.724 habitantes, e a sua densidade demográfica, em 2008, estava em torno de 58,8%.

No ano de 2007, a maioria dessa população (aproximadamente 72,7%, equivalentes a 2.246.981 habitantes) concentrava-se na zona urbana, e apenas 844.743 (27,3%) residia na zona rural (IBGE, 2007). A grande concentração da população ocorre na capital e em cidades pólos das micro-regiões de maior porte. A taxa de urbanização, no ano de 1990 era 69,1%, evoluindo para 72,4% em 1996, chegando, em 2007, a 72,7%, o que indica uma crescente urbanização da população, embora em menor ritmo a partir de 2007.

Ainda de acordo com o IBGE, apenas três dos 167 municípios do RN têm mais de 150 mil habitantes: a capital, Natal (com 774.230), Mossoró (com 234.390) e Parnamirim (com 172.751); e cinco possuem população com mais de 50 mil habitantes: São Gonçalo do Amarante (77.363), Ceará-Mirim (65.450), Macaíba (63.337), Caicó (60.656) e Assu (51.262), o que demonstra que a grande maioria (159) dos municípios é de pequeno porte (IBGE, 2007).

As informações evidenciam que vem ocorrendo, nas últimas décadas, um forte fluxo migratório da população do campo para as cidades, notadamente para os municípios considerados mais desenvolvidos. Não tem, contudo, ocorrido melhoria significativa das condições de vida dessa população, visto que a oferta de emprego e de trabalho no Estado tem-se apresentado crescentemente escassa, principalmente para aquelas pessoas que não detêm (o mínimo) de qualificação profissional. Esse é um fenômeno comum na maioria das cidades brasileiras, o que tem contribuído para aumentar o crescimento das favelas, do número de moradores de rua, do trabalho informal e de desempregados.

Em relação ao aspecto econômico, destaca-se que entre os anos de 2002 e 2005 o PIB do RN ocupou o sétimo lugar no ranking da região Nordeste. Em nível nacional, foi o sexto PIB mais baixo, situando-se atrás de quase a totalidade dos estados brasileiros, tendo apresentado, nesse período, um crescimento médio de 4,0% ao ano. No ano de 2006, o PIB do estado cresceu 4,8% em relação ao ano de 2005, sendo considerado o maior PIB da Região Nordeste e 18º do País.

A primeira atividade econômica de expressão no RN foi a cana-de-açúcar, seguida da pecuária, no século XVIII, e, a exemplo do que ocorreu em todo país, impulsionou o povoamento do sertão. Ainda no mesmo século, teve início a produção da cultura do algodão, que se expandiu com a Revolução industrial. No século XIX, o crescimento econômico do estado se deu prioritariamente por meio da exploração de uma economia extrativista e de transformação, representada pela exploração de salinas, pela cera da carnaúba, da oiticica e do agave. No início do século XX, o RN desenvolveu uma economia baseada na exploração de mineração, do calcário e da indústria de cal.

Observou-se, naquele momento, uma crise nos setores da economia tradicional. Na segunda metade desse mesmo século, iniciou-se o processo de modernização da economia do estado, sobressaindo-se o setor terciário e a expansão do setor público. A

partir desse contexto, novos segmentos sustentam e ampliam o crescimento econômico no RN, como o turismo, o cultivo de frutas tropicais, a criação de camarão, a pesca da lagosta e, com mais ênfase, a extração do petróleo. A presença da PETROBRÁS no RN propiciou o aumento da arrecadação dos impostos, o recebimento de royalties, a criação de empregos diretos e indiretos, dentre outros benefícios, que representaram uma grande contribuição para a economia do estado, principalmente nas áreas onde o minério jorrava em maior abundância: Mossoró, Guamaré, Ipanguassu.

A modernização que, no entanto, produziu algumas “ilhas de modernidade” no estado, não conteve o atraso tecnológico que predomina, ainda, na maioria das atividades da agricultura e da pecuária. As vantagens da modernização não alcançam a maioria da população, não implicando, portanto, em melhoria na qualidade de vida de parte significativa da população. Embora se possa constatar melhoria em alguns indicadores, as desigualdades sociais continuam marcantes no conjunto da população, conforme indicam as estatísticas oficiais.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do RN, em 1996, foi de 0,679 e em 2005, atingiu 0,738, superior a média do NE, a qual, nos mesmos anos, foi respectivamente de 0,658 e 0,720. Embora esta situação indique que vem ocorrendo uma melhoria da qualidade de vida das pessoas tanto no estado quanto na região, é importante destacar que esse IDH é considerado apenas como médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU). Assim, mesmo que, de uma maneira geral, o RN apresente um IDH superior ao da maioria dos outros estados da região, no seu conjunto os índices do NE são considerados muito baixos.

No que concerne ao rendimento da população economicamente ativa, o quadro norterriograndense apresenta-se com as seguintes características: 15,9% da população percebe até ½ salário mínimo, 24,6% recebe entre mais de ½ salário a 1 salário mínimo, 26,1% percebe mais de 1 a 2 salários mínimos, 1,9% ganha de 10 a 20 salários mínimos e 0,6% ganha mais de 20 salários mínimos. Esses índices demonstram que o Rio Grande do Norte é extremamente pobre, e que a maioria da sua população vive abaixo da linha de pobreza (IBGE/PNAD (2007)).

O desemprego no estado atinge 6,6% da população acima de 10 anos, enquanto no NE esse índice é de 9,0%, e no Brasil é de 9,2%. Nesse caso, evidencia-se um melhor

indicador social em relação à região e ao Brasil, muito embora não se possa dizer que esta população esteja no mercado formal de trabalho.

Em relação ao número de óbitos infantis no RN, o índice é de 38,3%, superando o da região NE, que é de 37,6%, e o do Brasil, que é de 25,1%. No estado, a esperança de vida ao nascer é de 70,4 anos, o que pode ser considerado relativamente alto, em comparação com outros estados da região (IBGE, 2007).

No que se refere ao atendimento de serviços básicos, a situação constatada é a seguinte: a taxa de cobertura do esgotamento sanitário no Brasil é de 65,6%, no NE é de 22,7% e no RN é de apenas 23,4%. A coleta de lixo no Brasil atinge 83% da população, no NE chega a 81,5% e no RN é de apenas 65,9%. Essa situação indica que parte significativa da população no RN não conta com serviços básicos indispensáveis à melhoria da qualidade de vida.

No campo educacional, os dados do IBGE (2002) mostram uma taxa de analfabetismo no RN de 23,4%, considerando a população com mais de 15 anos. Essa taxa é maior do que as taxas do Brasil (11,5%) e do NE (22,7%). No entanto, os dados da Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2008) mostram que houve uma redução da taxa de analfabetismo nessa faixa etária, tendo ficado, em 2007, no patamar de 19,6%. Porém, nesse mesmo ano, verifica-se que a taxa de analfabetismo funcional no RN, na mesma faixa etária, foi bastante elevada (30,9%).

Chama-se a atenção para o fato de que o analfabetismo atinge, de forma diferenciada, os vários setores da população. Tomando-se, por exemplo, a variável racial, a situação é a seguinte: a taxa de analfabetismo das pessoas com idade de 15 anos ou mais de cor branca é de 14,8%; entre os pardos é de 21,7%; entre os negros é de 29,5%. E ainda, 46,4% da população do RN com mais de 60 anos de idade não tem instrução nenhuma ou tem menos de um ano de estudo.

Segundo o Censo Escolar de 2007, a matrícula na Educação Básica no RN foi de 955.853 alunos estando assim distribuída: de 0 a 3 anos de idade (27.911), de 4 a 5 anos (76.202), de 6 a 14 anos (500.688) de 15 a 17 anos (149.445), de 18 a 24 (125.679) de 25 a 29 anos (25.323) e mais de 29 anos (50.595). Esses dados indicam que a distorção idade-série apresenta-se, ainda, como um problema recorrente na realidade educacional do estado (MEC/INEP, 2007).

A matrícula total da Educação Básica no estado está assim distribuída, conforme as etapas/modalidades: educação infantil, 131.726; Ensino Fundamental, 556.005; Ensino Médio, 156.026; Educação Especial, 3.067; Educação de Jovens e Adultos, 107.274 e Educação Profissional 5.487 alunos (MEC/INEP, 2007). Esses alunos são atendidos em uma rede de ensino composta por 4.303 estabelecimentos, sendo 11 federais, 790 estaduais, 2.876 municipais e 626 privados.

Em relação à repetência e ao abandono escolar, os indicadores educacionais indicam uma tendência de melhoria no RN, mas na realidade evidenciada pelos dados preliminares do Senso 2008 é possível observar a persistência de índices ainda elevados no que se refere à repetência, à reprovação e ao abandono. Conforme o referido Senso, no 1º ano do Ensino Fundamental a repetência foi de 8,3%, e nos anos subsequentes foi, respectivamente, de 8,3% (2º ano), 12,4% (3º ano), 14,3% (4º ano), 18,7% (5º ano), 25,5% (6º ano), 17,9% (7º ano), 8,5% (8º ano) e 7,3% (9º ano). No Ensino Médio, também em 2008, a reprovação no primeiro ano foi de 11,2%; no segundo, de 7,4%; e no terceiro, de 4,8%. O abandono foi, respectivamente, de 28,%; 21,9%; e 15,9% (SEEC/ATP/GAEE, 2008).

Em relação à qualidade do ensino, os resultados das avaliações realizadas pelo MEC têm evidenciado uma precária situação do ensino ofertado pelo sistema público. As medidas implementadas pelo poder público, desse modo, não foram capazes, ainda, de promover mudanças substanciais no cenário da educação brasileira. O ritmo de melhoria observado é preocupante. Apenas para exemplificar, citamos os dados do IDEB, que mostram o seguinte: no país, nas séries iniciais do Ensino Fundamental, o IDEB de 2005 foi de 3,8, passando para 4,2 em 2007 e para 4,6 em 2009 (a meta para 2021 é de 6,0). Nas séries finais, o IDEB foi de 3,5 em 2005, de 3,8 em 2007 e de 4,0 em 2009 (a meta para 2021 é de 5,5). No Ensino Médio, o IDEB de 2005 foi de 3,4, passando para 3,5 em 2007 e para de 3,6 em 2009 (a meta para 2021 é de 4,4).

No RN essa situação é comparativamente mais grave: nas séries iniciais, o IDEB foi de 2,6 em 2005, passando para 3,0 em 2007 e para 3,5 em 2009 (a meta para 2021 é 4,9). Nas séries finais do Ensino Fundamental, o IDEB foi de 2,6 em 2005, de 2,7 em 2007 e de 2,9 em 2009. No Ensino Médio, o IDEB foi de 2,6 em 2005, tendo permanecido o mesmo índice em 2007 e passando para 2,8 em 2009. Ainda no RN, pesquisa realizada

pela UNDIME em 2007, em parceria com a UFRN, evidenciou que 60% das crianças na faixa de 8 a 9 anos de idade não sabiam ler, escrever nem compreender pequenos textos.

Em relação ao quadro docente da Educação Básica no RN, a situação está assim configurada: atuam 22.256 professores, dos quais 20.184 são licenciados e 2.072 não possuem tal formação. Desse total de docentes, 2.367 atuam na EI, 12.643 nas séries iniciais e 12.001 nas séries finais do EF; 5.672 no EM; 452 no EP; 305 na EE e 5.270 na EJA. A relação professor/aluno na rede estadual de ensino é de 21 alunos por professor, segundo os dados preliminares do Senso 2008/IBGE.

Em estudo recente (2009), realizado pela SEC-RN, foi constatado que um percentual significativo de professores está fora de sala de aula, tendo sido evidenciado que em duas DIREDs os percentuais são superiores a 30%. Destaca-se que não há qualquer incentivo a regência de classe no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) vigente. Esse mesmo estudo evidencia que 36% dos professores assumem a docência de disciplinas que não são correlatas à sua formação docente. A partir dessa realidade, a SEC-RN está organizando, em acordo com a proposta da CAPES, a oferta da 2ª licenciatura, o que poderá favorecer na melhoria desse quadro. Ainda nesse mesmo estudo, quando os docentes foram consultados sobre seu interesse em fazer um outro curso correlato com a disciplina que lecionava, 75,0% afirmaram “não” e expressaram a sua decepção por estarem já há vários anos esperando a promoção vertical, após terem feito curso de graduação, o que não tinha se concretizado. Chama-se a atenção que também não existe no PCCS qualquer incentivo para os professores que cursarem uma 2ª licenciatura.

Esses indicadores sobre RN mostram a necessidade de adoção de políticas públicas capazes de promover mudanças e melhoria da qualidade de vida da população em todos os setores sociais, o que demanda um grande esforço e uma vontade política dos governantes. Investir nos setores sociais com a finalidade de melhorar as condições básicas de vida da população significa, também, investir uma maior quantidade de recursos financeiros, o que, na atualidade, constitui-se em uma limitação, visto que as políticas sociais têm assumido características focalizadas apenas em setores fragilizados da sociedade. Os direitos sociais de caráter universalista não encontram espaço privilegiado no âmbito das políticas neoliberais que têm sido implantadas no país, nas

últimas décadas, apesar da intensificação das lutas e da organização dos trabalhadores pela reivindicação desses direitos.

1.2. A ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL DO RN

1.2.1. O Plano Estadual de Educação - PEE

Em relação às diretrizes políticas para a área de educação, cabe demarcar que o RN não possui, ainda, um plano atualizado aprovado pela Assembléia Legislativa. O último PEE, elaborado de acordo com as diretrizes do Plano Decenal de Educação (1993-2003), teve a sua vigência até o ano de 2004. Nesse mesmo ano, a SEC-RN deu início à elaboração do novo PEE, tendo sido finalizada uma primeira versão no ano de 2005 e iniciado um debate em torno dela, mas, até o presente (julho de 2010) não recebeu aprovação oficial.

Nessa versão, encontram-se proposições relativas à missão e princípios norteadores, diretrizes político-pedagógicas para os diferentes níveis e modalidades de ensino, financiamento da educação e acompanhamento e avaliação das ações. O PEE define a política da educação para os vários níveis e modalidades de ensino para o período 2005-2011.

Em relação às diretrizes político-pedagógicas destacam-se: a gestão democrática, a valorização do profissional do magistério, a qualidade do processo educativo, o trabalho e a cultura, a integração escola-sociedade, construção da cidadania, universalização da educação básica e erradicação do analfabetismo.

A gestão democrática é definida no plano como aquela capaz de envolver os diversos segmentos escolares na discussão e elaboração de projetos de ação como um dos requisitos para a melhoria da qualidade do ensino. O PEE defende que todas as suas instâncias administrativas intermediárias da SEC-RN (DIREDS) e as escolas devem elaborar projetos de gestão focados no princípio da descentralização administrativa e adotem o planejamento participativo como estratégia de envolvimento da sociedade nas decisões relativas à educação.

No que concerne à valorização do profissional do magistério, o plano faz menção à formação inicial, acompanhada de uma formação continuada capaz de preparar o professor para enfrentar os novos desafios da ação docente e a melhoria salarial, pela

adoção de um plano de carreira que assegure ao professor as condições de trabalho adequadas.

A qualidade do processo educativo deve ser consubstanciada pela adoção do princípio da autonomia. Preceitua o plano que a escola autônoma deve ter liberdade para escolher e traçar o projeto político-pedagógico, que deverá ter como princípios básicos: a) educação de qualidade, no qual estão incluídos os conceitos básicos de qualidade de ensino, democratização do acesso e permanência do aluno na escola e b) direito de todos, que implica cidadania e democracia. O plano destaca, ainda, que o projeto político-pedagógico da escola de qualidade deverá ter uma preocupação central com o processo de planejamento curricular, o qual deve respeitar as orientações legais para cada nível e modalidade de ensino, bem como as possibilidades e limites contextuais.

Quanto ao trabalho e a cultura, afirma o plano que as oportunidades de emprego se tornam, cada vez mais, escassas para o trabalhador despreparado, porque se exige, hoje, um profissional com competências diversificadas e com capacidade de transitar por uma sociedade marcada pela informatização. Desse modo, os currículos não podem estar divorciados dessa realidade social e, por isso, devem considerar a nova dinâmica do mundo do trabalho que está em permanente mutação. Reforça, ainda, que a cultura decorre dentre outros fatores das transformações sociais e históricas que o homem imprime na natureza por meio do trabalho. A cultura, nesse caso, seria o salto de qualidade gerado pelo trabalho do homem ao humanizar e adequar a natureza às suas necessidades. Dessa maneira, para exercer a educação como prática social transformadora, a escola deverá levar em consideração esse estreito vínculo entre cultura e trabalho na formulação do seu projeto político-pedagógico.

A integração escola-sociedade inclui a compreensão de que a participação e o trabalho cooperativo são duas condições para se alcançar a qualidade de ensino. O plano defende que é preciso criar instrumentos de participação dos profissionais da educação e da comunidade para propiciar um envolvimento mais efetivo desses atores no processo de construção do projeto político pedagógico. Sugere, dentre outros mecanismos, a criação de associação de pais e mestres e círculos de cultura. Destaca a necessidade de a comunidade exercer um papel de destaque na avaliação do trabalho da escola, particularmente no que concerne a aprendizagem e ao sucesso dos alunos.

A universalização da Educação Básica inclui a defesa de acesso com permanência e aprendizagem. Isso requer que se programem estratégias de gerenciamento democrático e participativo e investimento na qualificação e valorização do magistério, otimização e racionalização da rede física, investimento na qualidade do espaço escolar e de seus equipamentos, estabelecimento de critérios adequados para definir a relação professor /aluno. Para garantir a permanência bem sucedida do aluno na escola, é preciso considerar, também, além desses fatores referidos a necessidade de um planejamento curricular cuidadoso, o uso de metodologias de ensino adequadas, processo de avaliação condizente com as necessidades e peculiaridades dos alunos. Há no plano um compromisso de rever as normas para a avaliação das escolas públicas, de modo a adequá-las as prescrições da LDB, objetivando promover avanços na universalização do ensino fundamental e sua articulação com o ensino médio.

A erradicação do analfabetismo apresenta-se como diretriz político-pedagógica do plano. Há o reconhecimento explícito de que a erradicação do analfabetismo vem se constituindo um dos principais desafios para o RN. Diante disso, o governo assume o compromisso de empreender ações regulares que visem à eliminação do analfabetismo.

Na seqüência textual, o documento passa, então, a descrever objetivos, metas e estratégias para todos os níveis e modalidades de ensino.

Em relação à educação básica os objetivos são assim especificados:

- a) Educação infantil – criar condições para que todas as crianças de 0 a 5 anos de idade tenha espaço educativo, inspirado nos princípios de solidariedade, de auto-estima e auto-confiança com vistas ao desenvolvimento de um grau de confiança em si mesma para realizar o seu percurso escolar;
- b) Ensino fundamental – desenvolver um ensino fundamental comprometido com a formação básica da criança em relação ao domínio da leitura, da escrita, do cálculo, da compreensão do ambiente natural e social e a formação de hábitos, atitudes e valores que facilitem o seu convívio na sociedade;
- c) Ensino médio – oferecer uma educação de qualidade que possibilite aos alunos o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, ampliando-os na perspectiva de construção de uma base científica e tecnológica sólida;
- d) Ensino médio na modalidade normal – fortalecer e introduzir uma organização que atenda a essa modalidade de ensino de forma a possibilitar o aprimoramento dos estudantes docentes como sujeitos históricos, incluindo as dimensões afetiva, ética e política;
- e) Ensino médio integrado à modalidade profissional de nível médio – implementar a modalidade de ensino médio integrado à educação profissional de nível médio que busque promover a formação geral do

educando, possibilitando o seu pleno desenvolvimento para o prosseguimento de estudos e a sua preparação básica para o trabalho e para cidadania.

Ressalta-se que, embora essa versão do PEE ainda não esteja aprovada pela Assembléia Legislativa, ela tem servido como referência para as ações da SEC-RN, ao lado das orientações e normas do MEC.

1.2.2. Principais programas e ações propostos pela atual gestão

Atualmente, a SEC-RN desenvolve um conjunto de programas/projetos/ações relativas à Educação Básica, dentre as quais se podem destacar: formação inicial e continuada de professores, projeto de gestão a três mãos, virtus letramento, gestar I e II, PROLEM (Programa de Leitura no Ensino Médio), projeto de educação infantil (creches/meios), projeto Pró-funcionários (gestão com foco em resultados), arte na escola (teatro, dança, música), arca das leituras, grupos colaborativos, projeto de formação profissional (parceria com SENAI), saberes da terra, agentes de aprendizagem, ação educativa (para assentamentos), projeto caminhado, capacitação de técnicos e equipe gestora, campo e diversidade, proinfantil (formação inicial para professores em exercício na educação infantil), educação ambiental, Brasil profissionalizado, biblioteca para todos, PROLER, alimentação saudável, trabalho, justiça e cidadania, programa jovem embaixador, programa de educação empreendedora (DESPERTAR), projeto afrobrasileiro, indígenas e ciganos, escotismo na escola, amigos da escola, programa leitor do futuro, educação e paz, programa jovem parlamentar, formação pela escola, programa de formação pedagógica, gestão da informação e da comunicação em ambientes educacionais, analfabetismo zero, olimpíadas do conhecimento (parceria com o SENAI), avaliação do desempenho escolar, distribuição de livro didático.

Quanto ao PAR do RN, este foi organizado para ser desenvolvido em quatro anos e contempla quatro dimensões: a) gestão educacional, que compreende a organização da educação profissional no sistema de ensino, gestão democrática com vistas ao desenvolvimento e articulação do sistema de ensino, o desenvolvimento do ensino médio com reforço da base científica, tecnológica e sua ligação com o mundo do trabalho; b) formação de professores e profissionais de apoio e de serviço escolar, em cursos de formação inicial e formação continuada; c) práticas pedagógicas e avaliação, com vistas à adequação dos cursos e programas às normas e a boas práticas educativas;

c) infraestrutura física e recursos pedagógicos, que compreende a construção, ampliação ou reforma de unidades de ensino médio integrado a educação profissional e tecnológica.

O Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (EPCCR) resultou de uma longa negociação realizada entre o governo do Estado e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE/RN), tendo sido instituído por meio da Lei Complementar n. 3.222, de 11 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial do Estado, em 12 de janeiro de 2006.

O EPCCR contemplou todo magistério público estadual que atua na Educação Básica e educação profissional e definiu essas categorias como o conjunto de servidores públicos efetivos, legalmente investidos no cargo de professor e de especialistas de educação, que exercem funções de magistério nas unidades de ensino escolares pertencentes à rede pública estadual de ensino e demais órgãos e entidades vinculadas a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos, bem como nas entidades privadas sem fins lucrativos conveniadas com a SEC-RN que ofereçam educação especial.

O EPCCR está organizado em quatro títulos, oito capítulos e 84 artigos que disciplinam todas as questões relativas aos princípios; a estrutura; o ingresso; o regime de trabalho; a gestão do plano; a evolução funcional; as garantias, as vantagens e os direitos; os deveres e as responsabilidades do magistério público estadual. Nele são definidos sete princípios que vão balizar todo o detalhamento do instrumento normativo. São eles:

- a) Liberdade de ensino, aprendizagem, pesquisa e divulgação da cultura, do pensamento, da arte e do saber;
- b) Gestão democrática do ensino da rede pública estadual, na forma da Lei Complementar Estadual n. 290, de 15 de fevereiro de 2005;
- c) Valorização dos professores e especialistas de educação, o que inclui a garantia de uma remuneração digna;
- d) Profissionalização, que pressupõe vocação e dedicação ao magistério, habilitação profissional e condições adequadas de trabalho;
- e) Estímulo ao aperfeiçoamento profissional e à atualização dos conhecimentos;
- f) Evolução funcional baseada na avaliação do desempenho e na aquisição de títulos;
- g) Livre associação sindical dos professores e especialistas da educação.

A carreira dos professores ficou estruturada em seis níveis e dez classes, e a de especialistas de educação em cinco níveis e dez classes. Cabe evidenciar que na

implementação do EPCCR houve uma série de atrasos (que ainda persistem), principalmente no que concerne ao sistema de promoção e incorporação de ganhos decorrentes da formação continuada.

1.3. A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM LEI

No RN, a gestão democrática foi implantada pela Lei Complementar n. 290, de 16 de novembro de 2005, e regulamentada pelo Decreto n. 18.463, de 24 de agosto de 2005. No artigo 2º dessa Lei, fica determinado que a gestão democrática tem por objetivo a construção de uma cultura de participação da comunidade escolar, promovendo a confiança na escola pública, de modo a favorecer a formação plena do estudante.

O artigo 3º especifica os princípios que devem orientar a gestão democrática nos seguintes termos:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VI – valorização do profissional de educação escolar;
- VII - garantia do padrão de qualidade;
- VIII – valorização da experiência extra-escolar;
- IX – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- X – organização do currículo enfatizando aspectos da história, da cultura e da economia potiguar;
- XI – orientação de prioridades pela comunidade escolar;
- XII – descentralização financeira, na forma do estatuído pela Lei Estadual n. 8.398, de 17 de outubro de 2003, e pela legislação federal aplicável.

A gestão democrática da escola pública, nos termos desse ordenamento jurídico, deve ser exercida pela equipe de direção da escola (composta por diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico e coordenador administrativo-financeiro) com auxílio do Conselho Escolar (órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador da escola) e sob a supervisão da Secretaria de Educação. O diretor e o vice-diretor são eleitos pelos professores, equipe pedagógica e administrativa, estudantes e pais de alunos ou

responsáveis. Nesse processo ficou assegurada a paridade de votos em 25,0% para cada uma dessas categorias (Decreto n. 18.463).

A referida Lei prevê, também, a Assembléia Geral da Escola como órgão consultivo e fiscalizador, a qual pode ser convocada pelo Conselho escolar. Atualmente já foram realizadas eleições diretas para os cargos de diretor e vice-diretor em todas as escolas estaduais.

A SEC-RN tem, ainda, como proposta da atual gestão (2010), um projeto de gestão integrada que visa implantação e implementação do modelo de gestão por resultados, por meio da instrumentalização do gestor escolar e instituição de rotinas e procedimentos administrativo-pedagógicos. O propósito do projeto é assegurar a construção de uma gestão democrática com vistas à consolidação da identidade e unidade institucional. Para assegurar a integralidade da proposta, foi criada uma rede de gestores escolares descentralizada por DIREDE, que pretende assegurar os mecanismos de descentralização coordenada da gestão nas escolas da rede estadual de ensino.

1.4. O ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO RN

O RN manteve, durante o ano de 2009, cinco escolas com turmas de EI, totalizando 249 alunos matriculados na Pré-Escola (crianças com 4 e 5 anos de idade). Conforme evidencia o Tabela 1, as turmas de EI mantidas pelo estado estão distribuídas em quatro cidades, incluindo a capital.

Tabela 1 – Escolas Estaduais com atendimento de Educação Infantil, segundo a localização e o número de alunos atendidos

| CIDADE | ESCOLA | NUMERO DE ALUNOS PRÉ-ESCOLA |
|-------------------|---|------------------------------------|
| NATAL | EE POTIGUASSU (zona urbana) | 86 |
| ALTO DO RODRIGUES | EE Prof. LUIS CARLOS (zona urbana) | 22 |
| MACAU | EE IOLANDA DIOGO LOPES (zona rural) | 21 |
| MOSSORÓ | EE JERONIMO VINGT ROSADO MAIA (zona urbana) | 97 |
| MOSSORÓ | EE LIONS ABOLICAO (zona urbana) | 23 |

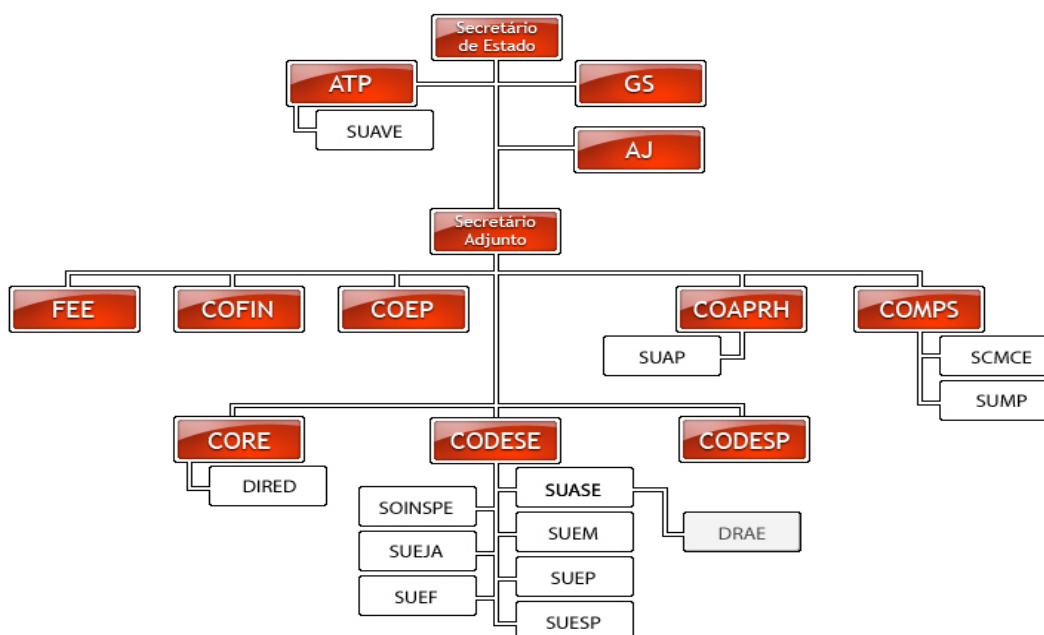
Fonte: SEC-RN (2009)

Além disso, o estado mantém convênio com o Movimento de Integração e Orientação Social (MEIOS) que é uma organização não-governamental (ONG) fundada em 25 de julho de 1979, pela então primeira dama do estado, Wilma de Faria, e que possui escolas de Educação Infantil em algumas cidades do Estado, incluindo a capital. O convênio com o estado se faz na forma de cessão de professores, repasse de materiais, de alimentos e apoio financeiro. No entanto, nem todo material é repassado às escolas pelo estado, dependendo da situação ou necessidade de cada escola é que se faz a cessão de professores ou apenas o repasse de recursos financeiros. As escolas de Educação Infantil mantidas pelo MEIOS geralmente são chamadas de Creches e, no geral, possuem um caráter marcadamente assistencial, não possuindo, muitas vezes, Proposta Pedagógica nem professores com habilitação mínima para atuação. Ao contrário, é comum encontrar professores que centram suas práticas no cuidado das crianças e desconhecem as discussões sobre a indissociabilidade entre o cuidar e o educar na Educação Infantil.

1.5 ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SEC/RN

A SEC-RN integra a administração pública estadual direta, sendo a organização da administração estadual responsável pelo o planejamento, organização, direção, controle e a execução dos programas e projetos destinados à implementação da política governamental nos setores de educação, cultura e desportos. A secretaria está ligada diretamente ao gabinete da governadora e a sua estrutura está organizada conforme a Figura 1.

Figura 1 – Organograma Administrativo da SEC-RN - 2009



Fonte: SEC-RN (2009).

A estrutura organizacional da SEC-RN é composta por: a) órgãos de assessoramento direto ao secretário de estado (GS, AJ, ATP); b) órgãos de atuação institucional (CONFIN, COAG); c) órgãos de execução programática (CODESE, CODESP); e d) órgão de atuação regional (CORE).

Para fins desse trabalho, importa destacar as ações da Coordenadoria de Desenvolvimento Escolar – CODESE – órgão responsável pela formulação, execução e acompanhamento da política educacional para o estado, assim como pelo assessoramento didático-pedagógico para toda a educação básica junto às Diretorias Regionais de Educação, Cultura e Desportos – DIRED e às unidades de ensino. Essa coordenadoria se organiza em cinco Sub-coordenadorias, assim especificadas: Sub-coordenadoria de Educação Básica e Profissional, Sub-coordenadoria de Educação Especial; Sub-coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos, Sub-coordenadoria de Assistência ao Educando, Sub-coordenadoria de Organização e Inspeção Escolar.

Embora as DIRED recebam assessoria didático-pedagógica da CODESE, administrativamente estão vinculadas à Coordenação de Órgãos da Educação – CORE –

que tem por finalidade instituir um canal permanente de comunicação entre a SEC-RN e as DIRED, as quais, por sua vez, têm a competência de, dentre outras, prestar assessoramento técnico-pedagógico às unidades escolares de sua jurisdição nas áreas de planejamento e avaliação, de desenvolvimento escolar, de administração e de finanças, com vistas à otimização do atendimento na rede estadual de ensino (RIO GRANDE DO NORTE, 2000).

As DIRED são em número de 16, e estão localizadas nos seguintes municípios, conforme Figura 2:

Figura 2: Localização geográfica das Diretorias Regionais de Educação



Fonte: SEC-RN, 2009

1.6 A ARTICULAÇÃO COM AS OUTRAS SECRETARIAS E COM OS MUNICÍPIOS

Em relação à articulação da SEC-RN com as demais secretarias de estado no planejamento, execução e avaliação da política educacional, conforme informações prestadas por técnicos da própria SEC-RN, não existe uma ação orgânica nesse sentido. Informam esses técnicos que essa articulação se verifica em apenas alguns programas pontuais.

No que concerne à articulação da SEC-RN com os municípios, observa-se que ela vem se concretizando por meio de programas financiados pelo governo federal, dentre os quais se destacam:

a) Planejamento Estratégico da Secretaria – PES, que se apresenta como a possibilidade de delineamento de um processo gerencial no âmbito da SME. O eixo central da proposta situa-se na direção de conceber uma dinâmica gerencial que propicie a concentração de esforços para melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade social do sistema. Trata-se, portanto, da busca de edificar um processo de planejamento, fundado na melhoria do processo de tomada de decisão e na delegação de autoridade e de responsabilidade com as várias instâncias do sistema educacional e no gerenciamento adequado dos recursos.

b) Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, que se constitui em um processo gerencial de planejamento estratégico coordenado pela liderança da escola e elaborado de modo participativo pela comunidade escolar. Na elaboração do PDE, a escola faz um diagnóstico de sua atuação, define seus valores, sua visão de futuro, sua missão, seus objetivos estratégicos, assim como as metas e os planos de ação para alcançá-los. A adoção desses mecanismos de gerenciamento tem como finalidade melhorar a qualidade do ensino que a escola oferece.

c) Escola Ativa – que contempla uma proposta pedagógica com adoção de uma metodológica inovadora para trabalhar com as classes multisseriadas (salas de aula que congregam, ao mesmo tempo e em um único espaço de aprendizagem, alunos de várias séries do ensino fundamental). Combina, em sala de aula, uma série de elementos e de instrumentos de caráter pedagógico/administrativo inovadores, cujo desenvolvimento objetiva aumentar a qualidade do ensino oferecido naquelas classes.

d) Levantamento da Situação Escolar – LSE, que tem por objetivo conhecer a situação atual das escolas das redes públicas (estadual e municipal) por meio da identificação das condições físicas dos prédios escolares, incluindo a disponibilidade de mobiliário, equipamentos e materiais didáticos e escolares existentes, a situação institucional das escolas, as condições da escola frente os padrões mínimos de funcionamento, assim como fornecer as informações necessárias para subsidiar a elaboração do microplanejamento educacional.

Para viabilizar esses programas, foi criada, na SEC-RN, uma nova coordenação, denominada Coordenação de Projetos Especiais–COEP, ligada diretamente ao gabinete do secretário. Essa coordenação tem por função articular todas as ações junto às SME e às escolas de ambas as redes públicas. Ressalta-se que nos dois últimos anos (2008 e 2009) essas ações vêm sendo desenvolvidas em parceria com a UFRN.

1.7. A ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RN-SINTE/RN: relações institucionais e com a categoria

1.7.1. O Sindicato como representação dos trabalhadores em educação

Situando a história do SINTE/RN, até meados da década de 1980, os professores eram representados pela Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN) e existiam, também, as associações de Supervisores Escolares e de Orientadores Educacionais. Na década de 1980, os movimentos sociais construíram o entendimento de que para fortalecer o processo de luta dos educadores seria necessário unificar todas as associações que congregavam profissionais da educação, formando Sindicatos específicos dos profissionais da educação, o que só se tornou possível após a promulgação da Constituição Federal de 1988. No RN, mesmo antes da unificação, a categoria tinha uma pauta de reivindicação conjunta para negociar com o Governo do estado e com o município de Natal.

[...] tínhamos um ponto de partida para dar organicidade à unificação e, também, tínhamos a compreensão de que a gente ia ter muito mais força juntos para enfrentar as disputas da categoria de forma mais orgânica (LÍDER SINDICAL, 2010).

Com essa compreensão, em 02 de setembro de 1989 consolidou-se a unificação das diversas categorias de profissionais da educação: ASSOERN, ASERN, AMECA, APM e APRN em um único sindicato denominado de Sindicato dos Trabalhadores de Educação Pública do Rio Grande do Norte (SINTE/RN). Conforme o Artigo 1º do seu Estatuto, está sediado e tem foro na cidade de Natal. Como entidade “[...] classista, democrática, autônoma, independente perante o Estado, as religiões e partidos políticos, [...] tem como objetivo defender os interesses dos trabalhadores em educação do sistema público de ensino municipal e estadual [...]” (RIO GRANDE DO NORTE, 2005). A ação do SINTE está baseada em alguns princípios: a) organização, representação, defesa

dos interesses sociais, políticos e jurídicos dos trabalhadores em educação; b) defesa de condições dignas de trabalho e justa remuneração da categoria; c) formação científica, técnica cultural e político sindical dos trabalhadores em educação; d) articulação política com entidades da classe trabalhadora para encaminhamento de lutas comuns; e) defesa da educação democrática e libertadora e do ensino público gratuito e de boa qualidade; f) proposição de políticas que favoreçam as condições de trabalho e a saúde dos educadores.

Do ponto de vista geográfico e político o Sindicato tem como base territorial todo o estado do RN. O quadro de sócios é constituído por aproximadamente 20 mil sócios, trabalhadores em educação pública, integrantes das redes municipais e estadual da Educação Básica em exercícios ou aposentados, excetuando-se aqueles filiados a outros sindicatos locais, sendo considerado um dos maiores sindicatos de professores do país.

No processo de mudança de Associação para sindicato nasceu “[...] uma nova terminologia, porque antes a gente chamava categoria de professor e, com essas mudanças, passou a denominar de trabalhador em educação” (DIRIGENTE SINDICAL, 2010). Essa terminologia criou determinados conflitos entre setores da categoria porque alguns profissionais reafirmavam que eram professores e não trabalhadores em educação.

A gente superou essa situação a partir do momento em que começamos a trabalhar o conceito de trabalhador, no conjunto da categoria, que passou a aceitá-lo considerando que somos profissionais, e que como profissionais nós somos também trabalhadores. (DIRIGENTE SINDICAL, 2010).

Diante desse cenário, e para acumular forças, o SINTE realizou uma série de seminários em que se discutia e se tornava claro qual seria o perfil do sindicato. Nesse sentido, optou por um “[...] sindicato classista, combativo, independente e que tivesse, principalmente, uma organização de base”. Após ser criado iniciou-se o processo de organização que se constituiu na criação das regionais correspondentes à concentração dos municípios em torno das Diretorias Regionais de Educação (DIREDE).

[...] para facilitar a nossa relação com as bases e travar a disputas localizadas. Em cada município sede de uma DIREDE a gente tem uma regional do SINTE, que foi desdobrada em núcleos por municípios; hoje são 87 núcleos que a gente tem organizados nos 167 municípios do Estado. (DIRIGENTE SINDICAL, 2010).

Nos municípios fora dessa circunscrição, a direção do SINTE presta assistência mais direta, mas a meta é organizar os núcleos em todo o estado, porque isso “[...] representa uma descentralização da luta e uma possibilidade de, no nível local, ter uma referência para intervir na organização dos trabalhadores e na pauta de reivindicação (DIRIGENTE SINDICAL, 2010).

O SINTE é filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Sua organização se expressa nas seguintes instâncias: Congresso Estadual (organismo máximo de deliberação da categoria), Assembléia Geral (órgão de deliberação de segunda instância), Conselho de Representante, Conselho Diretor, Conselhos Regionais e Diretoria Executiva (formada por três coordenadores gerais e onze diretores com funções específicas, todos escolhidos por eleição direta). Da organização do SINTE consta ainda o Conselho Fiscal. São formas de organização da base do Sindicato: Coordenação Regional com atribuições sociopolítica e administrativa; Núcleo Municipal caracterizado como uma unidade política, administrativa e organizativa; Departamento, instância organizativa da estrutura interna; Organização por local de trabalho (RIO GRANDE DO NORTE, 2005).

Em sua organização, o SINTE tem uma direção colegiada e mantém a alternância de poder por meio de eleições diretas, do voto secreto e universal. O estatuto não prevê a proporcionalidade. O processo eleitoral é marcado pela formação de chapas, o mais plural possível do ponto político-partidário e ideológico. No último pleito foram inscritas três chapas situadas em campos políticos e ideológicos diversos, sendo vitoriosa a chapa formada por militantes do PT, em composição com os independentes. Segundo a dirigente entrevistada, atualmente existe uma oposição à direção do sindicato exercida por dois grupos, sendo um composto pelo PSTU e pelo PCdoB, e outro constituído pelo POR e pelo PSOL.

No que concerne à relação do Sindicato com as Centrais Sindicais foi conduzida para CUT, cujos princípios combinavam com o ideário do SINTE. Então, o estreitamento da relação entre o SINTE e a CUT decorre da necessidade de trazer as lutas gerais dos trabalhadores para o campo específico da luta dos professores e dos funcionários.

Referindo-se ao papel do SINTE/RN, afirma sua dirigente que está baseado no princípio da solidariedade, da igualdade de direitos ao acesso pelos filhos da classe trabalhadora ao conhecimento sistematizado; à valorização profissional. Assim, considera que participando do movimento pode contribuir, organicamente com a categoria profissional e, também, com a educação. Entende que a defesa da educação apresenta-se, inicialmente, sob a bandeira da educação pública, gratuita, laica e de boa qualidade (bandeira que conduziu a luta nacional por aproximadamente após a segunda metade dos anos de 1970 e 1980). Atualmente, constitui-se a base da luta dos trabalhadores em Educação “[...] a promoção da educação pública e emancipatória dentro de um contexto social histórico, que permita ao homem ser construtor e participar da construção da sua história, participar das definições [na perspectiva da] transformação social, [...]” (DIRIGENTE SINDICAL, 2010, p.1).

Ressalta, também, a dirigente sindical que o “SINTE sempre teve um enfrentamento de classe, independente de qual fosse a conjuntura, mas nós temos o entendimento de que antes de qualquer coisa o sindicato tem o papel de dialogar com a sociedade”. Tem mantido um grande esforço para assegurar a interlocução com a sociedade, considerando que, sendo uma organização social que articula a luta político-sindical em defesa dos trabalhadores, não pode cair no isolamento político. Isso porque é um sindicato de educação e deve manter-se em interação com a sociedade, pois esta é usuária direta ou indireta desse serviço, e o diálogo é imprescindível. No embate com o governo, o reconhecimento e o apoio da sociedade tem sido fundamental no processo de negociação. Também é papel do sindicato contribuir com a formação continuada do conjunto da categoria, particularmente no aspecto sindical. Por fim é atribuído ao Sindicato o papel de

[...] organizar a categoria em momentos de lutas específicas e gerais, tendo uma base teórica que é fundamental para fomentar essa organização. Uma base que considera os profissionais da educação como sujeito histórico. É também papel do sindicato defender a escola pública de qualidade (DIRIGENTE SINDICAL, 2010).

Cumprindo seus papéis e funções, o SINTE tem trabalhado também junto aos pais e aos alunos, organizando reuniões nas escolas e na sede do sindicato. Além disso, nos congressos contam com a participação dos pais, ocasião em que se apropriam do conhecimento sobre a política sindical, principalmente no que concerne à gestão

democrática. Também é prática do SINTE trabalhar sobre as propostas de pauta reivindicatória com a OAB, com o Ministério Público, a Igreja Católica e com as Promotorias. Dada a amplitude de alcance do sindicato atualmente, essa estratégia tem atribuído visibilidade política e social às lutas da categoria.

1.7.2 Relações do sindicato com as bases e o governo

1.7.2.1 Relação do Sindicato com as bases

O SINTE mantém uma política de articulação com as bases que se materializa por meio da formação político-sindical e acadêmica do conjunto da categoria. Essa formação é orientada pela CNTE, que tem convênios com a Suécia para a formação dos dirigentes e da base. A CUT tem uma Escola no NE, com sede em Recife e desenvolve, atualmente, cursos sistemáticos de formação. Essa formação parte do pressuposto de que os dirigentes sindicais, mais do que antes, precisam conhecer os fundamentos sociológicos, econômicos, políticos e culturais requeridos pelo trabalho sindical que se pretende a ultrapassar os limites da corporação.

No RN há um programa que segue a mesma orientação do nacional (CNTE/CUT), acrescido da história do movimento. Parte desse programa é desenvolvida como formação, de forma presencial e/ou não presencial, cujo objetivo é facilitar o acesso ao debate e a esse conhecimento. A formação realiza-se mensalmente, por meio de oficinas e de seminários na sede do SINTE ou nas sedes das regionais. Conta com a contribuição de professores da UFRN, da UERN, do IFRN e do Instituto Presidente Kennedy.

Segundo a dirigente sindical, o pressuposto orientador da formação é o de que esta tenha uma abrangência maior do que os conteúdos específicos de ensino-aprendizagem. Traduz, assim, a formação sindical como estímulo à discussão de questões de ordem econômica, que devem ser trabalhadas com os alunos em sala de aula para que eles compreendam a estrutura e as relações que se estabelecem na sociedade. Para isso realiza seminários, encontros e debates. Nesses eventos são discutidas as pautas, como a redução da jornada de trabalho para 40 horas, assim como fundamenta o professor quanto a história e a trajetória do movimento sindical. Além dessa estratégia, o SINTE/RN produz boletins especiais e o Jornal Extra Classe, abordando determinados temas e incentivando à discussão permanente; elabora roteiros de trabalho e textos para

apoiar os professores; tem um site (www.sintern.org.br) constantemente atualizado com informes e notícias referente à categoria dos profissionais em educação e dos trabalhadores em geral. Além disso, procura envolver os jovens e os adultos nas lutas dos profissionais da educação, de modo que tenham uma formação cidadã, e não fiquem indiferentes ao que ocorre na sociedade.

No que concerne à formação acadêmica dos dirigentes, assinala que a luta pela formação inicial foi muito grande, principalmente na década de 1990, quando a legislação da educação a traduziu como obrigatória, em nível superior, para atuar na Educação Básica. A partir daquele momento, o SINTE reivindicou junto ao governo do RN estabelecer parcerias com a UFRN para formar professores, cujo quadro apresentava à época aproximadamente 10.000 com apenas o ensino médio. Atualmente, o número de profissionais com essa formação é inferior a 2.000. Superada essa fase, o sindicato colocou em pauta nas discussões com a SEC/RN a elaboração de um plano estratégico de formação continuada que até então era pontual, e essa forma não contribuía para o crescimento profissional, nem salarial dos docentes. Essa reivindicação aparece de forma recorrente em todas as pautas do sindicato apresentadas ao governo e está registrada, dentre outras formas, no Ofício nº 185/2007 do SINTE, encaminhado em 19 de janeiro de 2007 à Governadora do estado, Sra. Vilma Maria de Faria (SINTE, 2007).

Além do aparato legal, o processo de melhoria da qualificação profissional foi, em parte, induzido pela luta dos professores, pelos recursos financeiros do FUNDEF e pela pressão exercida pelo Governo Federal para que os estados e municípios chegassem até o ano 2000, proporcionando aos professores o acesso ao ensino superior. O município de Natal, em relação aos demais municípios do RN, tem hoje o maior número de especialistas, mestres e doutores atuando no Ensino Fundamental.

Outra estratégia de articulação do sindicato com as bases consiste na escolha de representantes no local de trabalho, ou seja, a Organização por Localização de Trabalho (OLT), seguida da formação. Considera a dirigente sindical (2010) que

Isso é importante, é meio fabril, mas tem um sentido muito grande no movimento sindical até porque esses setores são intermediários e se expressam em reuniões, encontros; expressam o sentimento da própria categoria. Nós também costumamos fazer conferências, jornadas pedagógicas, seminários, palestras pontuais; o movimento tem uma demanda que é também pontual e quando aparece um tema, por exemplo, como o fator

previdenciário atualmente em discussão a categoria inclusive participa do debate.

As bases são mobilizadas por meio de visitas às escolas para realizar pequenas reuniões, às vezes até por turma, dependendo da situação. Os encontros são agendados previamente e estão focados em problemas demandados pelas escolas e/ou do próprio movimento sindical.

Com esse trabalho, a dirigente afirma que o sindicato tem a expectativa de induzir à reeducação os profissionais da educação. Apesar de o sindicato conduzir-se por esse projeto de formação, a dirigente (2010) considera “[...] que a educação sozinha não vai transformar a sociedade, a gente nunca teve esse pensamento de que a educação transformaria a sociedade; entretanto ela é parte do processo de transformação”. Ressalta, ainda, que nem toda a categoria, em função dos aspectos econômicos (condições de trabalho, salário, etc.), atribui relevância a essa discussão. Esse é um aspecto que merece maior atenção dos profissionais principalmente daqueles oriundos das lutas desencadeadas no período da ditadura militar-civil e que mantém o exercício da militância política e sindical. Atualmente observa-se “[...] uma situação que nos incomoda muito: os novos ingressantes na carreira, de modo geral, não querem saber dessas questões, não estão muito preocupados com isso”. Reitera que a insatisfação econômica da categoria com a profissão de professor fica evidente no site do sindicato onde assim se expressam: “[...] eu vou abandonar essa profissão, porque esta profissão não dá dinheiro” (DIRIGENTE SINDICAL, 2010).

Pesquisa de opinião intitulada “Avaliação da Imagem do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do RN”, realizada em 2009 por uma empresa de consultoria sob encomenda do SINTE/RN, revelou que 42,5% dos professores aprovam a postura da atual diretoria no encaminhamento das demandas da categoria; 46,5% afirmam que os dirigentes sindicais têm compromisso com os trabalhadores em educação; 69,2 têm alguma confiança nas ações por estes desenvolvidas. Entretanto, em relação ao conjunto da atuação do sindicato, 22,5% atribuem os conceitos bom e ótimo, enquanto que 49,2% afirmam que a atuação é regular e apenas 17,4% indicam ruim e péssima.

1.7.2.2 Relação do Sindicato com o governo

A dirigente sindical sintetiza as demandas do SINTE junto ao governo em três eixos: salarial, condições de trabalho (estrutura e infra-estrutura) e saúde do trabalhador em educação. Considera que são poucos os avanços na solução dos problemas que se evidenciam e são pautados pela categoria. Na área econômica, no entanto, em decorrência da estratégia de greve, têm obtido algumas conquistas, ainda que estejam aquém do grau de expectativa da categoria e dos dirigentes do sindicato. Apesar de reconhecer alguns avanços, o sindicato constata a desvalorização dos profissionais, e isso influencia, de forma significativa em sua autoestima, que pode ser considerada baixa.

Outra demanda do SINTE aos governos tem sido a implementação dos direitos previstos no PCCR. Nesse aspecto a dirigente sindical considera que é necessário manter-se de plantão nas Secretarias de Educação para que alguns direitos fundamentais não sejam sumariamente desrespeitados. Isso acontece, em parte, com aqueles decorrentes do tempo de serviço, de títulos adquiridos (na formação inicial e continuada). Por exemplo, existem atualmente (maio de 2010), na rede estadual (RN), 25 mil processos de pagamento de gratificação por titulação, adquirida por professores, que estão atrasados desde 1994. O abono pecuniário, que é um instrumento criado pelo PCCR, não tem sido corrigido pelo governo desde o ano de 2002.

Uma conquista considerada importante pela dirigente sindical foi obtida no ano de 2009, com a promoção vertical (decorrente da formação inicial) de 9.000 professores. Permanecem, entretanto, em atraso, desde 1994, os processos de gratificação de 5%, decorrentes de mudança de letras na carreira. Essa problemática do não atendimento aos direitos dos trabalhadores em educação é mais acentuada nos sistemas municipais de ensino do que no estadual, o que leva o SINTE a permanentes conflitos políticos com essas instâncias administrativas.

Em relação às negociações do Piso com os governos estadual e municipais, considera a dirigente (2010) que tem enfrentado sérios problemas. Assinala, pois, que o Piso está se transformado em teto salarial e que o Governo do RN tem se utilizado do mesmo mecanismo assegurado pelo Supremo Tribunal Federal, em Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada por governadores de cinco estados da federação. Na

verdade tem-se atualmente uma distorção na tabela salarial remuneratória, sobre a qual assim se expressa:

No ano passado a classe inicial teve um abono de 14,93% sobre o limite da letra A [professor com nível médio em início de carreira]. No ano de 2010 o aumento foi de 7,83%, de forma que já temos uma distorção na carreira e, isso vai ser mais uma luta que nós vamos ter que enfrentar quando for reformular o plano de carreira da educação. [...] Vamos lutar pela a extensão desses direitos também para os aposentados [...] que não estão recebendo (DIRIGENTE SINDICAL, 2010).

O descumprimento da lei também se evidencia na liberação dos professores para estudos em nível de pós-graduação. Isso fica claro na fala da dirigente sindical quando afirma:

Nós estamos travando agora uma discussão com o atual (2010) Secretário de Educação para liberar os profissionais para realizar os estudos de pós-graduação porque o Secretário anterior vinha vetando esse direito. Dada a reincidência dessa negação temos inclusive recorrido às Promotorias de Educação do Ministério Público. A idéia que temos é que eles não dão nenhum valor à educação; não é só o que parece, se fosse diferente eles estariam dando disponibilidade para o aprimoramento do profissional porque depois ele vai ser um prestador de serviço ao próprio Estado (DIRIGENTE SINDICAL, 2010).

Por essas razões, considera a educadora que a relação do SINTE com os governos é sempre muito tensa. “Há prefeituras que batem a porta na cara da gente, que não recebem, e para enfrentar essa situação temos recorrido ao Ministério Público Estadual (MPE) e às Promotorias” (DIRIGENTE SINDICAL, 2010). Avalia também que essa estratégia tem sido muito positiva porque as Promotorias, compreendendo o seu papel social e político, convocam as prefeituras e emitem recomendações que acabam surtindo efeito. O SINTE tem acompanhado e controlado o uso dos recursos públicos para a educação e recorrido também ao MPE, em situações de irregularidades constatadas nos municípios e no estado. Essa atuação do MPE como mediador das relações entre o SINTE e os empregadores, tem sido importante na correção de distorções em iniciativas pertinentes ao que é constatado e denunciado pelo sindicato. Nesse aspecto, a pesquisa de opinião supra referida indica que 70,7% dos entrevistados consideram que o SINTE deve ter uma postura de negociar e estabelecer acordos com os governos estadual e municipais, porém, esse processo deve ser encaminhado de forma crítica.

Além da relação com os governos estadual e municipais, o sindicato mantém representação nos Conselhos Municipais de Educação e do FUNDEB com os quais estabelece boas relações. O sindicato não tem participação no Conselho Estadual de Educação o qual, segundo a sua dirigente, “[...] é muito fechado, segregador e não se abre para o movimento” (DIRIGENTE SINDICAL, 2010).

1.7.3 Condições de trabalho e saúde

A direção do SINTE define as condições do trabalho docente como precárias porque a estrutura física das escolas públicas é deteriorada, e mantém ainda o formato de décadas passadas: salas quentes e sujas, a iluminação deixa muito a desejar; cadeiras quebradas, às vezes amontoadas nos cantos da sala. Muitas vezes o professor dispõe apenas de quadro e giz, e o aluno tem apenas o caderno e o lápis na mão; as bibliotecas sem ambientação adequada; poucas escolas têm laboratórios. Na década de 1990, os laboratórios de física, química e biologia de grandes escolas, como a Atheneu Norterriograndense e a Winston Churchill, localizadas em Natal – escolas estaduais de grande porte e com tradição no Estado – foram desativados sem explicação plausível. Esse quadro representa fragilidade nas condições do trabalho docente e repercute na qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, pois limita a possibilidades da realização de experimentos que ultrapassem a simples leitura e interpretação de textos. Para os anos iniciais do Ensino Fundamental ainda faltam salas de leitura; às vezes, uma mesma sala da escola é ocupada com diferentes funções: multimídia, biblioteca, etc.

Diante dessa realidade os professores não encontram motivação para trabalhar nem o aluno para estudar. Por isso se cansam à medida que não têm como trabalhar com o aluno adequando as atividades ao processo ensino-aprendizagem, com o agravante de que as salas de aula, em muitas escolas, são pequenas e dificultam ainda mais a diversificação da dinâmica do trabalho docente. Quando tenta inovar, o professor é repreendido porque quebra a rotina, por estar perturbando a ordem que reina na escola.

Esse conjunto de problemas apresentado pela dirigente sindical tem desdobramentos na saúde do trabalhador em educação. Mostra a educadora que estudos realizados pela Universidade de Brasília e pela CNTE denunciam a interferência desses problemas na saúde desse trabalhador. Atualmente são identificadas quinze doenças que adquiridas no trabalho, algumas delas de ordem subjetiva (coronária, cordas vocais, pneumonia,

tuberculose, emocionais, comprometimento ósseo), as quais são consideradas como não-doença até que se evidenciem em estágio avançado. Essa compreensão acerca do estágio das doenças que afetam os docentes, por parte dos gestores escolares e de outras autoridades do estado, tem causado desconforto e constrangimentos, pois, às vezes o recurso do atestado médico para respaldar as faltas ao trabalho é usado em excesso e as explicações não convencem os dirigentes sobre a gravidade do problema.

O sindicato adverte para o fato de que esse quadro pode ser agravado em virtude de o poder público (estado/município) não materializar o direito à licença prêmio, a cada cinco anos, conforme determina o PCCR. Tudo isso vai gerando entre os profissionais uma série de problemas que resultam, inclusive, na desistência da profissão, provocada não apenas pela questão salarial, mas principalmente pelas condições emocionais.

O SINTE tem reivindicado incisivamente o cumprimento desse direito e evidenciado as mudanças nas relações de trabalho no mundo contemporâneo, no qual aquelas do tipo patriarcal e de puro mando já não se sustentam. Por isso, os direitos devem ser atendidos em sua plenitude e não mais como dádiva do poder público. Além do mais, o professor atualmente deve ser plenamente respeitado, e em razão disso, a sua saúde e as condições de trabalho devem ser cuidadas, valorizando-os como profissionais que passariam a ter uma boa saúde e conseqüentemente, uma melhor atuação. Essa concepção de trabalho é pouco compreendida pelos governos estadual e municipais, pois estes não entendem a natureza do trabalho intelectual nem das relações com o SINTE, que se apresentam de forma conflituosa.

Diante desse embate entre o sindicato e os patrões, na defesa dos direitos dos trabalhadores em educação, existe mais uma dificuldade decorrente da ausência da regulamentação de determinados direitos previstos em lei, criando assim um vácuo do ponto de vista legal. Direitos como as licenças e os cuidados com a saúde, estão permanentemente na pauta das audiências com os patrões, permanecendo, porém, sem resolução.

Outra reivindicação do SINTE refere-se à jornada de trabalho. Atualmente essa problemática apresenta como desdobramentos o fato de que o profissional de educação, em função dos baixos salários, precisa manter-se em até três empregos. Em decorrência dessa sobrecarga de trabalho não dispõe de tempo para estudar nem para aprofundar-se

em aspectos inerentes ao próprio trabalho docente. O SINTE tem reivindicado que a jornada de trabalho possibilite ao profissional um tempo adequado à interação com os colegas, pelo menos para discutir coletivamente como anda a prática e a relação com os alunos, para informar-se sobre o que está acontecendo na escola e no mundo. Isso porque, para transformar a realidade da Educação Básica no país, é necessário ter tempo suficiente para dedicar-se à profissão. Para isso, a jornada e as condições salariais são fatores imprescindíveis. A sobrecarga de trabalho limita o professor à atuação em sala de aula, em detrimento de compreender as relações que se estabelecem na escola e fora dela.

Em relação aos cuidados específicos do poder público com a saúde do professor, a direção do SINTE considera que as ações são frágeis porque o estado não reconhece a importância em assumir esse aspecto de forma sistemática. No RN existe apenas um programa de qualidade de vida promovido pela EMATER-RN, restrito aos servidores administrativos. Outro aspecto fundamental para saúde do trabalhador e que é pouco cuidado pelo poder público refere-se ao esporte e ao lazer. Sem condições de financiar atividades dessa natureza, os professores não frequentam teatro, cinema, não praticam esporte nem lazer, condições essenciais a uma boa qualidade de vida e, conseqüentemente, à saúde das pessoas. Diante dessas limitações, principalmente nos finais de semana, os professores permanecem em casa assistindo televisão e isso repercute nas suas condições de saúde.

As reivindicações concernentes a essas demandas apresentam-se na pauta das negociações com os governos, nos último cinco anos, de duas formas: primeiro, exigindo a implementação de programas de qualidade de vida, mas não há uma resposta satisfatória até o momento; segundo, reivindicando ao estado a disponibilização de médicos do trabalho para, sistematicamente, fazer exames e constatar como anda a saúde dos docentes.

Essa preocupação do SINTE com as condições de trabalho e de saúde do professor tem tido repercussão positiva na relação com a categoria. As bases têm solicitado com frequência, a mediação do SINTE, para o enfrentamento de problemas relativos às precárias condições de trabalho e à falta de assistência à saúde dos professores. Para encaminhar essas demandas, o sindicato tem promovido visitas, produzido documentos e incentivado a elaboração, pelas bases, de outros documentos com demandas locais e a

formulação de agendas de reivindicações ao poder local. A dirigente sindical reforça que essa sistemática tem sido muito positiva, tanto na capital quanto no interior, porque se consubstancia em uma forma coletiva de produzir informações sobre o que ocorre nas bases, mas também como forma de comprometer, coletivamente, o poder público com as demandas dos docentes.

Outro aspecto da precarização do trabalho docente consiste no fato de o estado contratar estagiários para exercer a docência na Educação Básica. Inicialmente eram recrutados estudantes universitários dos primeiros períodos, e só após a intervenção da Procuradoria Geral do Trabalho, passou a contratar estudantes que estão cursando a partir do quinto período do ensino superior. Atualmente, somente na rede estadual, existem cerca de 4.000 estagiários atuando na docência, ocupando vaga de professores aprovados em concurso público, realizado em 2005 e prorrogado até 2009, mas que até esse momento não foram convocados. O Ministério Público obrigou o governo a realizar, ainda em 2010, um concurso para preencher 4.000 vagas de professores que devem ser contratados em 2011.

O trabalho do professor também é marcado pela violência simbólica expressa de diferentes formas, conforme relata a dirigente sindical (2010):

A violência simbólica é aquela chamada no nosso mundo, na nossa geração, na prática, é aquela da xingação, é aquela que você recebe a xingação e a ameaça, não é a agressão física; nós não temos constatado, a não ser entre os alunos; entre alunos tem agressão física, mas aos profissionais não. Mesmo assim, os profissionais, eles não gostam desse ambiente. Eles colocam muito que é difícil você tá lidando com o jovem. Eles dizem que é, às vezes, fingem de mortos pra não responder; escutam e tocam pra frente porque tem medo de outras reações; e às vezes a escola tenta fazer um trabalho, mas a própria família muitas vezes toma as dores do filho, chega à escola e desmancha o trabalho que a gente tá fazendo, a escola, os professores tem dado depoimentos muitos fortes.

Além dessa referência à violência de natureza simbólica, outras se evidenciam em situações nas quais o professor tem que esconder bem o seu carro ou a sua moto porque qualquer coisa que contrarie os alunos eles depredam o patrimônio pessoal. Às vezes formam grupos e ameaçam os professores com olhares de intimidação, com palavrões que são muito fortes. Diante dessas ameaças a escola como instituição e os docentes se consideram impotentes para enfrentar os diferentes tipos de violência. Considera, no entanto, que não existe um consenso sobre a responsabilidade por essas expressões de violência na escola ou que a responsabilidade é compartilhada entre o poder público, a família e a escola.

A dirigente ressalta que existem, entre os professores, duas vertentes antagônicas sobre a violência: a omissão, que não quer saber de compartilhar dessa história. Existe uma omissão muito grande, uma vez que a categoria é muito corporativa e entende que a sua atuação se limita à sala de aula. A outra parte dos profissionais considera que existe um projeto político-pedagógico na escola o qual contempla a natureza da totalidade do que se passa dentro da escola, portanto, se sente responsável pela formação dos alunos. A parcela de professores que assumem responsabilidades em relação à violência na escola promove essa discussão com as famílias.

A violência que se expressa na escola é, pois, um aspecto trabalhado pelo sindicato, ainda que seja abordada de forma incipiente, pois “[...] quando o profissional se sente agredido ou de alguma forma lesado, muitas vezes, tem medo de formular a queixa. Então, há muita omissão nesse sentido que é representada pelo medo” (DIRIGENTE SINDICAL, 2010). Essa problemática é revelada em pesquisa feita pelo sindicato juntamente com o movimento de mulheres, na qual os depoimentos revelam a omissão por parte das pessoas que sofrem agressão. Apesar de trazê-la para o debate, reconhece a dirigente que nesse aspecto os avanços são tímidos.

Ainda referindo-se às condições do trabalho docente, a autonomia é destacada pela dirigente sindical como fundamental ao exercício do magistério. Relaciona-se com a consciência do profissional sobre o seu papel na sociedade e apresenta-se entre “[...] aqueles professores que são ligados aos partidos políticos ou têm qualquer militância que os despertem mais rápido para a questão da autonomia do trabalho docente” (DIRIGENTE SINDICAL, 2010). A falta de autonomia do professor está também relacionada à sua formação a qual, de modo geral, é precária e carece de fundamentação

consistente para atuar nesse campo profissional. Em função disso, o professor aceita as imposições sem questioná-las e passa a adotar uma série de procedimentos sem refletir sobre seu significado. Para que ele reserve sua autonomia no seu trabalho, seria necessária

[...] uma formação de boa qualidade que lhe propicie aquisição de conhecimentos específicos e pedagógicos que os capacite para enfrentar a complexa tarefa de educar no atual momento. É preciso assumir uma postura teórico-metodológica que oriente a ação pedagógica e possibilite fazer uma contraposição às propostas impostas ao docente. O que se observa hoje nas escolas é que, muitas vezes, o professor não tem autonomia de questionar o porquê das coisas e isso decorre da fragilidade do seu conhecimento (DIRIGENTE SINDICAL, 2010).

1.7.4 Planos de Carreira, Cargos e Remuneração

No RN, todos os municípios têm os seus PCCR. Muitos deles, entretanto, foram feitos por assessores contratados pelas prefeituras sem promoverem discussão com o conjunto da categoria. Isso tem se constituído em dificuldade para o SINTE, pois o que predominou na elaboração dos planos não foi a discussão com a categoria. A dirigente sindical (2010) afirma que:

[...] para a gente desmanchar, desmontar alguns elementos desses planos que contrariam os interesses da categoria tem sido uma dificuldade. Boa parte deles são cópias; temos vários planos de carreira que são iguais ao do município de Natal, sem tirar uma vírgula.

Em alguns municípios onde o sindicato tem os seus núcleos atuando, houve a participação nas discussões para elaboração dos planos. “A nossa chegada de forma organizada no município tem sido importante e, por isso, é que hoje estamos intensificando, cada vez mais, o número de núcleos” (DIRIGENTE SINDICAL, 2010). Essa postura possibilitou a intervenção orgânica e propositiva do SINTE e uma melhor organização da categoria. Sobre esse aspecto a educadora evidencia que boa parte dos professores não conhece o PCCR de seu município. Por isso, o SINTE tem duas preocupações fundamentais:

[...] a primeira é tornar o plano conhecido de toda a categoria e a segunda é identificar os pontos que vamos desmontar e as formas de luta. As estratégias de atuação adotadas foram as greves, a articulação com as Câmaras Municipais e a realização de audiências públicas (DIRIGENTE SINDICAL, 2010).

Completando esse raciocínio assinala a importância das audiências públicas como mecanismo importante de participação da sociedade, ampliando, assim o debate para além dos professores. Essa tem sido uma estratégia muito interessante e que contribuiu para ‘breçar’ determinadas posturas dos prefeitos “[...] porque eles não vão se comprometer e também não abrem mão daquilo que é fissura na administração deles, e nem querem comprar a briga com o sindicato; [...]” (DIRIGENTE SINDICAL, 2010).

As tabelas apresentadas a seguir, extraídas de Ferreira (2010), sintetizam alguns dados que possibilitam comparar a situação salarial dos docentes, de nível I e III da rede estadual de ensino do RN antes e depois da implementação do PCCR.

Tabela 2 - Vencimento do professor de Nível Médio- antes e depois do PCCR

| Classes | NÍVEL I - Magistério Remuneração Antes do PCCR | A partir do PCCR | Acréscimo % | Quantidade de Professores |
|---------|--|------------------|----------------|------------------------------|
| A | 533,28 | 620,00 | 16,26 | 2.587 |
| B | 536,79 | 651,00 | 21,28 | 2.300 |
| C | 540,48 | 683,55 | 26,47 | 894 |
| D | 544,48 | 717,73 | 31,82 | 1.014 |
| E | 548,43 | 763,61 | 37,41 | 1.100 |
| F | 552,70 | 791,29 | 43,17 | 2.226 |
| G | 557,18 | 830,86 | 49,12 | 992 |
| H | 561,89 | 872,40 | 55,26 | 817 |
| I | 572,78 | 916,02 | 59,93 | 526 |
| J | 591,27 | 961,82 | 62,67 | 737 |

Fonte: Estatuto e Plano de Cargo, Carreira e Remuneração do Magistério Público Estadual do Rio Grande do Norte: uma conquista através do SINTE/RN, 2006.

A tabela seguinte refere-se ao nível de remuneração dos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino com formação de nível superior.

Tabela 3 - Vencimento do professor de Nível Superior- Licenciatura - Antes e depois do PCCR.

| Classes | NÍVEL III- Licenciatura Remuneração Antes do PCCR | A partir do PCCR | Acréscimo % | Quantidade de Professor |
|---------|---|------------------|-------------|----------------------------|
| A | 663,24 | 868,00 | 30,87 | 2.106 |
| B | 686,25 | 911,40 | 32,81 | 981 |
| C | 710,41 | 956,97 | 34,71 | 727 |
| D | 735,79 | 1.004,82 | 36,56 | 712 |
| E | 762,42 | 1.055,06 | 38,38 | 817 |
| F | 790,40 | 1.107,81 | 40,16 | 1.003 |
| G | 819,77 | 1.163,20 | 41,89 | 849 |
| H | 850,60 | 1.221,36 | 43,59 | 635 |
| I | 882,98 | 1.282,43 | 45,24 | 526 |
| J | 916,98 | 1.346,55 | 46,85 | 890 |

Fonte: Estatuto e Plano de Cargo, Carreira e Remuneração do Magistério Público Estadual do Rio Grande do Norte: uma conquista através do SINTE/RN 2006.

Conforme os dados apresentados nas Tabelas 2 e 3, observa-se uma melhoria salarial para o conjunto da categoria, mas que na implementação dos acordos, o governo não tem cumprido a pauta integralmente, resultando na permanência de defasagens constatadas anteriormente pelo SINTE. Estudo realizado por Ferreira (2010) evidencia que conforme acordo firmado com o governo, os valores constantes nas tabelas seriam pagos a partir de agosto de 2009. Porém, de acordo com a direção do SINTE/RN, a categoria foi surpreendida pelo não cumprimento das negociações por parte do governo estadual. No dia 28 de agosto/2009, a direção conseguiu uma audiência com o governo, com o objetivo relatar e buscar alternativas para a situação.

O estudo de Ferreira (2010) mostra que a despeito desses descompassos, a antecipação do Piso, conforme acordado com o governo, saiu com efeito retroativo a agosto de 2009, o que é avaliado pela Coordenadora Geral do SINTE/RN, como uma conquista da categoria e comprova o sucesso da estratégia adotada pelo SINTE. Dentre os compromissos assumidos pelo Governo durante a greve de 2009, apenas a progressão da Letra não foi cumprido. Os demais foram honrados, embora, pagos com atraso.

Conforme o Artigo 5º do PCCR, o quadro permanente do Magistério Público é formado pelos cargos públicos de provimento efetivo de professores e especialistas da Educação Básica à Educação Profissional. A carreira do professor foi estruturada em seis Níveis e dez Classes e a de especialista de educação estruturada em cinco Níveis e dez classes. O Nível corresponde à posição na estrutura da carreira conforme a formação e/ou titulação

do cargo de professor e especialista da educação. O cargo de professor significa o Nível da carreira, que se divide em dez classes de vencimentos de A a J (FERREIRA, 2010).

Tabela 4 - Organização da Carreira de Professor permanente da rede pública estadual do RN, conforme PCCR.

| Categoria | Níveis | Classes | Habilitação |
|------------------|---------------|----------------|---|
| Professor | N-I | A a J | Nível Médio na modalidade Normal |
| | N-II | | Licenciatura Curta e Licenciatura Curta + 1 ano de estudos adicionais. |
| | N-III | | Licenciatura Plena ou outra Graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica. |
| | N-IV | | Licenciatura Plena ou outra Graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica e título de Especialista. |
| | N-V | | Licenciatura Plena ou outra Graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica e título de Mestre. |
| | N-VI | | Licenciatura Plena ou outra Graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica e título de Doutor. |

Fonte: Lei Complementar nº 322/06.

A carreira de Especialista em Educação apresentada no Quadro 05, a seguir, está organizada em cinco níveis e dez classes de vencimentos, representadas pelas letras de A a J.

Tabela 5 – Organização da Carreira de Especialista em Educação – quadro permanente da rede pública estadual do RN, conforme PCCR.

| Categoria | Níveis | Classes | Habilitações |
|--------------------------|---------------|----------------|--|
| Especialista de Educação | I* | A a J | Licenciatura Curta e Licenciatura Curta + 1 ano de estudos adicionais |
| | II | | Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia |
| | III | | Licenciatura Plena em Pedagogia e título de Especialização |
| | IV | | Licenciatura Plena em Pedagogia e título de Pós Graduação em nível de Mestrado |
| | V | | Licenciatura Plena em Pedagogia e título de Pós Graduação em nível de Doutor |

Fonte: Lei Complementar nº 322/06.

*Nível especial em educação.

A lógica da organização da carreira dos professores é a mesma dos especialistas, diferenciando-se apenas no número de níveis. Enquanto a carreira de professores organiza-se em seis níveis a de especialistas estrutura-se em apenas cinco.

Em síntese, tanto para os professores quanto para os especialistas a progressão na carreira do magistério, conforme a Lei Complementar nº 322/06, decorre “[...] da avaliação do desempenho do Professor e Especialista da Educação, com base nas normas elaboradas pela Comissão de Gestão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Estadual [...]” (DIRIGENTE SINDICAL, 2010).

PARTE II - POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA

2.1. O MUNICÍPIO DE NATAL

2.1.1. A cidade de Natal: alguns indicadores sócio-econômicos e breve retrospectiva educacional

Natal é a capital do estado do RN. Situada às margens do rio Potengi, integra a mesorregião do Leste Potiguar, compreendendo também o Pólo Costa das Dunas, e tem o Forte dos Reis Magos como um dos seus marcos históricos. Seu nome é uma referência ao dia de sua fundação – 25 de dezembro de 1599. A cidade que nasceu como cidade, não passou pelos atributos de Povoado nem de Vila, comuns no território brasileiro. Por sua localização entre a América do Sul e o Continente Africano, no extremo-nordeste do Brasil, tem a denominação de esquina do continente. Por isso, teve um importante papel na estratégia dos aliados durante a Segunda Guerra Mundial, recebendo o título de Trampolim da Vitória. Devido a sua localização privilegiada no continente, Natal é contemplada com ventos constantes e isso a torna com clima agradável, sendo destacada pela NASA, como a cidade que possui o ar mais puro das Américas.

O relevo é formado por planícies litorâneas, com depressões e planaltos. Possui um número expressivo de dunas de areia móveis (encobertas ou devastadas pela ação do homem e da natureza), ao longo do seu território, com altitudes diversas. A despeito

dessa propriedade natural, ao longo da história observa-se o descaso do poder público estadual e municipal expresso na falta de políticas públicas de saneamento básico e de controle da ocupação do solo, de construção de residências, de planejamento e execução de infra-estrutura compatível com as demandas do crescimento populacional urbano e do desenvolvimento sócio-econômico.

Natal compreende o território da Região Metropolitana,¹ conhecida também como Grande Natal, concentra em torno de “[...] 37,6% da população total do estado (FELIPE, 2004, p. 31), e é formada pelos municípios de Natal, Extremoz, Ceará Mirim, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu, Macaíba, Nísia Floresta e Parnamirim.

A população total do município, segundo estimativas do IBGE (2009), é de 806.203 habitantes, sendo que o território do município é eminentemente urbano, inexistindo área rural. Natal possui 25,7% da população estadual e 0,42% da população brasileira. A taxa de fecundidade é de 2,0 filhos por família e a expectativa de vida é de 68,8 anos. A mortalidade infantil apresenta um coeficiente de 36,5 mortes por mil recém-nascidos. O IDH geral da cidade é de 0,788 (médio), está na 1ª posição no ranking de desenvolvimento humano do RN e na 838ª em relação ao restante dos municípios brasileiros. A renda per capita de Natal (R\$ 10.362,00) corresponde ao IDH de 0,746, também considerado médio.

A economia do município é focalizada no comércio, na indústria, nos serviços (públicos em especial), na extração mineral e principalmente no turismo, que emprega atualmente mais de 25% da população economicamente ativa. A maior concentração da rede hoteleira, dos shoppings, restaurantes e bares encontra-se, principalmente, nos bairros de Capim Macio, Candelária, Ponta Negra e Via Costeira.

Isso decorre das políticas públicas e das tendências do mercado nas últimas três décadas que concentram iniciativas estatais, principalmente de infra-estrutura (estradas, energia elétrica, hotelaria) e da iniciativa privada para Natal e seu entorno. O turismo foi incrementado seguindo-se o mercado imobiliário, cujo desenvolvimento se expandiu para o litoral do estado, atraindo grandes investimentos de empresas nacionais e estrangeiras (principalmente norte-americanas e européias).

¹ A Região Metropolitana de Natal foi criada pela Lei Complementar n° 221, de 10 de janeiro de 2002, e publicada no DOE em 11 de janeiro 2002.

A sede do município possui 36 bairros dispostos em quatro regiões administrativas: Norte, Sul, Leste e Oeste. A infra-estrutura é considerada básica – 100% das residências são atendidas com energia elétrica e mais de 93% são ligados ao abastecimento de água – porém, é insuficiente a rede de transportes urbanos, saneamento básico, assistência à saúde, segurança, dentre outros aspectos específicos da urbanidade.

Do ponto de vista social, apesar do investimento na indústria do turismo, uma parte da população da cidade de Natal ainda não dispõe uma infra-estrutura compatível com padrões mínimos de qualidade de vida, habitando em favelas. A região Sul da cidade é contemplada com infra-estrutura razoável, com comércio bem desenvolvido (shoppings, supermercados, hotéis, pousadas, bares e restaurantes freqüentados pela classe média e alta). A região Oeste, é uma das mais precárias em infra-estrutura de serviços básicos. A Região Leste, a mais densa em termos residenciais e com maior concentração populacional (condomínios de apartamento de luxo, hospitais, entre outros equipamentos urbanos), destaca-se pelas disparidades socioeconômicas. Ao lado de condomínios de luxo, habitam áreas reconhecidas como de extrema pobreza.

A região Norte, a que mais cresceu na expansão da cidade, era conhecida, até pouco tempo, por abrigar setores das classes desfavorecidas. Essa realidade vem mudando, em decorrência de investimentos públicos em obras de infra-estrutura e, principalmente, com a instalação de grandes empreendimentos imobiliários na região, o que tem se traduzido em melhorias para a população. Destacamos, no entanto, que esse desenvolvimento contempla apenas alguns bairros, ficando os demais com infra-estrutura precária.

A população economicamente ativa da região metropolitana apresenta baixo nível de instrução. Dados de 2002 demonstram que 38,9% de seus componentes não haviam completado o Ensino Fundamental; 9,8% eram analfabetos e, somente 21,3% dos trabalhadores haviam concluído o Ensino Médio. Entre os desempregados, a pesquisa revelou que “[...] 54,4% eram analfabetos ou possuem até o Ensino Fundamental incompleto; 23,5% tinham o Ensino Médio incompleto e apenas 22,1% dos desempregados tinham cursado todo o Ensino Médio” (FERREIRA, et al, 2002, p. 122).

Atualmente, Natal é governada pela articulação política composta pelos seguintes partidos: PV, PP, DEM, PPS e PSDB.

2.1.2. A ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL DE NATAL

Segundo a Resolução nº 004/2007, do Conselho Municipal de Educação, o Sistema de Ensino do Município de Natal integra as instituições educacionais criadas e mantidas pelo poder público municipal; instituições de Educação Infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos municipais de educação.

Dentre os princípios que fundamentam a organização do sistema de ensino municipal estão: organização do ensino pautado na sociedade do conhecimento; construção de uma cultura de solidariedade, de respeito à liberdade e de apreço à tolerância; cidadania que sabe pensar e intervir; universalidade, com equidade e qualidade; gratuidade da educação pública; respeito ao educando considerado centro da ação educativa e sujeito de uma aprendizagem permanente; valorização da diversidade de experiências; co-participação família, escola e comunidade; valorização dos profissionais da educação; respeito à pluralidade de concepções pedagógicas; gestão democrática (RESOLUÇÃO n. 004/2007).

De acordo com o Art. 9 da mesma Resolução, o Sistema de Ensino do Município de Natal atenderá, prioritariamente, a educação Infantil, o Ensino Fundamental e suas modalidades: Educação de Jovens e Adultos/EJA e Educação Especial.

Tomando como referência as diretrizes e bases da educação nacional e os termos do artigo 154 da Lei Orgânica do município, o sistema de ensino municipal de Natal, abrange em caráter de obrigatoriedade e de gratuidade, os seguintes serviços: ensino fundamental que esteja adequado às condições de vida dos educandos, contemplando também aqueles sujeitos que não tiveram acesso a ele em idade própria; atendimento às crianças de zero a cinco anos de idade em creches e pré-escolas; atendimento educacional aos portadores de necessidades especiais; programas de erradicação do analfabetismo e a oferta de ensino noturno regular compatível às peculiaridades e expectativas do educando trabalhador (NATAL, 2001).

2.1.2.1 O Plano Municipal de Educação – PME

Natal possui um PME com vigência para o período de 2005 a 2014, tendo sido elaborado conforme as prescrições do Plano Nacional de Educação - PNE (2001- 2010). O PME apresenta uma análise situacional do sistema de ensino, bem como os resultados de discussões com representantes de entidades civis, políticas e educacionais. Tem

como metas: Universalização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental; melhoria da qualidade do ensino; ampliação e melhoria da rede física; valorização do magistério. Neste Plano, estão explícitos os princípios gerais que devem nortear as ações educacionais gerenciadas pela Secretaria Municipal de Educação.

As diretrizes e os objetivos desse Plano ressaltam: a valorização do magistério por meio da humanização do ambiente e das relações de trabalho, a formação permanente e continuada, assim como a reformulação e a implementação do PCCR.

Neste Plano, estão explícitos os princípios gerais que devem nortear as ações educacionais gerenciadas pela Secretaria Municipal de Educação com vistas a atender as necessidades e anseios da sociedade contemporânea, dentre os quais destacamos: a educação como um direito social; todos os seres humanos são capazes de aprender e o fazem em ritmos diferentes; uma pedagogia que promova a construção da autonomia, vista como fundamental para o desenvolvimento pleno do educando; a educação escolar como espaço propício para a construção de uma cultura solidária de amor à vida, respeito às diferenças e promoção da paz (NATAL, 2005).

No que diz respeito à formação dos profissionais da educação e valorização do magistério, é destacado no PME que a qualidade da educação está associada a três eixos: a formação profissional inicial, permanente e continuada; às condições de trabalho; ao salário e à carreira. A diretriz orientadora das metas e dos objetivos para a implementação desse plano assegura a valorização do magistério, considerando a humanização do ambiente e das relações de trabalho, a formação permanente e continuada e a reformulação e implementação do PCCR. Dentre os objetivos para essa área estão: a garantia da implementação do PCCR e Estatuto Magistério; assegurar 20% da carga-horária dos educadores para o planejamento de aulas, de avaliações e reuniões pedagógicas; a garantia, na rede municipal de ensino, da formação inicial, permanente e continuada do pessoal técnico e administrativo, tendo em vista a sua qualificação.

Além disso, o PME assegura o direito ao afastamento para cursos de pós-graduação *strictu sensu*, sem prejuízo nos vencimentos e em outros direitos dos profissionais; a participação dos profissionais da educação em eventos da área educacional, no âmbito local, nacional e internacional; a consolidação do programa de formação permanente e continuada para os educadores em atividade, oferecendo subsídios para a compreensão

das novas concepções sobre desenvolvimento humano, ensino-aprendizagem e avaliação. O PME institui um sistema de avaliação de desempenho e qualificação dos profissionais da educação, garantindo o cumprimento do dispositivo do PCCR e Estatuto Magistério, institucionalizado pela Lei n. 058/2004. O Artigo 1º dessa Lei disciplina

[...] o regime jurídico dos profissionais do magistério público municipal, no que lhe é peculiar, e cria e estrutura o Quadro de carreira e Remuneração do Magistério, regulamentando sua implantação e gestão, de acordo com as diretrizes nacionais estabelecidas pelas Leis Federais nº 9.394/96 e 9.424/96 (PCREM, 2004).

O artigo 2º da mesma Lei define quem são os profissionais do magistério: os professores que exercem funções no Ensino Fundamental, na Educação Infantil e no Ensino Médio, em suas diferentes modalidades, nas escolas da rede municipal ou no órgão central do sistema municipal de ensino. O professor é o titular de cargo da Carreira do Magistério Público Municipal, com funções de magistério. Também define as funções do magistério como as atividades de docência e de suporte pedagógico, a administração escolar, a supervisão, a coordenação pedagógica, o planejamento, a orientação educacional e a inspeção escolar nas unidades de ensino ou no órgão central (PCCR, 2004).

Baseado nos indicadores demográficos e educacionais (IBGE/2007), Natal, cujo território é apenas urbano, tem uma população predominantemente jovem: a faixa de escolaridade do Ensino Fundamental (6-14 anos de idade) corresponde a 117.014 ou 24.6% da população com até 35 anos de idade. A rede municipal possui 66 estabelecimentos de ensino especificamente no nível do Ensino Fundamental; e um total de 231 estabelecimentos de ensino, incluindo-se os Centros Municipais de Educação Infantil (antigas creches), as Escolas de Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos. A taxa líquida de escolarização é de 92.5% no Ensino Fundamental (6-14 anos) e no Ensino Médio (15-17 anos) é de 38,3%; ainda persiste uma taxa de analfabetismo em torno de 6.8% entre pessoas com 10 a 14 anos. A rede estadual de ensino no município de Natal possui um total de 2.908 docentes, e a rede municipal tem um total de 2.222 professores que constituem o quadro docente. No total, portanto, a cidade de Natal dispõe de um quadro efetivo de 5.130 docentes atuantes nas escolas públicas de Educação Básica.

O IDEB na rede estadual do município de Natal nos anos iniciais do EF foi de 2,9 em 2005, passando para 3,1 em 2007 e 3,6 em 2009, sendo a meta de 5,2 para 2021. Nos anos finais do EF da mesma rede, o IDEB foi de 2,8 em 2005, de 2,7 em 2007 e de 2,9 em 2009, com projeções de 4,8 para 2021. Nas escolas da rede municipal o resultado do IDEB foi semelhante ao das escolas estaduais: nos anos iniciais do EF, o município apresentou índice de 3,3 em 2005, passando para 3,7 em 2007 e permanecendo inalterado em 2009, tendo a meta de 5,5 para 2021. Nos anos finais do EF, foi verificado o índice de 3,0 em 2005, passando para 3,2 em 2007, o qual se repetiu em 2009. A meta para esta fase do EF das escolas da rede municipal é de 5,0 para 2021. Conforme o exposto, ainda que a abrangência no atendimento esteja compatível com os níveis nacionais, as metas projetadas para o IDEB ainda são tímidas. E isso pode ser visto como um indício de vontade política insuficiente para superação da problemática da evasão escolar, da reprovação, da distorção idade-série, dentre outros problemas que deveriam ser superados em vista de um patamar de educação como direito universal, com qualidade social referenciada.

No que se refere aos resultados alcançados em avaliações nacionais promovidas pelo MEC, como a Prova Brasil e o ENEM, Natal apresentou o seguinte: na Prova Brasil, realizada em 2007, a rede municipal obteve pontuação correspondente a 172,52, com padronização de 0,43 para o 5º ano do EF, na área de matemática. Em língua portuguesa o resultado foi 155,20, com padronização de 0,39 também para o 5º ano. Em relação às turmas do 9º ano, a pontuação alcançada foi de 248,03, com padronização de 0,49 em matemática; e em língua portuguesa, o resultado verificado foi de 232,53 pontos, com padronização de 0,44.

O desempenho dos alunos concluintes da rede estadual no ENEM, em 2007, corresponde ao seguinte: a média da prova objetiva foi 43,05; a média da prova objetiva com correção de participação foi 42,37; e a média total (Redação e Prova Objetiva) foi 45,94 e média Total (Redação e Prova Objetiva) com correção de participação: 45,46.

2.1.2.2 Principais programas e ações e a atual gestão do sistema municipal

Considerando que o Sistema de Ensino do Município de Natal atenderá, prioritariamente, a educação Infantil, o Ensino Fundamental e suas modalidades:

Educação de Jovens e Adultos/EJA e Educação Especial, conforme já destacado acima, apresentaremos as ações da atual gestão relativas a esse atendimento.

Quanto ao Ensino Fundamental, este possui duração de 9 anos e é iniciado aos 6 anos de idade, tendo por objetivo a formação básica do cidadão, conforme o disposto nos incisos I, II, III, IV do artigo 32 da Lei n. 9.394/96. Ele é distribuído em Anos Iniciais e Anos Finais, com base na idade, no desenvolvimento e na aprendizagem do educando.

O currículo desse nível de ensino em Natal segue a base nacional comum, complementada por uma parte diversificada, atendendo às características locais da sociedade, da economia e da diversidade cultural, observando o que foi estabelecido nos artigos 26, 26-A e 27 da LDB nº 9.394/96.

Conforme o PME/2005, as diretrizes para o Ensino Fundamental são: universalização do Ensino Fundamental, considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar; garantia dos padrões mínimos de qualidade para o funcionamento da rede; atualização dos programas e currículos, em face dos avanços em Educação, Ciência e Tecnologia, propiciando o aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem.

Dentre os objetivos e metas para o referido nível de ensino, além do que já foi destacado, ressaltamos: a implantação gradativa do ensino em tempo integral, como experiência piloto, em escolas da rede municipal de ensino; o fortalecimento das parcerias entre as instituições públicas e privadas; a regularização do fluxo escolar, combatendo a repetência e a distorção idade/série, reduzindo em 50% esses índices, nos primeiros quatro anos de vigência do Plano; a garantia da estrutura física das escolas e a sua manutenção, de acordo com os padrões mínimos de qualidade, atendendo à demanda e às necessidades pedagógicas, dentre outros.

Em relação à Educação Especial, corroborando determinações legais em nível nacional para essa modalidade, cuja meta é organizar ações nos sistemas educacionais que contribuam para a efetivação da inclusão da pessoa com necessidades educacionais especiais, valorizando as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais de cada aluno, a rede municipal de ensino de Natal tem organizado a política de educação especial sob a responsabilidade do Setor de Ensino Fundamental, com respaldo na

Resolução nº 01/96 do Conselho Municipal de Educação, bem como nos artigos 3 e 154 da Lei Orgânica do Município, em vigência desde 1992.

Desde a década de 1980 que alunos com necessidades educacionais especiais freqüentavam salas regulares da rede municipal de ensino de Natal, sendo identificados, nessa época, casos de crianças com lesões orgânicas, sensoriais e com síndrome de Down em algumas escolas que compõem a rede. Começaram, nesse período a ser organizados os primeiros seminários de sensibilização, nos quais ainda havia a prevalência do conceito de integração, pois havia resistência da participação dos alunos com necessidade educacionais especiais em classes regulares, tendo em vista que se acreditava que eles se constituam em uma ameaça. Sendo assim, esse período é caracterizado como o momento de

[...] primazia da lógica da então educação especial, baseada na crença de que tais alunos deveriam estar fora do contexto regular de ensino para o seu próprio bem e de todos. A escola poderia até aceitá-las, mas nunca acreditando na possibilidade de que viessem a aprender (SOUSA e MORAES, 2008, p. 14).

A década de 1990 foi um período de disseminação de idéias que se contrapunham a essa perspectiva, tendo em vista que se passou a discutir o processo de inclusão tendo como embasamento o movimento que defendia uma Escola Para Todos, o qual já tinha evidência internacional. Passou-se a enfatizar que a educação especial necessitava ser repensada de modo que as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais deveriam ser inseridas em salas regulares, de modo que fosse garantida “igualmente a condição de exercer seu direito de cidadania diante de um ato – pedagógico – que se ajuste tanto às suas possibilidades quanto às suas limitações, a exemplo do tratamento que é dispensado às pessoas sem deficiência” (SOUSA e MORAES, 2008, p. 14).

Tomando como base essas idéias, a SME de Natal passou a organizar estratégias para readaptar as escolas com a finalidade de possibilitar a acessibilidade dos alunos com necessidades especiais. Também tem sido desenvolvidos, nos últimos cinco anos, cursos de formação continuada ministrados a professores, gestores e equipes técnicas que integram as escolas da rede. Dentre essas ações, Sousa e Moraes (2008) destacam os seguintes Programas: Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, em parceria com o MEC realizado em três etapas, focalizando estudos sobre os desafios de transformação dos sistemas regulares de ensino em sistemas inclusivos; Saberes e Práticas da Inclusão, destinado aos coordenadores e supervisores escolares; Curso de LIBRAS, ministrado

aos demais setores da Secretaria, assim como, assessoramentos da equipe central junto às escolas da rede.

Também são realizadas, pela SME, articulações com as escolas, as famílias e instituições que atuam na área das deficiências, a saber: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE; Associação de Orientação aos Deficientes - ADOTE; Centro de Reabilitação Infantil - CRI e outros. Fazem parte das parcerias os Postos de Saúde, o Departamento de Psicologia da UFRN e da Universidade Potiguar - UNP, bem como, na área jurídica, o Ministério Público Estadual - MPE.

Outra ação desenvolvida pela SME de Natal para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais refere-se à criação das Salas de Apoio Específico ou Especializado (SAPES), ou ainda, sala de recursos multifuncionais, de acordo as denominações adotadas pelo MEC. Nelas, são desenvolvidos serviços diversificados que complementam conteúdos curriculares, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos junto ao aluno com necessidades especiais. As SAPES devem integrar os projetos político-pedagógicos das escolas e os demais planos operacionalizados, tomando como norteadores os princípios da educação inclusiva.

A diretriz formulada no PME (2005) para a Educação Especial consiste na implementação de uma política de inclusão que contemple programas de atendimento específico ao aluno com necessidades educativas especiais e de serviços de apoio especializado. Dentre as diretrizes e metas do PME, destacamos:

1. Assegurar a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais em classes de ensino regular; 2. Implantar e dinamizar salas de apoio pedagógico com professor especializado e com recursos psicopedagógicos; 3. Criar, em 5 anos, centros especializados de atendimento aos portadores de necessidades especiais, constituído de uma equipe multidisciplinar - assistente social, psicólogo, psicopedagogo, arte-educador, fonoaudiólogo, psicomotricista, terapeuta ocupacional, neuropediatra, otorrino e fisioterapeuta - estabelecendo parcerias com ONGs e instituições das áreas de Saúde, Cultura e Assistência Social; 4. Implantar, até 2007, a educação bilíngüe para os surdos, garantindo, na rede municipal de ensino, intérpretes e instrutores de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; 5. Garantir flexibilidade de carga horária, considerando os ritmos diferenciados de aprendizagem, dentre outras (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/NATAL, 2005, p. 32).

Quanto às ações da SME referentes ao atendimento das demandas na modalidade Educação de Jovens e Adultos, estas precisam ser entendidas como parte de um movimento mais amplo e que tem se tornado historicamente como uma das

características, não só de Natal como do RN. Segundo Gadelha (2009) o estado do RN, principalmente o município de Natal, possui tradição no que diz respeito ao desenvolvimento de movimentos de educação popular que buscam enfrentar o analfabetismo. Dentre eles, merecem destaque De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, Escolas Radiofônicas, Movimento de Educação de Base (MEB) e Método Paulo Freire.

Até a década de 1990, a EJA foi desenvolvida no município de Natal por meio de projetos conveniados a organismos federais, dos quais se pode citar o MOBRAL, o Projeto Saber e o Projeto Ascensão. O trabalho pedagógico era baseado em propostas e materiais didáticos nacionais. A partir de 1990, a EJA foi institucionalmente incorporada como um segmento educacional do sistema de ensino regular, passando a ser desenvolvida nas escolas da rede, com professores do quadro e programa próprio.

De acordo com o PME (2005, p. 29), os objetivos e metas para a EJA são: implementar o Programa Municipal de Redução do Analfabetismo, alfabetizando, em 5 anos, 50% da população analfabeta jovem e adulta e, em 10 anos, chegar ao analfabetismo zero; ampliar a oferta de vagas na rede municipal de ensino, assegurando a continuidade de estudos aos egressos do programa Redução do Analfabetismo; elaborar programa curricular compatível com as necessidades da população jovem e adulta; implantar propostas metodológicas diversificadas que atendam às necessidades de jovens e adultos, independentemente de sua disponibilidade de horário para frequentar as aulas, reduzindo os desperdícios da EJA; incluir, sistematicamente, nas propostas pedagógicas, procedimentos metodológicos que envolvam atividades culturais, lúdicas e esportivas; assegurar à escola elaboração de materiais didático-pedagógicos compatíveis com a realidade dos alunos.

Ainda como parte das AÇÕES desenvolvidas pela atual gestão da SME de Natal, merece destaque, ainda que sinteticamente, o conjunto de metas e ações constantes no Plano de Ações Articuladas-PAR do município, no qual identificamos algumas dimensões políticas com suas respectivas pontuações: Gestão educacional; Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar; Práticas Pedagógicas e Avaliação; Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos. Para cada dimensão são apresentados indicadores focados nas dimensões e nas áreas.

Nas Ações Articuladas, em cada uma dessas áreas, são justificadas apenas aquelas cujos indicadores receberam pontuação abaixo de 3. Conforme esse critério, observamos, por exemplo, que na dimensão da Gestão educacional, na área 1 - Gestão democrática: articulação e desenvolvimento dos sistemas de ensino - o indicador 4, relativo à existência de PPP nas escolas e ao grau de participação dos professores e conselho escolar em sua elaboração, recebeu apenas 2 como pontuação. Isso foi justificado pela SME pelo fato de na EI observar-se que somente 50% dos CEMEIs haviam elaborado seu PPP, enquanto os demais estavam em fase de elaboração. Quanto aos anos iniciais e finais do EF, mais de 70% das escolas têm PPP elaborado e a grande maioria contou com a colaboração do Conselho Escolar. A SME apóia esse processo de elaboração, respeitando as especificidades das unidades escolares. Lembramos que a SME tinha como meta no seu plano de ação a elaboração e organização do PPP na totalidade das escolas até o final de 2008.

Ainda como exemplo do que observamos no PAR, indicador 6 da mesma área (Existência, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação) recebeu 1 ponto apenas, pois não apresenta nenhuma forma de acompanhamento e de avaliação das metas do PME, por parte da SME, nem a previsão de implantá-las. Nesse sentido, destacou-se que o Plano Plurianual 2006/2009 foi elaborado para viabilizar a execução de metas previstas no PME-2005/2014. Este PME define a instituição de uma Comissão Permanente para avaliação, composta por representantes da sociedade civil e das instituições públicas responsáveis pela Educação no município.

São vários os indicadores de ação apresentados nesse documento, mas, para efeito desse relatório, frisamos a articulação das diferentes iniciativas nele apontadas como estratégias de alcance das metas e objetivos definidos no PME (2005-2014), especialmente no tocante a área da Gestão Democrática.

2.1.2.3 A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM LEI

A gestão do sistema de ensino municipal é orientada pelo princípio da gestão democrática, na qual são desenvolvidas ações que buscam democratizar as relações internas e melhorar as condições de trabalho internas à escola.

Para atender a uma antiga reivindicação dos profissionais da educação, foram instituídas, em 2005, as eleições diretas para diretores nas escolas públicas da rede estadual do município de Natal. Para concorrer ao pleito, o candidato deve ter formação superior, atuar há mais de dois anos na escola e ter cumprido o estágio probatório em escolas estaduais há, no mínimo, três anos. Os vencedores participam de um curso de gestão com o objetivo de habilitá-los ao cargo. O mandato tem a duração de dois anos, podendo, o gestor concorrer a um novo pleito. A eleição direta têm se constituído em um importante instrumento de construção de cultura de participação na comunidade escolar.

Na rede municipal de ensino em Natal, a Lei Complementar nº 087, de 22 de Fevereiro de 2008, legitima a democratização da gestão escolar. Essa Lei, no seu Artigo 1º, define que a gestão democrática das escolas da rede pública municipal é embasada na autonomia político-pedagógica, administrativa, financeira e patrimonial, por meio da descentralização da administração e do gerenciamento de recursos financeiros com a participação da comunidade escolar. Os estabelecimentos de ensino serão geridos conjuntamente pela equipe gestora e pelo conselho escolar.

A Equipe Gestora é composta pelo Diretor e Vice-Diretor, pelo Inspetor Escolar e pelo Coordenador ou Coordenadores Pedagógicos. Ela é responsável pela execução, avaliação e orientação das atividades inerentes à organização e funcionamento da Unidade de Ensino. O Diretor e o Vice-Diretor serão eleitos pela comunidade escolar, por meio do Colégio Eleitoral, diplomados e empossados pelo Executivo Municipal e ocuparão função gratificada de acordo com a tipologia das Unidades de Ensino (Maior Gestão e Menor Gestão) e conforme as normas legais vigentes. Conforme o Artigo 28 da Lei Complementar 087/2008, poderão candidatar-se ao cargo de Diretor e ao de Vice-Diretor da Unidade de Ensino

[...] o professor da Rede Municipal de Ensino e o funcionário que tenha formação superior na área de educação e que: I. seja do quadro da Secretaria Municipal de Educação e tenha adquirido estabilidade; II. esteja em exercício, na Unidade de Ensino, há no mínimo um ano; III. comprove habilitação em curso de licenciatura de nível superior; IV. apresente um Plano de Trabalho com objetivos e metas, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino; V. comprometa-se mediante assinatura de um termo de compromisso, junto à Secretaria Municipal de Educação, se eleito a desempenhar a função com a disponibilidade para atuar em todos os turnos de funcionamento da escola, tendo a responsabilidade de permanecer diariamente em dois turnos; VI. não tenha sido julgado culpado

em processos administrativos disciplinares e criminais. Parágrafo Único - No caso de reeleição, o candidato deverá ter obtido pelo menos 60% na avaliação de desempenho na função de gestor. (NATAL, 2008, p. 1).

O processo eleitoral é conduzido por uma Comissão Eleitoral Central constituída de acordo com a referida Lei e designada por meio de portaria da Secretaria Municipal de Educação. O pleito tem transcorrido no âmbito das escolas como um mecanismo de participação da comunidade escolar e oportunidade de reflexão sobre a direção a ser seguida pela escola para promover a melhoria na qualidade do ensino.

2.1.2.4 O ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL EM NATAL

Durante o ano de 2009 o município atendeu 2.309 crianças de 0 a 3 anos de idade e 6.536 crianças de 4 e 5 anos de idade, totalizando 8.845 alunos. Já em 2010, segundo dados fornecidos pela SME, estão sendo atendidas 13.315 crianças na EI, sendo que 6.520 são atendidas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), 1.688 são atendidas em escolas municipais de Ensino Fundamental que possuem turmas de EI, 4.469 são atendidas por meio do convênio Programa Pré-Escola para Todos, e 638 são atendidas pelo FUNDEB.

Em Relação ao número de instituições e profissionais da educação, o município possui 58 CMEI, nos quais trabalham 425 educadores/professores; 24 escolas do Ensino Fundamental que possuem turmas de EI, nas quais trabalham 450 professores em turmas de EI; 48 instituições mantidas pelo Programa Pré-Escola Para Todos, nas quais trabalham 200 professores, e cinco instituições mantidas pelo FUNDEB, nas quais trabalham 160 professores.

Sobre o atendimento de crianças na EI por meio de convênios, há no município um convênio chamado Pré-Escola para Todos e também o atendimento de crianças da EI por meio de recursos do FUNDEB. O convênio Pré-Escola para Todos têm como objetivo comprar bolsas de estudo, visando ampliar o atendimento da EI da rede municipal de ensino, assegurando vagas para crianças na faixa etária de 4 e 5 anos de idade, residentes, preferencialmente, nas regiões norte e oeste da cidade de Natal, onde há uma maior demanda de excedentes das escolas públicas no ato da matrícula oficial da rede. O valor do convênio, no ano de 2010, é de R\$ 56,00 (cinquenta e seis reais) para cada aluno/mês e o repasse é feito mensalmente pela SME para cada escola conveniada. O período do convênio é de 01/03/2010 até 31/12/2010. Para uma escola ser

conveniada, ela deve atender a alguns critérios tais como: preferencialmente ser uma escola filantrópica, comunitária ou vinculada à uma ONG; trabalhar com docentes devidamente habilitados, apresentando à SME o original e deixando a cópia dos certificados destes profissionais, comprovando que os mesmos possuem, no mínimo, o curso de magistério em nível médio; apresentar Proposta Pedagógica adequada à EI e participar com assiduidade e pontualidade das reuniões e cursos ministrados pela SME, nas áreas de EI e Gestão Escolar.

Sobre o FUNDEB as escolas conveniadas poderão ser públicas ou privadas (comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos) e a faixa etária das crianças é de zero a cinco anos de idade. No caso de crianças atendidas em turno integral, o recurso mensal repassado para a instituição é de R\$ 109,20 por criança e de R\$ 56,00 para cada criança atendida em turno parcial. Entre os critérios que devem ser atendidos pela instituição estão o recrutamento e a seleção de professores que possuam, no mínimo, o certificado de conclusão do ensino médio na modalidade Normal.

Na história do município, muitas instituições de EI mantidas pelo poder público municipal, muitas vezes em forma de convênio, estavam vinculadas a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTAS). Foi somente no ano de 2007 que se iniciou o processo de vinculação dessas instituições à SME, com uma série de implicações para o âmbito da EI. Uma dessas implicações diz respeito à realização de concurso público, no ano de 2008, para admissão de novos professores. Embora o concurso tenha sido realizado especificamente para a EI, o certificado exigido foi apenas o de nível médio, na modalidade normal, e o cargo instituído foi o de Educador Infantil e não o de professor. Dito de outro modo, esses docentes não são contemplados pela legislação específica dos professores do município, não sendo, por exemplo, amparados pelo PCCR.

Outra implicação do processo de “transferência” das instituições de EI foi a criação de documentos para regulamentar e orientar essa modalidade de Ensino. Dentre esses documentos, destacamos os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil, elaborados em 2008, e a Resolução nº 002/2008, do Conselho Municipal de Educação, que estabelece normas para o credenciamento e autorização da EI no Sistema Municipal de Ensino. Nesta Resolução, em seu Art.8º, se institui que o professor de EI da rede pública municipal de ensino é denominado educador infantil. Tal Resolução também

orienta a organização dos grupos de alunos, sugerindo que sejam respeitados os níveis e a faixa etária e a seguinte relação professor/criança:

Quadro 1: Organização do atendimento em Educação Infantil no município de Natal, segundo o nível, a faixa etária e a relação professor-aluno

| Nível | Faixa Etária | Nº de Crianças | Professor |
|--------------|----------------------|-----------------------|------------------|
| Berçário I | 4 a 11 meses | Até 06 | 01 professor |
| Berçário II | 01 a 02 anos | Até 08 | 01 professor |
| Nível I | 02 a 03 anos | Até 12 | 01 professor |
| Nível II | 03 a 04 anos | Até 15 | 01 professor |
| Nível III | 4 a 5 anos | Até 25 | 01 professor |
| Nível IV | 5 a 5 anos e 11meses | Até 25 | 01 professor |

Fonte: Resolução nº 002/2008, do Conselho Municipal de Educação

O documento também recomenda que a Proposta Pedagógica da instituição deve considerar a formação continuada dos diversos profissionais da instituição e regulamenta que a formação mínima para ser professor de EI é o ensino médio, na modalidade Normal. Já para trabalhar na gestão da escola, é necessário possuir graduação em Pedagogia ou Normal Superior e a instituição deve possuir, segundo tal documento, um coordenador pedagógico por turno, com formação em Pedagogia ou Normal Superior.

Os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil abordam alguns aspectos históricos da EI no município de Natal e apontam algumas possibilidades de organização curricular que considere a indissociabilidade entre o Brincar, o Cuidar e o Educar. Trata da ação pedagógica considerando questões como a organização do tempo e do espaço, alfabetização e letramento, a organização do trabalho pedagógico, o planejamento e a avaliação, entre outros aspectos. O PME, ao realizar o diagnóstico da EI no município de Natal constata a ampliação do número de vagas ao longo dos anos, mas destaca que, apesar de todos os avanços, ainda se pretende alcançar a universalização desse nível de ensino. Para isso, considera-se a possibilidade de construção de novos CEMEI's. Tal plano aponta como diretriz a implementação da política para a EI, que garanta o acesso, a permanência e o desenvolvimento integral da criança e que considere a indissociabilidade entre o cuidar e o educar, complementando a ação da família e da comunidade. O PME também institui, como uma de suas metas, a

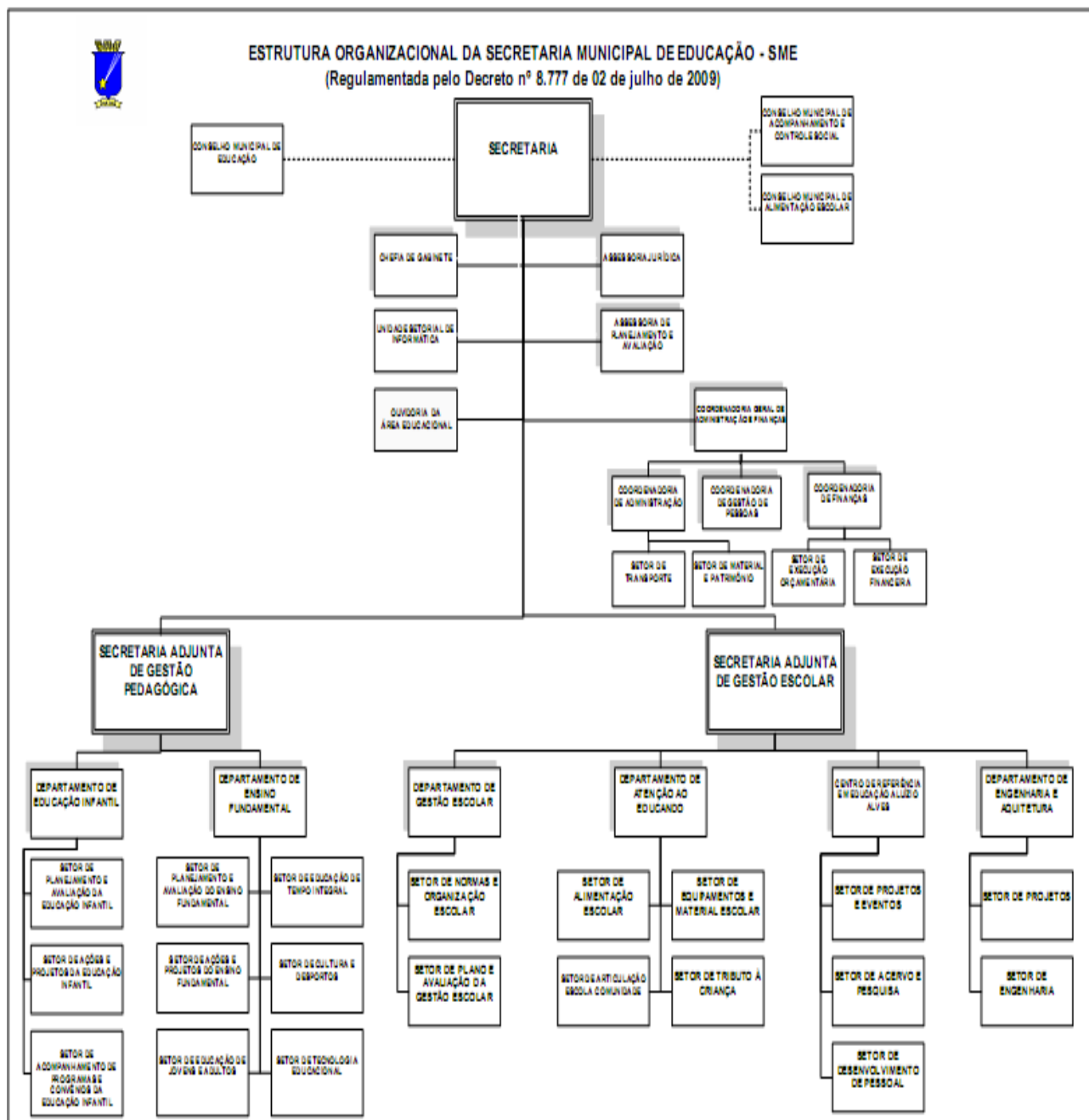
oferta de formação continuada para todos os educadores infantis, inclusive das escolas conveniadas.

O PCCR e Estatuto do Magistério Público Municipal de Natal (Lei Complementar 058/2004) estabelece que o ingresso na função de professor/educador da Educação Infantil ocorrerá por meio de concurso público, prevê um determinado número de horas-atividade que podem englobar atividades formativas e aponta como um dos direitos do profissional o contínuo processo de atualização, aperfeiçoamento e especialização profissional.

2.1.2.5 A ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA SME DE NATAL

A SME integra a administração pública municipal direta, sendo responsável pelo o planejamento, organização, direção, controle e a execução dos programas e projetos da política educacional no município. A SME está ligada diretamente ao gabinete da prefeita e tem uma estrutura organizacional conforme a Figura3:

Figura 3 – Organização Administrativa da Secretaria Municipal de Educação de Natal - 2009



Fonte: SME-Natal (2009)

SECEL/NA/STEC-2009

2.2. O MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM

2.2.1 O MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM: alguns indicadores socioeconômicos e breve retrospectiva educacional

Ceará-Mirim é um município localizado na Região Metropolitana de Natal, na mesorregião do Leste Potiguar e no Pólo Costa das Dunas. De acordo com o IBGE (2009), sua população é estimada em 67.689 habitantes, com área territorial de 740 km², situando-se a 31 km da capital do estado, Natal.

Inicialmente foi povoada por índios Potiguares às margens do rio pequeno, posteriormente rio Ceará-Mirim. Os Potiguares fizeram seus primeiros contatos com o mundo ocidental através do comércio de pau-brasil com franceses e espanhóis. Posteriormente, com a consolidação da colonização do Brasil, a área foi ocupada pelos portugueses.

A organização inicial da comunidade é atribuída aos portugueses e ao líder Felipe Camarão, este que chefiava os índios potiguares, pois juntos decidiram organizar um povoado e foi através deles que surgiram as primeiras edificações públicas do município.

Apesar dos índios aprovarem a presença dos padres jesuítas, os colonizadores portugueses os expulsaram sob a influência pombalina, história conhecida no meio educacional brasileiro. Com isso, os índios passaram a ser pressionados pelos colonizadores para que negociassem suas terras com estrangeiros. Nesta época começaram a chegar os negros para trabalhar nos engenhos, na produção de açúcar, a partir de quando a produção açucareira passou a ser a principal atividade econômica do vale do Ceará-Mirim. E foi essa atividade que fez com que o vale prosperasse e crescesse.

Por volta de 1755, o povoado foi elevado à categoria de vila, com a denominação de Extremoz, mas algum tempo depois, através da resolução provincial nº 321, de 18/08/1855, a sede de Extremoz foi transferida para a povoação de Boca da Mata, sob a denominação de Ceará-Mirim. Mas foi apenas em 1882 que Ceará-Mirim galgou o status de cidade.

De acordo com o historiador Luis da Câmara Cascudo, a origem do nome da cidade é dada pela “Seara, várzea do Seara”², rio que tinha sua nascente entre Lajes e Angicos, atravessando os municípios de João Câmara e Taipu, despejando no mar na Barra de Inácio de Góis. A tradução do vocábulo “Ceará”, segundo o escritor José de Alencar, significa “fala ou canto do papagaio”.

A economia local continua tendo como grande referencial a produção agrícola, com destaque para a produção de cana-de-açúcar, banana, goiaba e mamão. Outras atividades econômicas locais são a avicultura, o pescado, a produção de rapadura, o artesanato e o turismo. Além disso, a cidade é rica em marcos históricos e turísticos, como por exemplo, as ruínas de antigos engenhos e casarios do início dos século XIX, construídos no auge da produção açucareira.

Fazem parte da cultura folclórica local alguns movimentos populares, como os “Caboclinhos do Ceará-Mirim”, que desde o ano de 1952 apresentam-se para o povo. Em Ceará-Mirim também existe um grande número de lendas, dentre as quais se destacam “O porão e a lenda da cabeça”.

De acordo com os dados do IBGE³, a população do município praticamente dividida entre as áreas urbana e rural, com uma pequena predominância daquela sobre esta. O Produto Interno Bruto de 2005⁴ foi 196.052,10; o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁵ foi de 0,646; e em relação à infância, IDI⁶ apresentado pelo município foi de 0,520.

Em relação à educação, são os dados do município podem ser resumidamente apresentados da seguinte forma: a taxa de analfabetismo entre as pessoas de 10 a 15 anos é em torno de 18%, enquanto que entre a população com idade acima de 15 anos há aproximadamente 30% de analfabetos. O total de estabelecimentos de ensino (2007) foi de 132 escolas, sendo que, deste total, 42 escolas são direcionadas ao atendimento da Educação Infantil (7 urbanas e 35 rurais) e 53 atendem o Ensino Fundamental (9 urbanas e 44 rurais).

² Rio mencionado pelo historiador, no livro “nomes da terra”, Sedo vermelho edições.

³ Fonte: IBGE – CONTAGEM 2007.

⁴ Fonte: IBGE – 2005, VALOR EM MIL.

⁵ Fonte: PNUD – 2000.

⁶ Fonte: UNICEF – 2004.

Os resultados apresentados pelas escolas da rede pública de EF em relação ao IDEB foram os seguintes: nos anos iniciais, 2,2 (2005), 2,7 (2007), e 2,9 (2009), sendo a meta de 4,6 estabelecida para ser alcançada em 2021. Já para os anos finais do EF, os índices foram 2,5 (2005), 2,5 (2007) e 2,7 (2009), com uma meta de 4,5 para 2021. A partir desses dados, observa-se que estão bem abaixo da média estadual, tanto nos anos iniciais (2,7; 3,4 e 3,9, respectivamente) quanto nos finais do EF (2,8; 3,1 e 3,3 nos mesmo períodos).

Quanto ao número de matrículas realizadas no município em 2009, os dados do IBGE/INEP registram um total de 20.510 matrículas distribuídas da seguinte forma nas diferentes redes de ensino: na EI foram feitas 2.394 matrículas; no EF, foram 15.107; e no EM, registrou-se um total de 3.009 matrículas. Sobre a taxa de escolarização líquida no EF foi apontada pelo IBGE (2000) com 86,3% (incluindo crianças de 7 à 14 anos).

Dados de 2007 indicam as funções docentes por grau de formação⁷. Para efeito desse relatório, assim como nos outros pontos abordados, daremos ênfase a EI e ao EF. Na EI, há um total de 90 docentes atuantes nas escolas municipais, dos quais 18 têm licenciatura, 3 têm outra graduação, 1 tem apenas ensino médio, 66 tem o curso normal de nível médio, e apenas 2 não concluíram sequer nível médio. Em relação ao EF, o quadro docente apresenta as seguintes características de formação: de um total de 397 docentes, 261 têm licenciatura, 24 são graduados em outras áreas, 18 têm apenas o ensino médio, 93 concluíram apenas o curso normal de nível médio, e apenas 1 não apresenta certificado de conclusão do ensino médio.

As taxas de rendimento dos alunos do ensino fundamental diurno (2007) foram as seguintes: a taxa de aprovação foi 72,1%; a de reprovação foi de 21,6%, enquanto que a taxa de abandono (evasão) escolar foi de 6,4%. Quanto ao rendimento dos alunos que estudam no turno noturno, o IBGE só disponibilizou dados sobre os últimos anos do ensino fundamental, cujas taxas de aprovação e abandono são bem diferentes (inferiores) aos alunos do diurno, como se pode observar: a aprovação foi de 44,7%; a reprovação foi de 12,6% e o abandono escolar foi de 42,7. Esses índices ajudam a entender os resultados alcançados pelas escolas da rede municipal de ensino no cálculo do IDEB, realizado pelo MEC.

⁷ CENSO DEMOGRÁFICO DE 2007.

2.2.2 A ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL DE CEARÁ-MIRIM

2.2.2.1 O Plano Municipal de Educação

O Plano Municipal de Educação (PME) de Ceará-Mirim é um documento que foi elaborado ainda no ano de 1997, portanto, com mais de uma década de existência, ultrapassado em vários aspectos, e não reflete a atual realidade educacional do município. Não permite, dessa forma, uma análise dedutiva sobre a política educacional em curso, implementada pela atual gestão.

Quanto a sua estrutura, o texto do PME versa sobre os objetivos e sobre a estrutura organizativa da educação no município (diagnóstico, prioridades, política norteadora, propostas, metas e ações, acompanhamento e avaliação), além de descrever uma breve caracterização geral do município. Considerando-se sua desatualização, buscamos outra fonte que nos permitisse uma caracterização mais atual possível da real situação educacional do município e as respectivas ações da política educacional vigente. Esta fonte foi o documento síntese do Plano de Ações Articuladas (PAR) do município, no qual são apontadas algumas ações que teoricamente estão em processo de implementação por parte da gestão municipal e da SME.

2.2.2.2 Principais Programas e ações propostos pela atual gestão

Dentre as ações indicadas no PAR de Ceará-Mirim, destacamos alguns aspectos específicos da conjuntura educacional e, a seguir, os principais eixos e temáticas:

- a) Gestão educacional: não há qualquer referência a inovações no campo da gestão educacional, nem sequer relatos específicos de experiências que possam subsidiar discussões acerca do tema;
- b) Desenvolvimento da educação básica: são apontados esforços no sentido de implementação de contra-turnos escolares; existem dificuldades por parte da SME na divulgação de diagnósticos das avaliações oficiais do MEC;
- c) Comunicação com a sociedade: esta dimensão se materializa pela existência de parcerias externas, em algumas escolas da rede, que favorecem algumas atividades complementares e de apoio ao desenvolvimento dos projetos escolares;

- d) Formação de professores e de profissionais de serviços e apoio escolar: não foram identificados programas (permanentes ou pontuais), de iniciativa da SME, que promovam a qualificação/formação continuada dos profissionais da educação e que possam suprir as demandas dos trabalhadores docentes nesta área específica;
- e) Práticas pedagógicas e avaliação: a maioria dos atendimentos de supervisores (ou membros da equipe pedagógica da SME) às escolas é realizada de forma esporádica. Ainda no que diz respeito ao apoio pedagógico, os dados constantes no documento do PAR sugerem que menos de 50% das escolas são contempladas com programas específicos de incentivo à leitura, não sendo alcançada, portanto, a totalidade dos alunos e, principalmente, dos professores que precisariam desse tipo de orientação e apoio pedagógico. Quanto às formas de avaliação da aprendizagem dos alunos, é possível observar que os professores priorizam os aspectos informativos, colocando em segundo plano os demais aspectos da formação curricular. As razões dessas práticas diagnosticadas no documento não ficam suficientemente claras para o leitor.
- f) Finalmente, o documento aponta a existência de uma infra-estrutura física e pedagógica (bibliotecas, laboratórios, quadra de esportes, cozinha e refeitório, salas de aula, recursos didáticos) insuficiente, com os recursos inadequados, com pouca conservação do que existe. Essas condições nas quais se desenvolve o trabalho escolar acaba por comprometer sua qualidade, a condição geral dos profissionais e os resultados esperados pela comunidade.

Em função do exposto, e considerando-se a dificuldade de acesso, por parte da equipe de pesquisa, a documentos oficiais que expressem as ações em curso pela SME, pode-se afirmar que as principais ações desenvolvidas pela SME de Ceará-Mirim, no que diz respeito à dimensão pedagógica e de apoio ao desenvolvimento, universalização e melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, assegurando as condições de acesso e permanência e conclusão dos alunos, em idade adequada, nas escolas públicas de Educação Básica no município, se circunscrevem à eventual implementação de determinados programas ou ações constitutivos do PDE, de iniciativa do governo federal, ou outras oriundas da SEC-RN que alcançam as escolas públicas existentes naquele município.

Em relação ao PCCR do magistério público municipal, há uma lei recém aprovada no município que estabelece o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal de Ceará-Mirim/RN, sancionada na forma da Lei Municipal nº 1.550, de 09 de abril de 2010. A estrutura do documento está ancorada em quatro títulos: Título I - do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública; Título II - do quadro da carreira do magistério; Título III - dos direitos, deveres e restrições dos profissionais do magistério; Título IV - das disposições finais e transitórias.

Dentre as principais disposições do documento, destacam-se as seguintes temáticas:

- a) Aumento do sobretrabalho nas funções do trabalho docente através das atividades extra-classe, enquanto atribuições profissionais previstas na lei (Art. 5º, § 1º, item II);
- b) Limite de carga horária de trabalho semanal inviável para o desempenho físico e psíquico equilibrado do trabalhador docente – a carga horária prevista pode alcançar até 60 horas semanais (Art. 27);
- c) Autonomia do processo pedagógico desenvolvido pelo trabalhador docente (Art. 37, item 5);
- d) Demonstrativo da remuneração básica por níveis e classes da carreira no enquadramento dos profissionais do magistério – jan/2010, conforme Tabela 7 abaixo:

Tabela 6 – Organização da Carreira do Magistério Público Municipal de Ceará-Mirim, segundo a função, nível e remuneração em 2010

| Função / Nível | Remuneração em 1º de janeiro de 2010 (R\$) |
|--------------------------|---|
| Professor Nível Base – A | 797,57 |
| Professor Nível Base – G | 952,34 |
| Professor Nível 1 - A | 930,50 |
| Professor Nível 1 – J | 1.214,09 |
| Professor Nível 2 – A | 1.023,53 |
| Professor Nível 2 – J | 1.335,47 |

Fonte: SME-Ceará-Mirim

O documento não faz qualquer menção aos cargos de diretor ou vice-diretor, impossibilitando análises sobre eventual remuneração, forma de acesso ao cargo, incentivos, ou mesmo critérios de progressão para o conjunto dos profissionais do magistério. No entanto, a referência legal encontrada na legislação municipal é a respectiva Lei Orgânica do Município, atualizada em 01/02/2006, que estabelece, dentre outros, o seguinte: que serão garantidos, na forma da Lei, planos de carreira e de remuneração para o magistério municipal; e o regime de trabalho dos servidores municipais, o sistema de promoção e a forma de investidura nos cargos públicos:

Art. 57 - O Município adota o regime Jurídico estatutário, com planos de carreira e salários para os servidores da administração direta, indireta, autárquica e fundacional.

Parágrafo Único - O sistema de promoção obedece, alternativamente, ao critério de antiguidade e merecimento, este último objetivamente avaliado.

Art. 59 - A investidura em cargo ou emprego público, ou nas instituições de que participe o Município, depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Art. 111 - Ao profissional do ensino é garantido, na forma de lei, planos de carreira, com piso salarial profissional e ingresso, exclusivamente, por concurso público de provas e títulos, assegurado o regime jurídico único para todas as instituições mantidas pelo Município.

Supõe-se, portanto, a existência de alguma portaria ou ato do poder executivo local disciplinando ou regulamentando a implementação do que determina a Lei que criou o PCCR do magistério municipal.

2.2.2.3 A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM LEI

A principal referência legal no município relativa à gestão democrática encontra-se na própria Lei Orgânica, em cujo Capítulo VII, que trata da Educação, há o seguinte estabelecimento:

Art. 109 - A educação será promovida e incentivada com base nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos, visando constituir-se em instrumento de desenvolvimento da capacidade de elaboração e reflexão crítica da realidade e pleno exercício da cidadania, transformadoras da sociedade.

Art. 115 - Lei complementar define a organização do Conselho Municipal de Educação e suas atribuições, a ser composto, paritariamente, por representantes da administração dos profissionais do ensino e de outras entidades representativas da sociedade civil.

Esses dois artigos sugerem que a organização do sistema municipal tem uma estrutura orientada por princípios democráticos, com previsão de participação e de representação da comunidade (professores, alunos e membros da sociedade civil) nas instâncias colegiadas ou órgãos decisórios do sistema e das unidades escolares.

Todavia, ao observarmos o que a mesma Lei estabelece em relação aos cargos de direção e vice-direção escolar, sua forma de acesso e critérios exigidos para os que pleitearem, é possível perceber os limites contraditoriamente estabelecidos pela própria lei para que seja efetivada a gestão democrática nas unidades escolares, tendo em vista o que define o artigo seguinte:

Art. 113 - A direção e Vice-Direção das escolas do Município são de nomeação do Prefeito, através de cargos em comissão a serem preenchidos preferencialmente por servidores efetivos da educação de reconhecida capacidade e experiência na área educacional, nos termos da lei. (Nova redação dada pela Emenda n. 042, de 15-12-2005).

Nessa mesma perspectiva, outro artigo da Lei ao expressar o que deve ser obedecido no desenvolvimento da educação municipal, estabelece os limites do que poderia ser considerado como a “autonomia” das instituições:

Art. 114 - No âmbito da educação municipal será obedecido o seguinte:

I - O Livro didático terá validade mínima de três (03) anos;

II - O uso de farda escolar não será obrigatório;

III - A execução do hino nacional e oficial do município pelo menos uma vez por semana. (Nova redação dada pela Emenda n. 043, de 15-12-2005).

Em relação à existência e efetivo funcionamento de Conselhos Escolares (CE), a falta de maiores orientações, por parte da SME, sobre sua constituição tornou inviável sua atuação, ou seja, a criação burocrática dos conselhos é uma marca nas escolas municipais, mas a sua implantação efetiva, com devido funcionamento só ocorreu em 14 escolas da rede. Esta situação mostra a insuficiência do processo de democratização da gestão educacional no município.

As escolas do município possuem os seus PPP, geralmente elaborados pela equipe pedagógica da escola, por ocasião de um processo de capacitação planejada e realizada pela SME, cujo produto consistia na elaboração do seu Projeto. Não obstante a orientação e mobilização feitas pela SME para a elaboração desses PPP, fica a

especulação de que nestes não tenham sido consideradas as diretrizes e metas constantes no PME, ou que este documento (PME) não tenha incorporado devidamente o que foi emanado do conjunto dos PPP das escolas.

Esse quadro sugere a necessidade de uma melhor dinamização das instâncias colegiadas do sistema, de modo a promover não só uma reformulação do PME, mas sua efetiva implementação na rede municipal de ensino. Talvez assim se viabilizasse, por exemplo, o acompanhamento, por parte dos Conselhos Escolares e do CME, do cumprimento ou não, do dispositivo constitucional de vinculação dos recursos da educação por parte do governo municipal. Há uma distância entre ação desenvolvida neste campo e o acompanhamento dos recursos por parte dos Conselhos, pois não são disponibilizadas condições para que os mesmos possam cumprir seu real papel de fiscalização e acompanhamento da gestão do sistema público municipal de ensino.

2.2.2.4 O ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL

Durante o ano de 2009, o município atendeu 138 crianças de 0 a 3 anos de idade e 2.034 crianças de 4 e 5 anos, totalizando 2.172 alunos na EI.

Sob o ponto de vista da história da EI no município, ressalta-se que havia na cidade apenas uma creche vinculada à Secretaria de Ação Social, e duas escolas de EI vinculadas à Secretaria de Educação. Nos últimos anos, principalmente a partir de 2007, ocorreu uma expansão do número de escolas de EI e, por decorrência, do número de vagas oferecidas.

Apesar da pouca quantidade de escolas de EI no município, já em 1998 o Conselho Municipal de Educação dispôs sobre a autorização de funcionamento e supervisão da Educação Infantil nas modalidades Creche e Pré-Escola. Em suas disposições é previsto que as escolas de Educação Infantil comprovem condições administrativas e pedagógicas para o seu funcionamento por meio de determinados documentos. Um desses documentos diz respeito à comprovação da habilitação do pessoal técnico-administrativo e docente. Também se exige dessas escolas a comprovação da existência de um Regimento Escolar próprio, que contenha, entre outros elementos, os objetivos do Projeto Educacional, a organização administrativa estabelecendo a estrutura

organizacional da escola e as especificações dos aspectos contratuais referentes ao regime salarial.

O Conselho Municipal de Educação, através da Resolução nº 002/1998, em seu artigo 8º, diz que as creches com horário integral e período letivo contínuo deverão dispor: de local de repouso para as crianças provido de material adequado; dietista para supervisionar o planejamento e o preparo das refeições das crianças; atendimento médico e psicopedagógico em caráter permanente ou mediante convênio com instituições especializadas. Esse artigo aponta para o desejo de existência de outros profissionais nas instituições de EI, além de docentes. Destaca-se também que esta mesma Resolução (002/1998) é o único documento que regulamente/organiza especificamente a Educação Infantil no município.

O Plano Municipal de Educação (1997-2007) apresenta, em seu diagnóstico, a necessidade de expansão do número de escolas no município e aponta como uma de suas prioridades a construção de escolas nas comunidades onde ainda não existem. No entanto, não faz referência específica a escolas de Educação Infantil. Aponta, também, a carência de “reciclagem” (termo utilizado em tal plano) periódica para professores que atuam no ensino fundamental, mas não incluindo a necessidade de formação continuada para os professores da EI, embora registre a presença de professores sem qualificação específica para o magistério atuando na rede pública municipal.

Entre as ações já desenvolvidas pelo município, por ocasião da elaboração do referido PME, destaca-se a realização de “treinamento”, “reciclagem” (termos utilizados em tal plano) e cursos para professores do ensino fundamental, infantil e supervisores e a realização de encontros bimestrais com professores e supervisores da zona rural e urbana. O plano também apresenta como política norteadora a parceria com a União e o Estado para a manutenção e o desenvolvimento do EF e da EI e para a realização de “reciclagem” para a equipe técnico-pedagógica da SME, para professores, supervisores, diretores e vice-diretores.

O PCCR (de abril de 2010) prevê a formação mínima de nível médio, em modalidade normal, como exigência para atuação na EI. Esse plano também estabelece níveis para os professores que atuam na EI, designando o Nível Base para profissionais com formação em nível médio, Nível 1 para profissionais com formação em curso superior

de licenciatura plena, com habilitação específica para o magistério da Educação Básica, e Nível 2 para profissionais com licenciatura plena e diploma de pós-graduação na área de educação, em nível de especialização, mestrado e doutorado.

O PCCR define que o acesso à carreira será por concurso público de provas e títulos. No entanto, o último concurso realizado no município para a admissão de professores, incluindo o cargo de professor da EI, ocorreu somente no ano de 2003. Por essa razão, há um grande número de professores contratados atuando na EI.

2.3. O MUNICÍPIO DE MACAÍBA-RN

2.3.1 O MUNICÍPIO DE MACAÍBA: alguns indicadores sócio-econômicos e breve retrospectiva educacional

O município de Macaíba está situado na região metropolitana de Natal, a cidade é historicamente, respeitada como um autêntico celeiro de talento e cultura, pois é a terra de Auta de Souza, Augusto Severo, Alberto Maranhão, entre outras ilustres figuras macaibenses.

Fazem parte da história e do turismo cultural do município, o casarão dos Guararapes; a igreja de Nossa Senhora da Conceição, que foi construída em 1822 e na qual se encontra o ossuário de Auta de Souza; o Colégio Agrícola de Jundiáí, um dos mais importantes do estado; a Capela de São José; o Monumento Cachangá; o Sobrado de Jundiáí; o Solar da Madalena e a Capela de Nossa Senhora de Soledade.

A economia da região é bem eclética, pois gira em torno da extração de minério, água mineral e brita granítica, pecuária, curtume, avicultura e agricultura, na qual se destaca o cultivo da mandioca.

O artesanato apresenta-se com a confecção de talhas de madeira, bolsas e esteiras de palha; a fabricação de barris, cadeiras, cestas, produtos de decoração com traços de cipó e a produção de licores e xaropes, com frutas e plantas nativas.

No turismo cultural, Macaíba mostra sua força com o Solar do Ferreiro Torto, importante marco da história da cidade e do estado, foi o segundo engenho da então Capitania do Rio Grande do Norte, construído na segunda década do século XVII.

O eco-turismo oferece ao visitante a beleza do Baobá, da árvore Coité, o mangue, Rio Jundiá, Lagoa das Pedras e a palmeira Macaíba, esta que deu o nome a cidade.

Ainda como parte das atividades culturais que compõem as opções turísticas, o município dispõe de dois Parques de Vaquejada: o São José e o Otaviano Pessoa, onde acontecem os tradicionais eventos regionais, que mobilizam a participação de vaqueiros vindos de vários outros estados da região e do país. Outro evento importante é o Festival de Teatro Infantil e a festa de comemoração à padroeira Nossa Senhora da Conceição, que acontece no dia 8 de dezembro.

Quanto aos dados demográficos do município, segundo o IBGE (2009), o Município de Macaíba tem uma área territorial em torno de 512 km², e uma população de 66.380 habitantes, majoritariamente urbana, com aproximadamente 1/3 localizados nas áreas rurais, que abrangem 72% da área territorial do município. No ano de 2005, Macaíba apresentou o IDH de 0,665 e o Índice de Desenvolvimento da Infância (IDI) foi de 0,6 (UNICEF, 2004). O valor do Produto Interno Bruto do município foi de 342.314 mil reais (IBGE, 2005), e o PIB per capita/ano foi de 9.096,00 (IBGE, 2007). A taxa de analfabetismo no município gira em torno de 15% na população de faixa etária entre 10 a 15 anos, e de 30,5% na população de 15 anos ou mais.

Dados coletados pelo MEC em (2007) mostram que o município conta com 52 escolas municipais do ensino fundamental, sendo 17 localizados na zona urbana e 35 na zona rural. A Educação Infantil é atendida em 71 escolas, sendo 14 na zona urbana e 57 na rural. No total, são 123 escolas em todo o município, 92 das quais na zona rural e 31 na zona urbana. O IDEB nas escolas públicas do município foi 2,4 (2005), 3,0 (2007) e 2,8 (2009), com meta geral de 4,7 para 2021, entre as turmas de 5º ano do EF. Em relação às turmas do 9º ano, os resultados foram os seguintes: 2,6 (2005), 2,5 (2007) e 2,6 (2009), sendo 4,6 a meta para 2021. Como se vê, o município tem demonstrado dificuldades de fazer elevar seus resultados no que diz respeito ao ensino público, especialmente na segunda etapa do EF. Mesmo considerando que essa meta (4,6) representará quase o dobro do resultado apresentado pelas escolas públicas do município, em 2009, nos anos finais do EF, ela é tímida e se mantém inferior tanto a meta nacional (5,2) quanto à estadual (4,9) para 2021.

De acordo com os dados do IBGE/INEP de 2009, as matrículas na EI totalizam 2.077, sendo predominantes na área rural, apesar de a população ser predominantemente urbana. No EF a situação é semelhante, tendo-se registrado 12.574 matrículas, sendo 3.883 em escolas estaduais, 7.261 em escolas municipais e 1.430 em escolas privadas. Quanto aos resultados escolares, o município apresentou uma taxa de rendimento (aprovação) no EF de 71,5%; uma taxa de reprovação é de 22% e de abandono 6,4%, referentes ao ano de 2007.

As funções docentes estão distribuídas da seguinte forma: na EI, são de 51 docentes com licenciatura, 7 com outra graduação, 3 com Ensino Médio e 7 com o curso Normal-médio. No EF são 285 docentes com licenciatura, 8 com graduação, 13 com Ensino Médio e 24 com curso Normal-médio, totalizando 330 docentes.

O número de estabelecimentos de ensino na rede municipal (2007) é de 47 escolas. Dessas, 41 abrangem o EF (12 urbanas e 29 rurais). As outras 6 escolas abrangem o ensino médio (1 na área urbana e 5 na área rural). Existem 32 unidades escolares em áreas específicas e apenas uma em área remanescente quilombola. A taxa de escolarização líquida é de 93,2% no EF e de 21,6% no EM. de acordo com informações da SME, as matrículas efetuadas na rede municipal, em 2007, foram distribuídas nos seguintes níveis:

- Regular – creche: 586 (248 na área urbana; 338 na área rural)
- Regular – pré-escola: 1.505 (697 na área urbana; 808 na área rural)
- Regular – anos iniciais do EF: 5.099 (2.442 na área urbana; 2.657 na área rural)
- Regular – anos finais do EF: 2.182 (1.167 na área urbana; 1.015 na área rural)
- EJA – anos iniciais do EF: 464 (106 na área urbana; 358 na área rural)
- EJA – anos finais do EF: 627 (362 na área urbana; 265 na área rural)

2.3.2. A ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL DE MACAÍBA

2.3.2.1 O Plano Municipal de Educação

Apesar de várias tentativas e estratégias adotadas pela equipe estadual da pesquisa, não obtivemos êxito em termos de acesso à Secretaria Municipal de Educação de Macaíba, a qual não disponibilizou qualquer informação a respeito da existência do Plano Municipal de Educação, ou qualquer outro documento institucional/oficial similar relativo à educação pública municipal ou à rede escolar. Todas as informações documentais para esta pesquisa foram compiladas através da colaboração de profissionais da educação, que não se identificaram por receio de retaliação por parte da SME.

Em vista disso, não tivemos alternativa para melhor exposição/retrato sobre as características da política educacional do município senão através do que é de domínio público, seja a partir do site do MEC/INEP, da própria Prefeitura ou de fontes terciárias, por meio de contatos pessoais com determinados profissionais docentes que lá trabalham.

Grosso modo, observamos que a SME segue as orientações gerais da política educacional brasileira, expressa através das determinações legais (LDB, Decretos, Portarias, Resoluções do CNE, do CEE, por exemplo), além de implementar alguns dos programas oficiais do MEC. Questões político-partidárias interferem diretamente na SME e na condução da educação pública no município, inclusive na gestão escolar e no trabalho docente, razão pela qual as informações são de difícil acesso.

Dentre os documentos consultados para efeito desse relatório, destacamos a Lei Orgânica do Município (de 03/04/1990) e o PAR, a partir do qual foi possível depreender algumas das características da situação em que se encontra a educação no município e algumas das ações teoricamente desenvolvidas pela atual gestão da SME.

A Lei Orgânica tem uma sessão específica sobre a educação do município, na qual fica explicitada, dentre outros, como deverá se assegurar a responsabilidade do poder municipal para com o atendimento às demandas educacionais. Alguns artigos são claros e sugerem as diretrizes com base nas quais deveria ser implementada a política educacional do município, mesmo antes da promulgação da atual LDB.

ART. 141 - O Sistema de Ensino Municipal assegurará aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

ART. 142 - O ensino oficial do Município será gratuito em todos os graus e atuará prioritariamente ao ensino fundamental e Pré-Escolar.

ART. 146 - O Município aplicará, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento (25%), no mínimo, da receita resultante de imposto, compreendidas e proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

ART. 153 - A Lei estabelece os planos municipais de educação de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzem à:

I - Erradicação do analfabetismo;

II - Universalização do atendimento escolar;

III - Melhoria da qualidade do ensino;

IV - Formação para o trabalho;

V - Promoção Humanística, Científica e Tecnológica do Município.

VI - Profissionalização educacional em todos os níveis pelo ensino de um ofício.

Como se observa, há um claro reflexo do espírito democratizante que marcava a sociedade brasileira na virada da última década do século XX, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Entretanto, não há elementos suficientes para descrever ou afirmar que as diretrizes políticas e determinações legais expressas na referida Lei Orgânica do município de Macaíba tenham sido, de fato, implementadas total ou parcialmente; e isso foge aos objetivos desse relatório.

Dada a dificuldade de acesso à fontes oficiais que expressam a política educacional atual do município, como já supra frisado, encontramos no diagnóstico do PAR a fonte que melhor expressa a situação educacional e a existência de políticas educacionais voltadas para o atendimento das diferentes demandas da área.

Quanto à formação continuada dos professores, por exemplo, seja para os que atuam na EI ou no EF, constata-se a existência de demandas nesta área, de modo a se alcançar melhorias na qualidade dos processos de ensino e da aprendizagem da leitura/escrita e da matemática, sobretudo nos anos finais do EF.

Igualmente são apontadas carências de políticas específicas para superação de problemas de correção de fluxo no EF, que ofereçam condições de superar a evasão escolar e as distorções idade-série. Da mesma forma, a situação demanda à SME o

desenvolvimento ou oferecimento de programas capazes de reverter a situação do fracasso escolar, garantindo aos docentes e equipes pedagógicas o suporte técnico necessário e as devidas orientações para desenvolvimento de atividades que resultem na superação das dificuldades de aprendizagem por parte dos alunos.

A necessidade de adequação ou construção e de instalações de bibliotecas, adotando padrões mínimos de funcionamento e de acessibilidade, considerando, ainda, as especificidades das escolas indígenas e do campo, revela que menos de 30% das escolas do município têm algum espaço, mesmo pequeno, destinado à sala de leitura. O mesmo ocorre em relação aos laboratórios nas diversas áreas temáticas (ciências, informática, artes), cuja inexistência é revelada no PAR enquanto ação necessária em termos de “adequação de espaços para organização de laboratórios; implantação de salas de recursos multifuncionais”.

A partir desse diagnóstico, há de se supor a existência mínima de programas e ações de política educacional voltadas para a melhoria da qualidade do atendimento educacional em Macaíba, além dos diferentes programas da política oficial desenvolvida e ou induzida pelo MEC e consubstanciados no Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.

2.3.2.2 Principais Programas e Ações propostos pela atual gestão

A partir do diagnóstico elaborado no PAR, portanto, pode-se depreender que estão em curso algumas ações no âmbito educacional, tanto na dimensão pedagógica quanto infra-estrutural. Dentre as ações apresentadas no PAR como estando em curso no município, destacamos: a implantação de espaços adequados para práticas esportivas, com construção de quadras esportivas em escolas da rede; adequação das instalações gerais para o ensino nas escolas da rede, haja vista a condição geral do mobiliário e das instalações, consideradas fora dos padrões técnicos. Apenas a minoria das escolas possui instalações e equipamentos adequados.

No que diz respeito à política de acessibilidade, a SME estaria promovendo a adequação dos espaços escolares às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida como parte de sua política educacional, inclusive com adequação dos espaços para tal finalidade:

manutenção e conservação geral das instalações e equipamentos necessário ao atendimento das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A integração e expansão do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas da rede municipal é uma ação apontada como parte da política educacional do município, o que estaria sendo feito mediante a aquisição e instalação de computadores ligados à internet e utilização de recursos de informática para atualização de conteúdos e realização de pesquisas por parte de professores e alunos. Pelos dados indicados no PAR, nenhuma escola municipal possui internet.

Quanto à política de incentivo e desenvolvimento de recursos pedagógicos necessários à inovação de práticas pedagógicas, que considerem a diversidade das demandas educacionais locais, entendidas como critério de qualidade da educação pública, o documento analisado indica essa dimensão como uma necessidade, atestando, portanto, a insuficiência de acervo bibliográfico adequado, a inexistência de um plano de incentivo à produção de material específico para as escolas, especialmente aquelas que têm especificidades por parte da clientela (remanescentes de comunidades quilombolas e indígenas e moradores do campo). Embora seja indicado pelo documento que estão em curso ações para aquisição de materiais didáticos diversos e de elaboração de uma política pedagógica que considere e valorize a diversidade racial e cultural existente no município, não foi possível observar ou conhecer alguma dessas ações quando da realização do survey na cidade, haja vista a dificuldade de acesso à documentos oficiais eventualmente existentes no âmbito da SME, e mesmo de contato com representantes da secretaria.

Finalmente, destacamos alguns projetos que desenvolvidos pela gestão municipal e que têm interfaces ou parceria com a SME. O projeto desenvolvido em parceria com a SME é o XADREZ NA ESCOLA, que visa difundir o xadrez na rede municipal de ensino, contextualizando o objetivo fim do jogo do xadrez que é de promover um melhor raciocínio lógico nos alunos participantes do projeto, além de propiciar a subtração de tempo ocioso para nossos jovens e adolescentes. Conforme informações disponíveis no site da prefeitura, o projeto acontece em mais de 15 escolas da rede pública municipal de ensino, destaca a condição de um monitor para cada grupo de alunos e contempla também alunos do PETI e do Agente Jovem.

Outro projeto inovador que visa o despertar nos alunos da rede municipal a arte de representar através do palco, é o Teatro na Escola. Assim constitui-se a arte cênica, cujo objetivo do projeto é o da promoção do teatro estudantil, cujo reconhecimento se dá na promoção do Festival Municipal de Teatro Infantil. Em 2007, quando da sua 2ª edição, dez escolas participaram do festival e cerca de 600 alunos puderam mostrar seu talento e se expressar através da arte. O projeto abrange os usuários do CAPS e alunos do PETI, Agente Jovem e estudantes das zonas rural e urbana do município.

Também merece destaque o Projeto Escola de Música, mantido pela prefeitura municipal. Fundada em junho de 2006, a Escola de Música Municipal desempenha um papel importante no desenvolvimento sócio-educativo de jovem macaibense. A Escola conta com cerca de 400 alunos matriculados nas mais diversas modalidades, com: violino, viola clássica, violoncelo, violão, contra-baixo, guitarra, teclado, bateria, flauta e teoria musical, instrumento de sopro e canto coral (infantil e adulto). Através de convenio firmado com a Escola de Música da UFRN, a atual gestão municipal procura garantir um ensino de qualidade, fomentando a arte musical e mais qualidade de vida.

2.3.2.3 A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM LEI

Primeiro aspecto a ser destacado refere-se à Lei Orgânica do município de Macaíba, promulgada em 03/04/1990, que assegura, em dois de seus Artigos, mecanismos propícios à democratização da gestão educacional, embora, na prática, isso não seja uma garantia efetiva. Rezam os artigos:

ART. 148. - Será assegurada, na forma da Lei, a eleição direta para as respectivas direções dos estabelecimentos de Ensino Municipal, pelos docentes, discentes, servidores e pais de alunos.

ART. 149. - Fica instituído o Conselho Municipal de Educação constituído paritariamente, por representantes dos professores, pais, alunos e Secretaria de Educação. (L.O.M., 1990)

Não foi possível verificar manifestação da categoria no que diz respeito à efetivação do que determina a Lei Orgânica, se houve mudanças de orientação ou alguma nova regulamentação legal quanto ao processo de escolha dos diretores escolares. O que verificamos, todavia, foi que a eleição direta não se materializou na rede escolar do município de Macaíba. Ao contrário, o processo segue num formato incongruente com o que determina a Lei, expressando a tradição política ainda vigente no governo

municipal de controle e centralização do poder. A escolha de diretores continua sendo iniciativa e responsabilidade do governo municipal, ou seja, o acesso ao cargo de direção se dá por meio de indicação política, sendo considerado, portanto, como “cargo de confiança” do prefeito. A falta de divulgação/publicização das leis/decisões tomadas por parte do poder legislativo local (inexistência de informações atualizadas no site do município, por exemplo), dificulta saber se há alguma resolução ou portaria específica que regulamenta a Lei Orgânica ou se remete a outras leis os procedimentos de democratização da educação pública municipal, de modo a apresentar aqui um relato mais preciso sobre o estágio de democratização em que se encontra – ao menos do ponto de vista legal – a educação escolar pública municipal de Macaíba.

Vale destacar também outros traços característicos da orientação política da SME, por um lado, e da conscientização dos trabalhadores docentes e membros da comunidade, por outro, em relação a necessidade de se garantir mecanismos de efetivação da gestão democrática nas escolas públicas municipais. Por exemplo, a existência de Projetos Pedagógicos (PP) na maioria das escolas, inclusive com registros de participação dos professores e do CE na elaboração dos mesmos. Pelos depoimentos informais colhidos durante as visitas e coleta de dados, há uma praxe na SME de se considerar as especificidades de cada escola, embora isso não seja o suficiente para afirmar sobre a existência de autonomia escolar no município.

A maioria das escolas possui o PPP elaborado com a participação de alguns professores, mas nem sempre com a colaboração do Conselho Escolar. Isso sugere que o nível de participação da comunidade nos processos decisórios ainda é baixo, e que os órgãos colegiados (os conselhos...), quando funcionam, são espaços predominantemente formais e burocratizados, e não de discussão e deliberação política e de efetivo encaminhamento das questões, demandas ou decisões da comunidade escolar. A despeito do fato da SME apoiar, orientar e respeitar as especificidades de cada escola, tal postura não pode ser traduzida automaticamente como uma política de apoio e incentivo à democratização das escolas.

Em relação ao Plano de Carreira e Salários do Magistério Municipal de Macaíba, ele foi sancionado através da Lei Municipal nº 1.037, de 14 de janeiro de 2002. A estrutura do documento está ancorada em quatro capítulos, quais sejam: Capítulo I – Disposições preliminares; Capítulo II – Da Carreira do Magistério Público Municipal; Capítulo III –

Da implantação do Plano de Carreira e Remuneração; Capítulo IV – Disposições finais e transitórias.

Dentre as principais disposições do documento, destacam-se as seguintes temáticas:

- a) Definição de Pedagogo vinculada a atribuições de administração escolar (Art. 2, item VI). Além disso, a Lei institui um dispositivo que versa sobre o re-enquadramento dos coordenadores pedagógicos na função de PEDAGOGOS;
- b) Qualificações profissionais e critérios exigidos para o acesso aos cargos de diretor e de vice-diretor, seja o título de formação em nível superior (específico ou inespecífico) ou experiência comprovada do exercício da docência por um período mínimo de um ano como condição de acesso ao cargo (Art. 6, parágrafo 5, itens I e II);
- c) Carga horária de trabalho limitada a 30 horas semanais, com possibilidade de acréscimo de 10 horas (Art. 13);
- d) Apresentação das Tabelas Salariais (Anexo I), ainda que não fique claro se o município adotará algum mecanismo ou índice de recomposição salarial, ou mesmo se há algum dispositivo legal complementar que regulamente a implementação e o acompanhamento da Carreira do magistério municipal (ex.: critérios de progressão, existência ou não de promoção automática, possibilidades de incorporação de eventuais gratificações, incentivos à titulação, dentre outros). De forma sintética, podemos apresentar na Tabela 8 abaixo a atual organização da Carreira do magistério municipal de Macaíba, seus níveis e base salarial conforme o cargo assumido.

Tabela 8 - Organização da Carreira do Magistério Municipal de Macaíba, segundo os níveis, cargos e base salarial

| Cargo: Professor | | | | |
|---|-------------------------|-----------------|--------------------------|------------------|
| Nível I | Nível I Especial | Nível II | Nível II Especial | Nível III |
| A – 230,00 | A – 230,00 | A – 253,00 | A – 230,00 | A – 303,60 |
| J – 341,29 | J – 310, 28 | J – 392,49 | J – 356,81 | J – 470,98 |
| Cargo: Pedagogo | | | | |
| A | | 333,96 | | |
| J | | 518,08 | | |
| Cargo: Diretor e Vice-Diretor | | | | |
| | Diretor | | Vice-Diretor | |
| Escola Porte 1 (mais de 600 alunos) | 700,00 | | 350,00 | |
| Escola Porte 4 (menos de 100 alunos) | 280,00 | | ***** | |
| Obs.: Pelos dados do Anexo, entende-se que não há gratificação para vice-diretor das escolas de porte 4 | | | | |

Fonte: Lei nº 1.037/2002

2.3.2.4 O ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL

Conforme dados do IBGE/INEP, durante o ano de 2009 o município atendeu 281 crianças de 0 a 3 anos de idade e 1.796 crianças de 4 e 5 anos, totalizando 2.077 alunos distribuídos em Escolas de EI e Escolas de EF que possuem turmas de EI. No município não há escolas conveniadas. Há apenas uma escola de EI que funciona em regime integral; as outras funcionam em regime parcial. O número de crianças por turma é de 25, sendo que nas turmas de crianças de 0 a 3 anos de idade, esse número é menor e há a presença de dois adultos em cada sala de aula, geralmente um professor e um auxiliar/estagiário.

O último concurso específico para professor da EI, com habilitação em magistério, foi realizado no ano de 2006, de modo que ainda há muitos professores contratados e também estagiários contratados por meio do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), os quais atuam como auxiliares nas turmas de EI.

Não há eleições diretas para os gestores das escolas de EI, os quais são indicados pela SME, da mesma forma como ocorre com as escolas de EF. O artigo 4º da Lei municipal nº 1.037/2002 diz que

Os cargos de Diretor e Vice-Diretor escolar são de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo, podendo também ser ocupados por titulares dos cargos de provimento efetivo de Professores e Pedagogo, observados os limites de remuneração estabelecidos nesta Lei e considerado o porte das escolas a serem definidos por ato do Executivo. (MACAÍBA, 2002).

As escolas de EI do município, quando vinculadas ao poder público, faziam parte da área de Assistência Social e não da Educação. Foi somente no ano de 2008 que a Educação Infantil foi inserida ao Sistema Municipal de Ensino, o que suscitou uma série de implicações, como a inclusão dos docentes em um plano de cargos e salários, a organização das instituições baseadas em um plano de educação municipal e a elaboração, durante o ano de 2009, de uma proposta pedagógica específica para a EI. Foi também no ano de 2008 que ficou prevista a implementação de políticas e planejamentos referente à formação inicial e continuada dos professores que atuam nessa etapa da Educação Básica (EI).

A Proposta Pedagógica para a Educação Infantil no município toma como base o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e atende as determinações da LDB nº Lei 9.394/96. Segundo o documento, a Proposta tem como objetivo oferecer respaldo teórico para nortear o professor de Educação Infantil na realização de suas atividades cotidianas junto às crianças de até 5 anos de idade. Ela também apresenta os saberes necessários para os professores elaborarem e implementarem uma proposta pedagógica junto às crianças, tais como: saberes sobre a autonomia, a alfabetização, a socialização, os jogos, o ensinar, a prática pedagógica, o planejamento, a avaliação, rotinas de atendimento essenciais ligados à saúde, entre outras orientações. O documento também aponta como diretriz o princípio de que os profissionais da EI devem ser formados em curso de nível médio ou superior que contemplem conteúdos específicos relativos à EI, mas não explicita que cursos seriam esses. Além disso, prevê a formação continuada dos profissionais da EI por meio de ações, como a realização de cursos, seminários sistemáticos, incentivo ao uso da biblioteca, realização de trabalhos de pesquisa, encontros de estudos e aprofundamento de assuntos, troca de experiências e reflexões sobre a prática dos educadores, bem como pelo acompanhamento sistemático através de visitas às instituições, atendimento individual, reuniões e outras ações.

O Plano Municipal de Educação prevê a ampliação do atendimento na EI e recomenda uma educação de qualidade prioritariamente para as crianças mais sujeitas a exclusão

social. O PME também diz que a “integração das crianças especiais no sistema regular será, na educação infantil, implementada através de programas específicos de orientação aos pais, qualificação dos professores, adaptação dos estabelecimentos quanto as condições físicas, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos”, apontando, então, para a necessidade de formação continuada dos professores da EI. O PME ainda define o estabelecimento de um programa municipal de formação de profissionais para a Educação Infantil baseado nas seguintes metas: em cinco anos os professores e dirigentes das Escolas de EI que possuem formação em nível médio realizarão o curso superior, e os profissionais e docentes admitidos no sistema de ensino deverão possuir formação específica em nível médio e/ou, preferencialmente, com formação em nível superior. O plano estabelece como meta a priorização para a Educação Infantil do repasse de 10% dos recursos vinculados à manutenção do ensino.

2.4. O MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS

2.4.1 A CIDADE DE CURRAIS NOVOS: alguns indicadores socioeconômicos e breve retrospectiva educacional

O município de Currais Novos está localizado a mesorregião central potiguar, especificamente na microrregião do Seridó Oriental, é uma das regiões mais secas do estado, apresentando certos contrastes paisagísticos. De acordo com Moraes, a área onde hoje é localizado o município de Currais Novos teve como seus primeiros habitantes os índios Cariris e Janduis.

Currais Novos tem sua origem ligada ao período conhecido como ciclo do gado, que marcou todo o século XVIII e se estende ao XIX. Em 1890, o distrito da paz⁸ pertencente ao município de acari, foi elevado à condição de município autônomo, um ano depois passou a ser considerado vila. Mas foi em 1920 que passou a categoria de cidade. Os currais acabaram assim, nomeando a cidade de uma forma indireta, já que foi através deles que o local passou a ser povoado.

As principais atividades econômicas são marcadas pela agricultura, pecuária, horticultura, artesanato, extrativismo mineração, comércio e serviços.

⁸ Como era chamado na época.

O município de Currais Novos também é conhecido pelos seus pontos turísticos, como Apertados (belo corredor natural pelo qual percorrem as águas dos rios Picuí e Acauã); a mina Brejuí; O monumento Cristo Rei entre outros.

Segundo dados do IBGE (2009), a estimativa da população municipal é de 43.536 habitantes, com uma área territorial de 864 km², em cuja área urbana habita a grande maioria (90%) da população. Ainda segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB)⁹ é de 162.133,33. Conforme o PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁰ é de 0,724; e em relação à infância, o UNICEF aponta o Índice de Desenvolvimento da Infância (IDI)¹¹ do município igual a 0,690.

Em relação à educação, conseguimos os seguintes dados: a taxa de analfabetismo¹² de Currais Novos, no ano 2000, foi de 7,5% para pessoas de 10 a 15 anos, e para a população que tinha idade acima de 15 anos, a média de analfabetismo era de 24,1%. No município, o total de estabelecimentos de ensino na Educação Básica, segundo o IBGE (2008), conforme a etapa de atendimento e esfera administrativa, era de 72, sendo distribuídos da seguinte forma: 27 de escolas de EI, das quais 20 municipais, uma estadual e seis privadas; 36 escolas de EF, das quais 22 municipais, 9 estaduais e 5 privadas; e 09 escolas de EM, das quais 05 estaduais, 01 federal e 03 privadas. Em relação a áreas específicas, o IBGE afirma a existência de comunidades remanescentes de quilombolas, nas quais foi contabilizada apenas uma escola.

No que diz respeito ao resultado apresentado pelas escolas públicas de EF no IDEB, dados do INEP apontam o seguinte: em relação aos anos iniciais do EF em 2005, 2007 e 2009, os resultados foram, respectivamente, 3,2; 3,5 e 3,9, sendo a meta estabelecida em 5,5 para o ano de 2021. Há uma tendência de crescimento dos resultados nesta fase do EF. Já em relação aos anos finais do EF, os resultados foram 3,1; 3,4 e 3,4 no mesmo período. Observa-se, portanto, um melhor resultado dos alunos nos anos iniciais, havendo dificuldades, por parte do município, em fazer superar os índices registrados

⁹ Fonte: IBGE – 2005, valor em mil.

¹⁰ Fonte: PNUD – 2000.

¹¹ Fonte: UNICEF – 2004.

¹² Fonte: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000.

nos anos finais do EF, cuja meta para 2021 é de 5,1, índice bastante distante do registrado em 2009, embora seja superior à meta do estado (4,9).

Quanto às matrículas, os dados do INEP/2009 mostram que foram realizadas 7.013 no EF, sendo 1.603 em escolas estaduais, 4.209 na rede municipal e outras 1.201 na rede privada. No âmbito da EI (áreas rural e urbana), foram feitas 1.406 matrículas, das quais 865 na rede municipal e 181 em escolas privadas. A taxa de escolarização líquida no ensino fundamental está em torno de 93% (incluindo crianças de 7 à 14 anos).

E em relação às funções docentes, o INEP (2008) aponta os seguintes dados: no tocante a EI, existem 58 docentes, dos quais 17 têm curso superior com licenciatura, 1 tem outro tipo de graduação, 1 tem o ensino médio e 39 têm o curso normal de nível médio; em referência ao EF, há um total de 401 docentes, dos quais 217 atuam na rede municipal, 91 na rede estadual e os demais na rede particular; e 164 docentes que atuam no EM, sendo 128 na rede pública e 36 na rede privada de ensino. Não há registros de nenhum docente com nível inferior ao médio em nenhuma das etapas; a grande maioria tem cursos de licenciatura e alguns têm curso normal de nível médio.

Quanto às taxas de rendimento dos alunos do ensino fundamental diurno, no ano de 2007, os dados são os seguintes: a taxa de aprovação foi 78,9%; a de reprovação foi de 17,3%, enquanto que a de abandono que foi de 3,8%. Quanto ao rendimento dos alunos do EF que estudam no turno noturno, o IBGE só disponibilizou dados sobre os anos finais (8ª série/9º ano), cujas taxas estão distribuídas da seguinte maneira: a taxa de aprovação é igual a 81,8%; a reprovação e o abandono apresentaram média de 9,1% em ambos os casos. Por último, o número de matrículas realizadas em turmas de correção de fluxo no ensino fundamental foi 97, em 2007.

Para a contextualização da situação educacional do município, também recorreremos ao PAR, cujo diagnóstico revela dados e ações que ajudam a caracterizar a política educacional atualmente em curso. De acordo com esse Plano, os dados relativos à infraestrutura física das escolas do município (biblioteca, laboratórios de informática e de ciências, quadra de esportes, cozinha com refeitório e sala de aulas, salas de professores etc), fica claro que a maioria das escolas não dispõe de salas estruturadas para funcionamento de uma biblioteca, nem espaço físico para tal. Há a necessidade de adequação e de construção para instalações de bibliotecas, adotando os padrões

mínimos e a acessibilidade. Das escolas do município, 03 dispõem de laboratórios de informática, porém com insuficiência de equipamentos, promovendo estratégias que possibilitem ativar gradativamente laboratórios adequados ao uso dos professores e alunos. Também são necessárias salas de aulas adequadas ao número de alunos, com condições de acústica, limpeza e iluminação; o mobiliário existente requer uma renovação, pois suas condições são inadequadas ao uso seguro por parte de professores e alunos.

Enfim, a busca pela melhoria da qualidade da educação no município passa, necessariamente, pela elaboração de um plano para ampliação do acervo bibliográfico (de referência e literatura) para as escolas da rede, de incentivo à produção de material específico para escolas do campo, de recuperação das condições infra-estruturais, (adequação dos espaços e equipamentos escolares), proporcionando melhorias nas condições de atendimento ao público e de trabalho aos docentes. Trata-se de medidas que se impõem ao desenvolvimento da educação e elevariam, grosso modo, o referencial de qualidade e das condições de trabalho na rede municipal de ensino.

Apesar da inadequação das condições materiais identificada em determinadas escolas, também é possível verificar, a partir da leitura do documento do PAR, que existe uma preocupação, por parte da SME, em relação aos processos de formação docente e às práticas que se fazem presentes no processo de ensino-aprendizado nas escolas do município. Nessa perspectiva, e tendo em vista a luta por uma educação de qualidade, foi implementada uma política (já existente no ano de 2006) para a formação continuada de professores que atuam na EI, quando se estabeleceu uma parceria com o MEC. Todavia, em 2007 não houve nenhuma ação de formação voltada para esse segmento de ensino, considerando a Lei 10.639 e os princípios preconizados pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, dentre os quais está a continuidade da formação dos professores..

A SME também tem uma política de formação já implementada na área de educação especial. Porém, não há um planejamento específico nas modalidades de educação do campo nem comunidades quilombolas. Com a oferta de programas de formação e habilitação específicas nessas áreas será possível contemplar as áreas de conhecimento dos docentes nas temáticas: educação ambiental, educação para os direitos humanos, educação integral e integrada.

2.4.2 A ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL DE CURRAIS NOVOS

Assim como ocorreu em outros municípios, tivemos algumas dificuldades de acesso a documentos oficiais junto a SME de Currais Novos, provavelmente mais em decorrência das mudanças que estavam sendo promovidas pela prefeitura entre os membros das equipes que compunham a gestão da SME. No começo de 2010, quase toda a equipe da SME foi substituída, o que altera as condições de acesso a informações, pessoas, fontes etc. Pela limitação encontrada, não foi possível um relato mais detalhado e completo acerca de determinados aspectos da política educacional do município.

Grosso modo, observamos que a SME segue as orientações gerais da política educacional brasileira, expressa através das determinações legais (LDB, Decretos, Portarias, Resoluções do CNE, do CEE, por exemplo), além de implementar alguns dos programas oficiais do MEC, relativos à Educação Básica, como veremos abaixo. Questões de disputa político-partidária também estão presentes na administração municipal, interferem diretamente na SME e na condução da educação pública no município, inclusive na gestão escolar e no trabalho docente, razão que também explica a dificuldade de acesso às informações.

2.4.2.1 O Plano Municipal de Educação

O Plano Municipal de Educação (PME) do município foi desenvolvido com base no Plano Nacional de Educação – PNE. Segundo a SME, ele foi elaborado e estruturado de forma participativa, porém a secretaria não dispõe de um planejamento para acompanhamento e avaliação de suas metas. Isto, acrescido da inexistência de um Conselho efetivamente atuante, tem representado dificuldades de para uma avaliação e atualização/reestruturação do respectivo PME, considerando as novas demandas, as características conjunturais atuais do município e os resultados obtidos pelas suas escolas nas avaliações oficiais (Prova Brasil, SAEB, IDEB, dentre outras), seja de iniciativa do MEC ou da SEC-RN. Além disso, faz-se necessário a inclusão de representantes dos diversos segmentos da área educacional na composição dos

Conselhos Municipais, no sentido de sua democratização e de maior participação social nas decisões sobre a política educacional no município.

2.4.2.2 Principais programas e ações propostos pela atual gestão

Quanto aos Programas implantados ou desenvolvidos na Educação Básica do município, a SME informou acerca de parcerias estabelecidas com o MEC, com a SEC-RN e com instituições privadas que atuam na área da educação, como é o caso do Instituto Ayrton Senna. Dentre os programas, a SME adota os seguintes: com o MEC, Gestar II, Pró-Letramento, Proeja, Brasil Alfabetizado, Pescando Letras, Direito À Diversidade, Escola Ativa, Proinfo e Proinfância; em parcerias, a secretaria desenvolve o Acelera, o Se Liga, o Circuito Campeão, o Gestão Nota 10 e Foco – todos estes através de contratos firmados com o Instituto Ayrton Senna. Com outras instituições ou entidades que atuam indiretamente no campo educacional, a SME desenvolve ações conjuntas com a Pastoral Familiar, com o Projeto Natura, com a Undime, com a Secretaria Estadual de Saúde (Projeto Saúde Escolar) e com a Secretaria de Segurança Pública do RN (Programa Proerd).

Além disso, a SME afirma ter parcerias e convênios com o IFRN, a UFRN e UAB para formação e capacitação de professores, através de programas como, por exemplo, o Proformação. A este propósito, a SME apresentou os seguintes dados característicos do nível de formação do magistério municipal em 2009:

Tabela 7: Magistério da rede municipal de educação de Currais Novos/RN, segundo a função e o nível de formação, em 2009

| | NÍVEL MÉDIO | CURSANDO GRADUAÇÃO | GRADUADO | ESPECIALISTA | MESTRE | TOTAL |
|--|-------------|--------------------|------------|--------------|-----------|------------|
| DOCENTES EM SALA DE AULA | 75 | 40 | 116 | 50 | - | 281 |
| DIRETORES DE ESCOLAS E VICE-DIRETORES | - | - | 08 | 19 | - | 27 |
| COORDENADORES ADMINISTRATIVOS | 02 | - | 04 | 04 | - | 10 |
| SUPERVISORES PEDAGÓGICOS | 02 | 01 | 16 | 20 | - | 39 |
| OUTRAS FUNÇÕES (Inspetores, Sala de Vídeo, Biblioteca, Sala de Leitura) | 06 | - | 07 | 02 | 01 | 16 |
| TOTAL GERAL | 85 | 41 | 151 | 95 | 01 | 373 |

Fonte: SME de Currais Novos-RN

Ainda em relação à categoria docente, obtivemos informações sobre a existência do PCCR do magistério no município, aprovado pela Câmara municipal, mas o documento não foi encontrado/disponibilizado na SME; e não existe um site da Câmara Municipal com a divulgação/publicização da legislação municipal, através do qual se possa consultar as orientações legais existente no município, inclusive sua Lei Orgânica, como há em outros municípios que fizeram parte da pesquisa. São documentos importantes a partir dos quais podemos observar a definição de questões importantes que configuram as condições de trabalho docente e de desenvolvimento da Educação Básica em qualquer unidade da federação, mas aos quais não se tem fácil acesso. As informações que apresentamos Na Tabela abaixo, referente ao nível salarial vigente para o magistério municipal, foram conseguidas através de fontes indiretas, por meio de contatos dos pesquisadores com os professores.

**Tabela 8: Distribuição salarial do Magistério Municipal de Currais Novos-RN,
Conforme o PCCR.**

| PERÍODO DE TRABALHO / ANOS | | 0 | 5 | 7 | 9 | 11 | 13 | 15 | 17 | 19 | 21 |
|----------------------------|---------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Classe | NÍVEL | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J |
| Profesor | I – ENSINO MÉDIO - PNM-I | | | | | | | | | | |
| | HORA / AULA | 3,74 | 3,82 | 3,90 | 3,98 | 4,06 | 4,14 | 4,22 | 4,30 | 4,39 | 4,48 |
| | SALÁRIO HORISTA | 504,90 | 515,70 | 526,50 | 537,30 | 548,10 | 558,10 | 569,70 | 580,50 | 592,65 | 604,80 |
| | II – GRADUAÇÃO - PG-II | | | | | | | | | | |
| | HORA / AULA | 4,57 | 4,66 | 4,75 | 4,85 | 4,95 | 5,05 | 5,15 | 5,25 | 5,36 | 5,47 |
| | SALÁRIO HORISTA | 616,95 | 629,10 | 641,25 | 654,75 | 668,25 | 681,75 | 695,25 | 708,75 | 723,60 | 738,45 |
| Profesor | I – ESPECIALIZAÇÃO- PE-I | | | | | | | | | | |
| | HORA /AULA | 5,58 | 5,69 | 5,80 | 5,92 | 6,04 | 6,16 | 6,28 | 6,41 | 6,54 | 6,67 |
| | SALÁRIO HORISTA | 753,30 | 768,15 | 783,00 | 799,20 | 815,40 | 831,60 | 847,80 | 865,35 | 882,90 | 900,45 |
| | II – MESTRADO – PM-II | | | | | | | | | | |
| | HORA / AULA | 6,80 | 6,94 | 7,08 | 7,22 | 7,36 | 7,51 | 7,66 | 7,81 | 7,97 | 8,13 |
| | SALÁRIO HORISTA | 918,00 | 936,90 | 955,80 | 974,70 | 993,60 | 1.013,85 | 1.034,10 | 1.054,35 | 1.075,95 | 1.097,55 |
| | III – DOUTORADO – PD-III | | | | | | | | | | |
| | HORA/ AULA | 8,29 | 8,46 | 8,63 | 8,80 | 8,98 | 9,16 | 9,34 | 9,53 | 9,72 | 9,91 |
| | SALÁRIO HORISTA | 1.119,15 | 1.142,10 | 1.165,05 | 1.188,05 | 1.212,30 | 1.236,60 | 1.260,90 | 1.286,55 | 1.312,20 | 1.337,85 |

- O professor irá passar 05 anos na letra A para mudar de nível, ou seja da letra A para a letra B (03 de estágio probatório e 02 que tem que ficar na letra).
- 2% de uma letra para outra, como também na virada.
- Progressão – Avanço horizontal que ocorrerá em dois e dois anos, que será efetuado uma vez por ano, no 1º trimestre.
- Avanço – Avanço vertical que é a mudança de classe, quando comprovada com certificado ou diploma, iniciando pela letra A da nova classe. Após completar 03 anos de avanço vertical, o profissional irá passar para a letra a qual fizer jus, conforme o tempo de admissão (Isto será dentro da progressão da época).
- Complemento de R\$ 139,00 para o nível médio.
- Complemento de R\$ 150,00 para o nível graduado, especialista, mestre e doutor.
- Acesso – Comprovado com certificado ou diploma, com carga horária e a frequência de 100%, não é acumulativo.

| | |
|----------------------------|----------------------------|
| Acesso 5% - 180 Hora/Aula | Acesso 15% - 540 Hora/Aula |
| Acesso 10% - 360 Hora/Aula | Acesso 20% - 720 Hora/Aula |

2.4.2.3 A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM LEI

A falta de acesso à Lei Orgânica e ao PCCR do magistério municipal tornou impossível afirmar acerca das definições legais que orientam o princípio da gestão democrática e sua efetiva implantação no âmbito escolar local. Como há uma lei maior, supra municipal (a LDB nº 9.394/96), que estabelece a gestão democrática como princípio de desenvolvimento da educação escolar pública no país, imagina-se que nos municípios onde não há publicização das legislações específicas locais haja, na prática, a observância desse princípio.

Tivemos a informação de professores que no município existe uma lei que estabelece e regulamenta o processo de eleição direta para escolha de diretor e vice-diretor das escolas, e que a SME adota este procedimento como forma de provimento dos respectivos cargos, nomeando os eleitos.

Quanto aos Órgãos colegiados ligados à educação municipal, existem, formalmente, no município os seguintes Conselhos: Conselho Municipal de Educação, Conselho de Merenda Escolar e Conselho do FUNDEB. Todavia, não conseguimos informações sobre a composição (critérios e representantes) e atuação dos mesmos; apenas tivemos a informação de que os membros titulares e suplentes do CME estão com mandatos expirados desde novembro de 2006. Além disso, a Lei que instituiu o CME está desatualizada, passando por um processo de revisão. Não foi possível saber se há Conselho de Escola constituído em nos os estabelecimentos da rede municipal.

Visando também a existência de Projeto Pedagógico (PP) em todas as escolas e um maior grau de participação dos professores, da comunidade escolar e dos respectivos CE na elaboração e ou atualização dos mesmos, a SME apóia e orienta esse processo respeitando as especificidades de cada escola. Segundo informações de membros da equipe pedagógica da SME, todas as escolas da rede municipal possuem Projetos Pedagógicos elaborados de forma democrática e participativa.

2.4.2.4 O ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL

Até o ano de 2007, as creches e pré-escolas existentes no município estavam vinculadas à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social. A partir deste ano tais

instituições começaram a ser vinculadas à Secretaria Municipal de Educação que passou a gerenciar tanto os aspectos financeiros quanto os aspectos pedagógicos. Os professores das Escolas de Educação Infantil começam a participar dos cursos de formação continuada oferecidos pela SME e ocorreu a formulação de uma Proposta Pedagógica para o município, a partir de então contemplando a Educação Infantil. Também foram incluídos os professores de EI no PCCR aprovado para o magistério municipal. Segundo informações da SME, todos os professores que trabalham com a EI são concursados e têm a formação mínima exigida em lei (curso normal/magistério). Em algumas escolas há auxiliares que são professores “readaptados” para a função. O município não contrata professores, sendo a admissão apenas por meio de concurso.

O número de crianças atendidas na EI pela rede municipal é de 1.552, sendo 726 nas turmas de 2 a 3 anos e 826 nas turmas de 4 e 5 anos, segundo dados fornecidos pela SME. Todavia, verificamos uma incongruência entre estes dados e os apresentados pelo INEP/2009, que apontam um total de 1046 crianças matriculadas na EI no município de Currais Novos, diferença que se aproxima de 33%. É possível que essa diferença corresponda às matrículas de crianças que estudam em escolas de EF e que também atendem EI. Para efeito deste relatório, tomamos por referência os dados do INEP/2009.

A forma de ingresso das crianças nas escolas é por matrícula efetuada em um determinado período do ano letivo. Em caso das vagas serem esgotadas, se encaminha a matrícula para outra escola mais próxima do mesmo bairro/região. Em média, cada turma é constituída por 20 crianças, dependendo da faixa etária, e possui um professor por turma, havendo também, em alguns casos, um professor auxiliar. Há uma creche municipal localizada na zona rural, a qual atende 22 crianças de 2 a 5 anos de idade; e outra, também na zona rural, que recentemente iniciou suas atividades, no ano de 2010, mas ainda não foi expedido o decreto de sua criação. Há 9 (nove) escolas municipais de EF localizadas na zona rural que também possuem turmas de EI. Algumas dessas escolas são multisseriadas e atendem crianças de 4 e 5 anos de idade. Na zona urbana, são 4 (quatro) as escolas de EF que atendem também turmas de EI, além de 4 (quatro) escolas específicas de EI. Não há escolas conveniadas no município para este tipo de atendimento.

Em relação à gestão, ocorrem eleições diretas nas escolas municipais, no entanto, em algumas Escolas de EI ocorre a indicação do gestor. Segundo esclarecimento da SME,

quando esse procedimento acontece é porque são escolas que ainda estão em fase de implementação ou quando são escolas isoladas, nas quais ainda não houve um trabalho mais específico para as eleições.

Ressaltamos que não há nenhum documento que regulamente e organize, especificamente, a Educação Infantil no município e que, embora tenhamos encontrado referências à uma Proposta Pedagógica, elaborada pela SME, para esta etapa da Educação Básica também não tivemos acesso ao respectivo documento.

2.5. O MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA

2.5.1 A CIDADE DE CANGUARETAMA: alguns indicadores socioeconômicos e breve retrospectiva educacional

O Município de Canguaretama está situado a 67 km da capital, é conhecido pela sua praia mais famosa: Barra de Cunhaú, enseada paradisíaca de águas tranqüilas e paisagem emoldurada pelas águas do rio Curimataú. Além disso, encontramos inúmeras outras praias, dunas, lagoas e manguezais no referido município.

Canguaretama tem um agradabilíssimo ar pacato de pequena cidade do interior, pertence ao Bioma da mata Atlântica, com clima tropical chuvoso e uma temperatura média de 25,6 °C. Seu nome é de origem indígena, quer dizer “vale das matas, onde há muitas árvores”. O Município tem uma economia diversificada, com ênfase na produção do camarão, a pecuária e a agricultura. O artesanato apresenta trabalhos em fibras, chapéus e vassouras de palha.

Em termos históricos, o turismo enseja uma visita às ruínas da Capela do engenho Cunhaú, onde ocorreu um trágico massacre no ano de 1645. No folclore da região destacam-se o fandango, o pastoril, o coco-de-roda e a lenda da ressuscitada. Os principais eventos religiosos do município são as romarias ao padre José Serra, e aos mártires do massacre de Cunhaú; e a grandiosa festa da padroeira local, Nossa Senhora da Conceição, que ocorre no dia 8 de dezembro.

De acordo com dados do IBGE (2009), o município tem uma área geográfica de 246 km², e uma população estimada de 30.541 habitantes, dos quais aproximadamente 65% habitam a zona urbana e 35% a zona rural.

Conforme dados de 200, Canguaretama teve o PIB de 91.199,16 mil; o IDH publicado pelo PNUD, em 2000, foi de 0,600; e o IDI divulgado pela UNICEF (2004) foi 0,60. Em relação aos dados educacionais, a taxa de analfabetismo, divulgada pelo IBGE em 2000, era de 16,2 % para a população entre 10 e 15 anos de idade, e de 38,4% para a população acima dos 15 anos; e a taxa de escolarização líquida do ensino fundamental (de 07 a 14 anos de idade) também no mesmo ano (2000) era de 89,7%.

Baseado nos dados do INEP (2008), Canguaretama conta com 32 escolas de EF, sendo 23 municipais, 5 estaduais e 4 particulares. Em relação à EI, são 20 escolas, sendo 16 da rede municipal e 4 da rede privada; e quanto ao atendimento da demanda no EM, o município conta com 3 escolas, sendo duas estaduais e uma privada. Ao todo, são 55 escolas no município que atendem as demandas de Educação Básica, das quais 46 são públicas. A rede municipal de ensino é formada, pois, pelas 39 escolas que atendem a EI e o EF. Desse total, existem 16 escolas situadas em áreas específicas, atendendo as demandas existentes na zona rural. Os dados são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 9 - Estabelecimentos de Ensino da rede municipal de Canguaretama, segundo a modalidade e etapa de atendimento, em 2007

| NÍVEL | Nº DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO | | |
|-------------------------------------|----------------------------------|-----------|-----------|
| | URBANA | RURAL | TOTAL |
| EI - regular - creches | 2 | 0 | 2 |
| EI - regular – pré-escola | 5 | 11 | 16 |
| EF - regular – anos iniciais | 7 | 16 | 23 |
| EF - regular – anos finais | 2 | 2 | 4 |
| EJA – anos iniciais do EF | 2 | 3 | 5 |
| EJA – anos finais do EF | 0 | 1 | 1 |
| EF – turmas multi/correção de fluxo | 0 | 3 | 3 |
| TOTAL GERAL | 18 | 36 | 54 |

Fonte: SME de Canguaretama

O atendimento educacional escolar do município pode ser dimensionado pelas matrículas realizadas no âmbito da Educação Básica. Conforme o INEP/2009, foram

10.012 matrículas distribuídas da seguinte forma: na EI, 1.352, sendo 1.211 em escolas municipais e 141 em escolas privadas; no EF, foram 7.214 matrículas, das quais 1.530 estaduais, 5.218 municipais e 466 em escolas privadas na área urbana e 474 na área rural, totalizando 1.202 matrículas. Já no EM, foram 1.446 matrículas, das quais 1.406 em escolas estaduais e 40 em escolas privadas.

As taxas de rendimento na rede municipal de ensino foram as seguintes: no EF do turno diurno, constatamos 70,9% de aprovação, 19,9% de reprovação e 6,9% de abandono escolar. Já o rendimento do noturno é quase o inverso, havendo apenas 27,5% de aprovação, 11,1% de reprovação e um elevado percentual (61,4%) de abandono escolar.

Quanto aos resultados alcançados pelas escolas da rede pública no IDEB, realizado nos anos de 2005, 2007 e 2009, tem-se o seguinte: para os anos iniciais do EF, foram 2,4; 3,1 e 3,8, respectivamente, com uma meta definida para 4,7 em 2021. E para os anos finais do EF, os resultados foram, respectivamente, 2,5; 2,3 e 2,5 no mesmo período. Como se vê, há uma clara diferença entre os anos iniciais e finais do EF: enquanto os primeiros apresentaram resultados crescentes e acima da meta definida para os mesmos períodos, houve, no mínimo, uma estagnação na última etapa do EF, cujos resultados permanecem abaixo do estabelecido para os períodos (2007 e 2009) e ainda muito distante da meta definida para 2021, que também é de 4,7. Em relação ao RN, apenas os resultados alcançados pelas escolas públicas de Canguaretama nos anos iniciais do EF ficaram acima da média estadual nos mesmos períodos (no RN: 2,6 em 2005; 2,7 em 2007; 2,9 em 2009).

Quanto às funções docentes, os dados do INEP (2008) mostram que o município conta com um quadro de 369 docentes no EF, 75 na EI e 49 no EM. Dentre os que trabalham no EF, 261 são da rede municipal, 67 da rede estadual e 41 da rede privada. Na EI os docentes estão distribuídos da seguinte forma: 65 da rede municipal e 10 atuantes na rede privada. Dos que trabalham no EM, 42 são da rede estadual e apenas 7 trabalham em escolas privadas. Desta forma, a rede municipal é constituída por um total de 326 docentes, sendo a grande maioria com curso de graduação/licenciatura; 4% aproximadamente têm curso normal de nível médio, e apenas um (0,3%) docente que atua no EF não concluiu o ensino médio.

De acordo com as informações fornecidas pela SME, esses dados relativos ao quadro docente do município já sofreram alterações em 2009, haja vista a realização de concurso para o magistério municipal. O Quadro 8 apresenta a composição da rede municipal de ensino de Canguaretama, conforme a área de formação e titulação dos docentes.

Tabela 10 – Composição do quadro docente da rede municipal de ensino de Canguaretama em 2009, conforme área de formação e titulação

| CURSO | GRADUAÇÃO | PÓS-GRADUAÇÃO (ESPECIALIZAÇÃO) | TOTAL |
|---|------------------|---|--------------|
| Pedagogia | 149 | 119 | 268 |
| Letras | 08 | 08 | 16 |
| Matemática | 09 | 03 | 12 |
| C. Biológicas | 07 | 01 | 08 |
| Física/química | 02 | 01 | 03 |
| História | 09 | 01 | 10 |
| Geografia | 14 | 0 | 14 |
| Ed. Física | 02 | 06 | 08 |
| Arte | 03 | 01 | 04 |
| Inglês | 0 | 01 | 0 |
| TOTAL GERAL: | | | 343 |
| OBS.: existem mais 08 professores apenas com ensino médio | | | |

Fonte: SME de Canguaretama

2.5.2 A ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL DE CANGUARETAMA/RN

Fato que merece destaque, inicialmente, na política do município é a escolha do secretário municipal de educação através de eleição entre os pares. Após a realização do último pleito eleitoral para o cargo de Prefeito Municipal, foi promovida uma nova eleição, em parceria com a ONG AIBA (Associação Ítalo Brasileira), dessa vez para a escolha de quem viria a preencher ocupar o cargo/função de Secretário Municipal de Educação, Cultural e Desporto, onde todos os professores, concursados e efetivos, o elegeriam de forma direta. Após estas eleições, foi escolhido pelo prefeito municipal, dentre os três nomes indicados, o Sr. Jonas Freire Cavalcante, passando este a comandar a pasta após receber 83% dos votos computados.

No tocante às demais orientações políticas para o desenvolvimento educacional do município, a SME segue, grosso modo, as ações e programas do governo federal, além de algumas orientações da SEC-RN, não tendo maiores iniciativas que caracterizem uma política educacional específica do município. Sua ações atuais se consubstanciam nos limites do que já foi diagnosticado e sugerido como prioridades no âmbito do PAR.

Nesse sentido, e tendo em vista o desenvolvimento da Educação Básica no município, o documento do PAR sugere que tal desenvolvimento deve fundamentar-se em ações que visem à universalização do ensino básico em âmbito municipal, sua melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem, de modo a assegurar a equidade nas condições de acesso e de permanência dos alunos no processo educacional, cuja conclusão deve ocorrer em idade adequada. Nesse sentido, a iniciativa da SME em oferecer, por exemplo, atividades no contra-turno escolar torna-se uma excelente opção para todas as escolas da rede municipal de ensino, promovendo-as com base nas atividades previamente elencadas pelo Projeto Pedagógico de cada escola.

O mesmo documento ainda prevê que a SME implemente o Programa Escola Aberta, elaborando um plano de mobilização dos gestores para que haja a ampliação dos contatos e efetivação de parcerias com instituições públicas e privadas, no sentido de se ter melhores condições objetivas para se alcançar a melhoria da qualidade da educação municipal. Além disso, as parcerias com a comunidade poderiam resultar na construção ou elaboração de instrumentos para o acompanhamento da política educacional (ações e análise das atividades que sejam realizadas, com seus respectivos relatórios). Isso poderia se realizar por meio de reuniões com o CME, com os Conselhos Escolares, fomentando a participação e a democratização do sistema municipal.

2.5.2.1 O Plano Municipal de Educação

Após várias tentativas, pela equipe de pesquisa, junto a SME, no sentido de localizar determinados documentos oficiais que expressam a política educacional do município, a SME nos informou da impossibilidade de nos fornecer cópia do PME pelo fato do mesmo ter sido extraviado, não haver registros ou arquivos, em nenhuma instância da SME ou da Câmara Municipal que possibilitem afirmar sobre sua vigência, atualizada, características etc. Sabe-se, no município, que houve a aprovação, pela Câmara Municipal, do referido PME, mas a atual equipe gestora o desconhece integralmente. Tal situação decorre de mudanças político-partidárias no âmbito municipal, da falta de transição entre gestores/administradores públicos e de publicização do que aprovado e implementado como política pública pelos poderes locais (governantes, legisladores, gestores etc).

O município possui Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica Pública Municipal (PCCR), aprovado em dezembro de 2009, em

consonância com as determinações da Lei do Piso Nacional do Magistério, aprovada pelo Congresso Nacional. Não foi possível saber, todavia, o grau de abrangência da implementação dessa lei municipal, mas ela é clara no que se refere à regulamentação da jornada de trabalho dos professores: estabelece o regime de trabalho em 30 horas semanais, sendo 2/3 para a regência em sala de aula e 1/3 para horas/atividade extra-sala de aula, para a realização de atividades de estudo, planejamento e avaliação do trabalho didático, reuniões pedagógicas e outros encargos.

2.5.2.2 Principais programas e ações propostos pela atual gestão

Como já referido acima, os principais programas e ações desenvolvidos pela SME estão em sintonia com o PDE e com as prioridades e metas estabelecidas no PAR.

Com relação à aplicação de Programas de Capacitação Docente, o Município de Canguaretama, em parceria com o MEC, efetua hoje as seguintes atividades: Pró-Letramento (Programa de Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental I em Linguagem, Alfabetização e Matemática), Gestar II (Programa de Formação Continuada para Professores de Língua Portuguesa e Matemática do Ensino Fundamental II), Proinfo (Programa de Informática nas Escolas) e Proinfantil (Programa de Formação Continuada em Nível Médio em Modalidade Normal). Além destes, ainda podemos elencar os seguintes programas financiados pelo Ministério da Educação: Programa Brasil Alfabetizado, PDE - Programa de Desenvolvimento Escolar, PDDE - Programa de Dinheiro na Escola, Escola Ativa - Capacitação dos Professores que atuam em salas multiseriadas, Proinfância - Programa de Reestruturação de Creches e Programa de Correção do Fluxo (o qual atenderá 1000 alunos fora da faixa etária em 2010).

No que se refere às parcerias com outras instituições, algumas das ações são desenvolvidas com a UNP, que realiza cursos de Formação Pedagógica durante a Semana Pedagógica da SME; com a FAL (Faculdade de Natal), que oferece Curso de Pós Graduação e Especialização em Gestão Educacional e Educação Infantil.

Encontra-se registrado no PAR que o Município ainda não definiu uma política de formação continuada voltada exclusivamente para essa etapa do ensino, não dispondo de recursos financeiros para tal finalidade. Assim sendo, uma das ações também

descritas no PAR faz referência a implementação de políticas de formação continuada para os professores que atuam em todas as áreas educacionais, indo desde a EI (creches e pré-escolas) até o EF, levando em consideração a Lei nº 10.639, bem como os princípios preconizados pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Desta forma, existe no município uma demanda por cursos de formação continuada para professores que atuem na Educação Infantil e em temas da diversidade, oportunizando a discussão de conceitos e conteúdos trabalhados no processo de formação dos professores e sua transposição para o espaço escolar.

Da mesma forma, o documento aponta como carência a formação/qualificação profissional dos docentes que atuam na Educação Especial, Escolas de Campo, Comunidades Quilombola ou Indígenas, com o intuito de despertar no município a promoção de programas de formação e habilitação que contemplem as temáticas de Educação Ambiental, Educação para os direitos humanos, Educação Integral e integrada, lhes disponibilizando as possibilidades de cursos presenciais e a distância.

Observa-se, pelo diagnóstico do PAR, que a referida Lei 10.639/03 (que dispõe sobre a formação continuada dos docentes da Educação Básica) não foi discutida no âmbito da SME. Assim sendo, o PAR trás como ação o desenvolvimento de um plano que venha a colocar em prática o processo de implementação de políticas para a referida formação inicial e continuada, disponibilizando aos docentes a possibilidade de aquisição de materiais e equipamentos pedagógicos que lhes dêem suporte para tal processo didático.

No que diz respeito às ações para melhoria da infraestrutura educacional, no sentido da construção e/ou adequação de prédios que venham a atender todas as necessidades das áreas básicas do ensino, mobiliando e equipando com o que há de mais eficaz e facilitador para o processo de ensino-aprendizagem de seus alunos, a SME reconhece que as escolas do município apresentam uma certa deficiência, uma vez que as mesmas não possuem uma boa estrutura física, não dispõem de biblioteca, laboratórios de ciências e informática, salas de arte, refeitórios e adequação para portadores de necessidades especiais. Somente duas das 27 escolas possuem quadra de esportes, e assim mesmo em condições precárias.

Na atualidade, raramente existem escolas que não estejam conectadas à internet. Entretanto, embora saibamos da importância da inclusão digital de toda a comunidade

escolar, conectar as escolas às redes mundiais de computadores se torna algo bastante complicado para as pequeninas cidades do interior, como tem sido o caso do Município de Canguaretama. Assim, precisa-se de uma atenção redobrada para com tais escolas, uma vez que a informática surge para auxiliar no processo de aperfeiçoamento e atualização de conteúdos e metodologias a serem aplicadas nos âmbitos escolas. Para isso, se faz necessário a realização de um levantamento nas escolas do município, incluindo as do campo, para que se disponham recursos financeiros para a aquisição de equipamentos de informática em condição ao menos razoáveis para manuseio básico (digitação de trabalhos e acesso a internet).

Outro ponto que se tornou chave para a ocorrência da facilitação do processo de transmissão do conhecimento diz respeito às salas de vídeo, as quais também praticamente não existem na cidade de Canguaretama. Aqui também se faz necessária maior atenção para a construção, adequação e aquisição de materiais didáticos que proporcionem uma melhor condição de funcionamento destas.

Apenas três escolas de Canguaretama possuem acervo bibliográfico e material didático (mapas, jogos, brinquedos), embora esteja inadequado e não atenda satisfatoriamente as necessidades dos alunos e professores. Portanto, elaborar um plano para a ampliação do acervo bibliográfico, bem como de tais recursos didáticos para as escolas da rede tornou-se algo indispensável.

2.5.2.3 A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM LEI

Embora não tenhamos conseguido conhecer a Lei Orgânica nem o PME do município de Canguaretama, pode-se perceber, através do documento do PAR, que a Gestão Democrática fundamenta-se na articulação e no desenvolvimento dos Sistemas de Ensino no Município. Com isso, nesse caso em especial, podemos elencar algumas Ações e Demandas que caracterizariam o grau de implementação da gestão democrática no município.

No tocante a elaboração de um Projeto Pedagógico nas escolas, observa-se que a maioria das instituições municipais de ensino não o fez com a participação do CE, tendo em vista que o mesmo encontrava-se em processo de regulamentação. Há um movimento/demanda entre as comunidades escolares no sentido de se promover a elaboração ou atualização dos seus respectivos PPP, de maneira participativa e em

parceria (quando for o caso), envolvendo os professores, os alunos, o CE, levando-se em consideração as orientações da SME, bem como as especificidades de cada escola.

Outra ação a que podemos fazer referência diz respeito à re-elaboração/ contemplação, acompanhamento e a avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), o qual deve ser apropriado não somente pela SME, mas por toda a comunidade escolar, reforçando-se institucionalmente a SME, bem como seus processos gerenciais, por meio da implementação de metodologias de planejamento da SME.

2.5.2.4 O ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL

Durante o último ano (INEP/2009), o município atendeu 1.352 crianças de 0 a 5 anos de idade, distribuídas em 4 escolas de EI e 13 Escolas de EF que atendem turmas de EI. Há escolas na zona rural e não há escolas conveniadas no município.

Segundo informações fornecidas pela SME, o município iniciou a organização de uma Proposta Pedagógica para a EI durante o ano de 2009, mas tal proposta ainda não está concluída. Ela é o único documento que busca orientar e organizar, especificamente, a EI no município. O número de alunos previsto nos documentos oficiais é de 10 alunos em turmas de crianças de 0 a 3 anos de idade, e 20 em turmas de 4 e 5 anos de idade.

O PCCR do município prevê o apoio financeiro, na modalidade de custeio de mensalidades e deslocamentos, para os professores realizarem cursos de aperfeiçoamento, atualização e especialização visando à melhoria de sua formação profissional. Em alguma medida o município consegue realizar este incentivo, mas ainda possui dificuldades financeiras para isso. O incentivo para a formação continuada também se dá pela autorização de participação dos professores nos referidos cursos sem prejuízo de sua remuneração embora esteja seja ressaltado que tais cursos podem acontecer em período de recesso escolar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização do survey e do levantamento da documentação complementar necessária à elaboração do presente relatório, bem como a partir de novas entrevistas (formais e informais) realizadas com sujeitos direta ou indiretamente ligados à gestão da política educacional e dos sistemas municipais e estadual de ensino no RN, algumas questões/constatações se revelaram a nós, pesquisadores, no sentido de ampliar a compreensão e o conhecimento acerca da realidade educacional pública no estado. Considerando que isso ajuda a melhor caracterizar o quadro contextual em que se desenvolve a Educação Básica, principalmente as condições em que é realizado o trabalho docente no RN, apresentamos a seguir, de forma sintética, alguns elementos identificados nos diferentes municípios pesquisados, sem a pretensão de esgotar o conjunto das constatações possíveis ao longo de um rico processo de investigação como o que ora se encerra.

Destacamos, inicialmente, a inexistência de um padrão de organização educacional nos municípios e no estado, particularmente no que diz respeito à legislação, aos planos e projetos político-educacionais e à condução administrativa das respectivas Secretarias de educação, nem sempre referenciada no princípio constitucional da gestão democrática.

Observamos que em todos os municípios existem os PCCR implantados. No entanto, os direitos neles previstos não estão plenamente assegurados, o que interfere diretamente na condição objetiva do trabalho docente, no estado de espírito, na auto-estima e na (in)disposição política da categoria para o enfrentamento, por um lado, das questões relativas à sua valorização e às condições de trabalho; por outro, do debate público e amplo sobre as questões político-pedagógicas e epistemológicas sobre a qualidade da educação, na perspectiva do direito, a inclusão, da diversidade, dentre outros.

No mesmo sentido, constatamos a existência de PME em todos os municípios, mesmo que desatualizados ou com versão atualizada, mas ainda não aprovada pelo legislativo local. Todavia, o fato de termos encontrado, em determinado município, um secretário de educação que desconhecia o próprio documento do PME é algo sintomático que traduz uma situação de real distanciamento entre as peças legais da política educacional e a população, sobretudo a mais diretamente envolvida com o cotidiano escolar. O

desconhecimento da comunidade relativo à legislação educacional em âmbito local e/ou nacional resulta, dentre outros, no distanciamento e na não-participação efetiva da comunidade no planejamento e na gestão da educação; dificulta a compreensão da educação como direito e das possibilidades de sua realização com qualidade, e que isso pressupõe o conhecimento das condições objetivas nas quais se desenvolve o trabalho docente nas escolas públicas de Educação Básica no país. Esse quadro se torna mais adverso quando associado à falta de informação clara, precisa, de publicização de dados por parte das SME, das Câmaras legislativas, dos Conselhos Municipais e de determinadas direções escolares.

O princípio da gestão democrática está presente nos planos municipais, mas há diferentes indícios de que sua implementação ainda é muito elementar, embrionária, não sendo uma realidade amplamente encontrada, uma prática institucionalizada e difundida no meio educacional escolar. A falta de transparência nas decisões e de debate público sobre as questões educacionais dificultam a efetivação do princípio da gestão democrática e da participação popular no desenvolvimento educacional local/regional.

Os programas e ações da política educacional dos municípios se circunscrevem, grosso modo, à política educacional do governo federal, não havendo iniciativas dos governos locais em elaborar políticas para as demandas específicas, principalmente quando se trata de ações que pressuponham ampliação do investimento de recursos para além dos limites do FUNDEB, mesmo que o percentual atualmente executado seja inferior ao mínimo constitucionalmente estipulado para as diferentes esferas administrativas da união.

Apesar de referências legais aos direitos dos trabalhadores, o próprio movimento sindical da categoria docente não tem conseguido reverter o quadro de desvalorização, de diminuição ou desrespeito aos direitos legalmente assegurados, sendo necessário recorrer ao Ministério Público e outras instâncias políticas locais em busca de apoio à luta docente. A propósito, ressaltamos a importância da parceria estabelecida entre o sindicato e MP na luta pela garantia dos direitos dos trabalhadores. Não obstante, não podemos deixar de registrar um considerado nível de resignação, desmobilização e de despolitização da categoria em relação à sua condição de trabalho, à política educacional em geral, o que ajuda a explicar a dificuldade de encaminhamento, por parte do sindicato, das questões de interesse da categoria.

Igualmente merece destaque o fato de todos os municípios terem assegurado o atendimento específico em EI, ainda que muitas vezes de forma precária, não devidamente planejada e não universalizada, aquém da necessidade e do direito da população à esta ação política estatal.

Uma contradição observada na realidade educacional do RN é a seguinte: os dados do INEP mostram uma indiscutível melhoria no atendimento (expansão) e na qualidade educacional do trabalho desenvolvido pelas escolas públicas estaduais e municipais. Todavia, persistem as condições precárias de formação e de trabalho docente, verificadas, dentre outras, pela existência de contratos temporários, de professores horistas, de alunos-estagiários, de professores considerados “leigos” ou não habilitados para o exercício da função conforme determinações da atual LDB, bem como pela dificuldade de reconhecimento, por parte de determinados governantes, da necessidade de implementação de medidas políticas que promovam e valorizem o trabalho docente, assegurando direitos e padrões de qualidade no atendimento educacional.

Além disso, a pesquisa suscitou o conhecimento de diferentes aspectos e dimensões da política educacional e das condições de trabalho docente que podem ser abordados através de novas pesquisas, estreitando, cada vez mais, a relação da Universidade – locus de formação e de produção de conhecimento – com os sistemas públicos de ensino. O papel que a Universidade desempenha e pode ainda desempenhar junto a Educação Básica fica cada vez mais evidente a partir de uma pesquisa como esta. Ficou muito claro para a equipe pesquisadora a credibilidade da Universidade pública (neste caso, a UFRN) no meio sócio-educacional como referencial de respeito, credibilidade, de análise e de produção do conhecimento sobre a Educação Básica, o que foi identificado especialmente na coleta documental.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Censo da Educação Básica**. Brasília: MEC/INEP, 2007 e 2008

CARDOSO, Maria de Fátima. **Entrevista**. Concedida aos professores Antônio Cabral Neto e Maria Aparecida de Queiroz. Natal, em 14 de maio de 2009.

CASCUDO, Luis da C. **Nomes da Terra**. Natal: Sebo Vermelho Edições, s/d.

CEARÁ-MIRIM. **Lei Municipal nº 1.550, de 09 de abril de 2010**. – Institui o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal de Ceará-Mirim/RN. Câmara Municipal, abril de 2010.

_____. **Lei Orgânica do Município**. (versão atualizada em 01/02/2006). Câmara Municipal, 2006.

_____. **Resolução nº 002/1998-CME**. - Dispõe sobre a autorização de funcionamento e supervisão da Educação Infantil nas modalidades Creche e Pré-Escola. Ceará-Mirim: Conselho Municipal de Educação, 1998.

_____. **Plano Municipal de Educação (1997-2007)**. Ceará-Mirim: Conselho Municipal de Educação; Câmara Municipal, 1997.

_____. **Lei Municipal nº 1.196, de 07 de agosto de 1991 – Estatuto do Servidor**. Dispõe sobre o regime dos servidores públicos, das autarquias e das fundações municipais. Câmara Municipal, 1991.

CONSULT PESQUISA. **Avaliação e imagem do Sindicato em dos trabalhadores em educação pública do RN em Natal**. Pesquisa de opinião pública. Natal, nov. 2008.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos. NUPERN. **Relatório geral de pesquisa sobre a situação dos docentes no RN**. Natal, 2009. (a)

_____. Coordenação de Desenvolvimento Escolar. **Ações da SEC**. Natal, 2009. (b)

_____. **Projeto de gestão integrada**. Natal, 2009. (c)

_____. **Indicadores Educacionais do Estado do Rio Grande do Norte**. Dados Preliminares Censo Escolar 2008. (Disponível em <http://www.educacao.rn.gov.br>. Acesso em 20 de julho de 2009).

- _____. **Plano de Ações Articuladas – PAR**. Natal, 2007.
- _____. **Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Estadual**. Lei Complementar n. 322, de 11 de janeiro de 2006. Natal: Diário Oficial do Estado, em 12 de janeiro de 2006.
- _____. **Plano Estadual de Educação 2005/2011** (Versão preliminar). Natal, 2005.
- _____. **Regulamento da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos**. Natal, 2000.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Complementar nº 322/06**. Natal: Assembléia Legislativa, 2006.
- _____. **Lei Complementar n. 290, de 16 de fevereiro de 2005**. Dispõe sobre a democratização da gestão escolar no âmbito da rede pública estadual do de ensino do Rio Grande do Norte. Natal: Assembléia Legislativa, 2005. (a)
- _____. **Decreto n. 18463, de 24 de agosto de 2005**. Regulamenta a Lei Complementar n. 290, de 16 de fevereiro de 2005 que dispõe sobre a democratização da gestão escolar no âmbito da rede pública estadual do de ensino do Rio Grande do Norte. Natal: Assembléia Legislativa, 2005. (b)
- FELIPE, José L. A; CARVALHO, Edilson A. de. ; ROCHA, Aristotelina P. B. **Atlas do Rio Grande do Norte**. João Pessoa: Grafset, 2004.
- FERREIRA, Brasília C. et al. **Região metropolitana de Natal: radiografia do mercado de trabalho**. Natal: DIESSE, 2002.
- FERREIRA, Maria Aparecida dos S. **Valorização do magistério da educação básica no RN: participação do SINTE e do governo estadual na implementação do piso salarial profissional nacional na rede pública estadual no ano de 2009**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal: UFRN, 2010.
- IBGE. **Estimativa Populacional**. Brasília, 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidades/>
- _____. **Censos demográficos**. Brasília, 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>
- _____. **PNAD**. Brasília, 2007 e 2002. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>
- SINTE/RN. **Jornal Extra Classe**, ano 20, n. 12. mar. 2009 e n. 14. ago. 2009.
- _____. **Ofício nº 185/2007**. Natal, 19 de janeiro de 2007.

_____. **Estatuto e Plano de Cargo, Carreira e Remuneração do Magistério Público Estadual do Rio Grande do Norte: uma conquista através do SINTE/RN.** Natal, 2006.

MACAÍBA. **Proposta Pedagógica para a Educação Infantil.** Conselho Municipal de Educação, 2009.

_____. **Parecer 001/2008** – Dispõe sobre a Inclusão da Educação Infantil ao Sistema Municipal de Ensino. Macaíba: Conselho Municipal de Educação, 2008.

_____. **Plano Municipal de Educação.** (s.i.d)

_____. **Lei nº 1.037, de 14 de janeiro de 2002** – Dispõe sobre o Plano de Carreira e Salários do Magistério Municipal. Câmara Municipal de Macaíba, 2002.

_____. **Lei Orgânica do Município, de 03/04/1990.** Disponível em www.prefeiturademacaiba.com.br/portal/servicos.

NATAL. **Termo de Convênio de Cooperação Mútua Pré-Escola Para Todos.** Prefeitura de Natal, 2010. (a)

_____. **Termo de Convênio de Cooperação Mútua FUNDEB.** Prefeitura de Natal, 2010. (b)

_____. **Lei Complementar nº 087, de 22 de fevereiro de 2008.** Natal: Diário Oficial do Município, fevereiro de 2008. (a)

_____. **Resolução nº 002/2008.** Estabelece normas para o Credenciamento e Autorização da Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Natal. Natal: Conselho Municipal de Educação, 2008. (b)

_____. **Referenciais Curriculares para a Educação Infantil.** NATAL: Conselho Municipal de Educação, 2008. (c)

_____. **Resolução nº 004/2007, do Conselho Municipal de Educação.** Natal: CME, 2007.

_____. **Lei nº 5.650, de 20 de maio de 2005.** Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Natal (2005-2014) e dá outras providências. Câmara Municipal de Natal, 2005. (a)

_____. **Plano Municipal de Educação/ 2005-2014** (versão preliminar). Natal: SME, 2005. (b)

_____. **Lei Complementar nº 058, de 13 de setembro de 2004**. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira, Remuneração e Estatuto do Magistério Público Municipal de Natal, e dá outras providências. Câmara Municipal de Natal, 2004.

_____. **Lei Orgânica nº 5.339/2001**. Câmara Municipal de Natal, 2001.

_____. **Plano de Ações Articuladas do município de Natal**. Disponível em:
<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>.